



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS SERTÃO

UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DAVI TORRES FARIAS

**ECONOMIA DO PAUPERISMO: UMA ANÁLISE ACERCA DA  
TERRITORIALIZAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DE ALAGOAS**

Santana do Ipanema

2024

DAVI TORRES FARIAS

**ECONOMIA DO PAUPERISMO: UMA ANÁLISE ACERCA DA  
TERRITORIALIZAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão – Unidade Santana do Ipanema como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Manoel Valquer Oliveira  
Melo

Santana do Ipanema

2024

**Catlogação na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

F224e Farias, Davi Torres.

Economia do pauperismo : uma análise acerca da territorialização da pobreza no estado de Alagoas / Davi Torres Farias. – 2024.

115 f. : il.

Orientador: Manoel Valquer Oliveira Melo.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Sertão. Santana do Ipanema, 2024.

Bibliografia: f. 110-115.

1. Pobreza - Alagoas. 2. Cana-de-açúcar. 3. Território. I. Título.

CDU: 364.144(813.5)

DAVI TORRES FARIAS

**ECONOMIA DO PAUPERISMO: UMA ANÁLISE ACERCA DA  
TERRITORIALIZAÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas. Aprovado em 26 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **MANOEL VALQUER OLIVEIRA MELO**  
Data: 01/04/2024 21:47:59-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Orientador – Prof. Dr. Manoel Valquer Oliveira Melo - UFAL

**Banca examinadora:**

Documento assinado digitalmente  
 **ANDERSON DAVID GOMES DOS SANTOS**  
Data: 01/04/2024 22:32:17-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Examinador Interno – Prof. Dr. Anderson David Gomes dos Santos - UFAL

Documento assinado digitalmente  
 **EVALDO MENDES DA SILVA**  
Data: 02/04/2024 20:26:11-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Examinador Interno – Prof. Dr. Evaldo Mendes da Silva - UFAL

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por condicionar um ensino gratuito, democrático e de qualidade, tornando-se um meio fundamental de acesso ao ensino e de construção acadêmica e profissional.

À toda a minha família, em especial minha mãe Mônica e meu pai Geraldo, que sempre apoiaram e motivaram a minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, Prof<sup>o</sup>. Manoel Valquer, por todos os ensinamentos, pela paciência, preocupação e pontualidade durante todo o processo de orientação. Um grande entusiasta da minha jornada acadêmica, em que desde os primeiros anos na universidade mostrou-se um grande incentivador da minha evolução durante o curso.

A todos os professores do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas do *Campus Sertão/Unidade Santana do Ipanema*, que se empenham em desenvolver um curso extremamente qualificado.

A todos os amigos que conheci ao longo da graduação, que direto ou indiretamente contribuíram durante a minha formação, ou de alguma forma ajudaram na construção desse trabalho. Em especial a Raquel, Gisly, Laelson e Jadson pela amizade e companheirismo durante essa fase de minha vida.

A todos, meu sincero obrigado.

“Onde há grande propriedade, há grande desigualdade. Para um muito rico, há no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos presume da indigência de muitos” (Smith, 2017, p.160)

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do estado de Alagoas, Brasil.....	70
Mapa 2 – Porcentagem de pobres no território alagoano (2000).....	101
Mapa 3 – Localização dos municípios com as maiores e menores porcentagens de pobres em Alagoas (2000).....	102
Mapa 4 – Porcentagem de pobres no território alagoano (2010).....	103
Mapa 5 – Localização dos municípios com as maiores e menores proporções de pobres do território alagoano (2010).....	104

## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Distribuição dos municípios de Alagoas quanto à participação no PIB estadual (em %) – 2000 e 2010.....	80
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição por mesorregião, das microrregiões e municípios de Alagoas no ano de 2010.....	71
Tabela 2 – Número de municípios alagoanos de acordo com a quantidade de habitantes (2000 e 2010).....	72
Tabela 3 – IDHM e seus subíndices de acordo com as unidades federativas da região Nordeste e do Brasil (2000 e 2010).....	76
Tabela 4 – Municípios com os maiores e menores IDHM de Alagoas (2000).....	77
Tabela 5 – Municípios com os maiores e menores IDHM de Alagoas (2010).....	78
Tabela 6 – PIB a preços correntes (R\$1.000,00) do Brasil e dos estados nordestinos (2000 e 2010).....	79
Tabela 7 – Municípios com maior e menor PIB de Alagoas (2000).....	81
Tabela 8 – Municípios com maior e menor PIB de Alagoas (2010).....	82
Tabela 9 – PIB per capita a preços correntes do Brasil e estados do Nordeste (2000 e 2010).	83
Tabela 10 – Municípios alagoanos com maior e menor PIB per capita a preços correntes (2000).....	84
Tabela 11 – Municípios alagoanos com maior e menor PIB per capita de Alagoas (2010).....	85
Tabela 12 – Renda per capita do Brasil e estados do Nordeste (2000 e 2010).....	86
Tabela 13 – Municípios alagoanos com maior e menor renda per capita (2000).....	87
Tabela 14 – Municípios alagoanos com maior e menor renda per capita (2010).....	87
Tabela 15 – Índice de Gini do Brasil e Unidades Federativas do Nordeste (2000 e 2010).....	88
Tabela 16 – Municípios alagoanos com maior e menor Índice de Gini (2000).....	89
Tabela 17 – Municípios alagoanos com maior e menor Índice de Gini (2010).....	90
Tabela 18 – Taxa de analfabetismo (25 anos ou mais de idade) e porcentagem da população com 25 anos ou mais com ensino médio completo no Brasil e Nordeste (2000 e 2010).....	91
Tabela 19 – Municípios de Alagoas com maiores e menores taxas de analfabetismo e percentuais da população com 25 anos ou mais idade com ensino médio completo (2000)....	92
Tabela 20 – Municípios de Alagoas com maiores e menores taxas de analfabetismo e percentuais da população com 25 anos ou mais idade com ensino médio completo (2010)....	93
Tabela 21 – Porcentagem da população em domicílios com saneamento básico inadequado,	

com densidade superior a 02 pessoas por dormitório e sem energia elétrica no Brasil e Unidades Federativas do Nordeste (2000 e 2010).....	94
Tabela 22 – Municípios de Alagoas com os maiores e menores percentuais de pessoas sem os principais serviços sanitários adequados (2000).....	95
Tabela 23 – Municípios de Alagoas com os maiores e menores percentuais de pessoas sem os principais serviços sanitários adequados (2010).....	96
Tabela 24 – Municípios com as maiores e menores porcentagens da população vivendo em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório em Alagoas (2000).....	96
Tabela 25 – Municípios com as maiores e menores porcentagens da população vivendo em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório em Alagoas (2010).....	97
Tabela 26 – Municípios de Alagoas com as maiores e menores porcentagens de pessoas em domicílios sem acesso à energia elétrica (2000).....	98
Tabela 27 – Municípios de Alagoas com as maiores e menores porcentagens de pessoas em domicílios sem acesso à energia elétrica (2010).....	99
Tabela 28 – Porcentagem da população pobre no Brasil e nos estados nordestinos (2000 e 2010).....	100

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## RESUMO

Ao longo da historicidade humana, o conceito de pobreza ganhou diferentes definições, compreendida principalmente, a partir do contexto das abordagens unidimensional e multidimensional. A primeira delas, de caráter econômico ou monetário e a segunda de cunho multipolar, a qual analisa esse fenômeno por meio das dimensões econômica, social, política, histórica e cultural. Através desse viés multidimensional a categoria geográfica “território”, ganha ênfase nas discussões pertinentes à temática da pobreza ao evidenciar o seu caráter heterogêneo. Sendo assim, nesta monografia, objetiva-se compreender o processo de territorialização da pobreza em Alagoas, além de entender os elementos de sua manutenção, disseminação e permanência. O estudo se desenvolve sob o viés do método hipotético dedutivo (MHD), à medida que são estabelecidas hipóteses, confirmadas ou refutadas através dos resultados obtidos. Nesse sentido, a análise histórica acerca da construção territorial alagoana remete a formação de um território fortemente atrelado a dinâmicas sócio-política-econômicas condicionante aos mecanismos efetivadores da pobreza. Outrossim, a partir da abordagem quali-quantitativa, a análise dos principais indicadores socioeconômicos dos Censos demográficos dos anos de 2000 e 2010 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; Renda *per capita*, Produto Interno Bruto *per capita*; Índice de Gine; Taxa de analfabetismo da população com 25 ou mais anos de idade; Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado, entre outros) constata as desigualdades existentes entre os 102 municípios que compõem o estado. Os resultados demonstram que municípios inseridos na mesorregião do Sertão apresentam os piores resultados e conseqüentemente maior incidência de pobreza em Alagoas, seguidos daqueles localizados no Agreste, ao passo que no Leste Alagoano, inserem-se os municípios com os melhores indicadores.

**Palavras-chave:** Alagoas; Cana-de-açúcar; Pobreza; Território.

## ABSTRACT

Throughout human history, the concept of poverty has gained different definitions, primarily understood within the contexts of unidimensional and multidimensional approaches. The former, characterized by economic or monetary aspects, and the latter, multipolar in nature, analyzing this phenomenon through economic, social, political, historical, and cultural dimensions. Through this multidimensional lens, the geographical category of "territory" gains emphasis in discussions relevant to the issue of poverty by highlighting its heterogeneous nature. Therefore, in this monograph, the objective is to understand the process of poverty territorialization in Alagoas, as well as to comprehend the elements of its maintenance, dissemination, and persistence. The study unfolds under the perspective of the hypothetico-deductive method (HDM), as hypotheses are established, confirmed, or refuted through the obtained results. In this sense, the historical analysis of the construction of the Alagoas territory refers to the formation of a territory strongly linked to socio-political-economic dynamics conditioning the mechanisms that perpetuate poverty. Furthermore, through a quali-quantitative approach, the analysis of the main socioeconomic indicators from the demographic censuses of the years 2000 and 2010 (Municipal Human Development Index; *Per capita* income, Gross Domestic Product *per capita*; Gini Index; Illiteracy rate of the population aged 25 and over; Percentage of people in households with inadequate water supply and sanitation, among others) reveal the existing inequalities among the 102 municipalities that comprise the state. The results demonstrate that municipalities located in the Sertão mesoregion present the worst outcomes and consequently a higher incidence of poverty in Alagoas, followed by those located in the Agreste, while in Leste of Alagoas, municipalities with the best indicators are found.

**Keywords:** Alagoas; Sugarcane; Poverty; Territory.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 POBREZA E TERRITÓRIO: FENÔMENOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS</b> .....	19
<b>2.1 A pobreza na Idade Média e sociedades pré-capitalistas</b> .....	20
<b>2.2 A pobreza na Modernidade</b> .....	22
<b>2.3 O conceito de pobreza: abordagem unidimensional e multidimensional</b> .....	25
2.3.1 Abordagem unidimensional.....	26
2.3.2 Abordagem multidimensional: das necessidades humanas básicas a vertente das capacitações e noção de privação relativa.....	28
2.3.2.1 A pobreza através da teoria das necessidades humanas.....	28
2.3.2.2 Abordagem das capacitações e a noção de privação relativa.....	31
2.3.3 Pobreza absoluta e pobreza relativa.....	34
<b>2.4 O território e seus desdobramentos</b> .....	35
2.4.1 Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) e a dinâmica das territorialidades.....	38
2.4.2 Território e pobreza.....	40
<b>3 TERRITÓRIO DE POBREZA: A FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL E ECONÔMICA DE ALAGOAS</b> .....	42
<b>3.1 O Início da colonização no Brasil</b> .....	44
3.1.1 A cana-de-açúcar como solução econômica para a ocupação do território brasileiro.....	47
<b>3.2 A Capitania de Pernambuco</b> .....	49
<b>3.3 A Emancipação política de Alagoas: O reconhecimento geopolítico do território alagoano</b> .....	50
<b>3.4 Território do açúcar: A formação territorial e econômica de Alagoas</b> .....	53
3.4.1 Sociedade do açúcar: O engenho, o senhor de engenho e o trabalho escravo.....	55
<b>3.5 A agroindústria alagoana: Desaparecem os engenhos, surgem às usinas</b> .....	59
<b>3.6 Os proprietários do poder: a influência da elite agrária em Alagoas</b> .....	65
<b>3.7 Caracterização socioterritorial do estado de Alagoas</b> .....	70
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	73

<b>5. A TERRITORIALIZAÇÃO DA POBREZA EM ALAGOAS: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS ANOS 2000 E 2010.....</b>	<b>75</b>
<b>5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....</b>	<b>75</b>
<b>5.2 Produto Interno Bruto (PIB).....</b>	<b>79</b>
<b>5.3 PIB per capita.....</b>	<b>83</b>
<b>5.4 Renda per capita.....</b>	<b>85</b>
<b>5.5 Índice de Gini.....</b>	<b>88</b>
<b>5.6 Indicadores educacionais e habitacionais.....</b>	<b>90</b>
<b>5.7 A territorialização da pobreza em Alagoas.....</b>	<b>99</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da pobreza perpassa por diferentes conceitos e abordagens no decorrer da história, transformando-se de acordo com cronologia e os contextos históricos inerentes à humanidade, ganhando formas à medida que novos elementos (econômicos, sociais, políticos e históricos) são inseridos na sociedade.

Nesse contexto, a evolução conceitual da pobreza inicia-se a partir da Idade Média, entendendo-a como um mecanismo socio natural de cunho religioso e moral. Fundamentada na chamada economia da salvação, organizada através da política de caridade, a qual a moeda de troca, a esmola, “anula o pecado” (Castel, 1998). Dessa maneira, estrutura-se um processo de comercialização entre o rico e o pobre, com benefício para ambos. O primeiro garante a sua salvação por meio do seu ato caridoso (a doação da esmola), ao passo que o segundo também é salvo, desde que reconheça a sua condição de pauperismo.

No final do século XVIII, com o início da Primeira Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo como sistema econômico vigente, a pobreza passa a ser compreendida a partir de uma óptica fisiológica e individual. Em Malthus (1996), esse fenômeno é atribuído ao rápido crescimento populacional das cidades, ocorrendo de modo mais acentuado em comparação à produção alimentícia. Atrelada à perspectiva malthusiana, os economistas clássicos defendiam a ideia de que o pobre é o próprio causador de sua indigência, seriam indivíduos que não apresentam um planejamento econômico, cuja renda proveniente do trabalho é utilizada para o consumo de futilidades.

Na segunda metade do século XX, a problemática da pobreza perpassa duas abordagens distintas, mas complementares: a vertente unidimensional e a corrente multidimensional. A primeira delas traz como princípio fundamental a perspectiva monetária, em que apenas as condições econômicas (renda, utilidade e consumo) constroem os pilares cruciais no processo de conceptualização deste fenômeno.

Nesse cenário, a pobreza é caracterizada como insuficiência de renda, que incapacita o indivíduo a conseguir um nível mínimo de satisfação e bem-estar capaz de maximizar a sua utilidade total (Laderchi; Saith; Stewart, 2003). Isso reduz a imagem do pobre como pessoa desprovida de renda, inapto a consumir bens e serviços responsáveis por lhe garantir uma vivência digna na sociedade.

A segunda abordagem, de cunho multidimensional, põe em pauta a pobreza através de múltiplas facetas, definindo-a como fenômeno de ordem não exclusivamente econômica, mas também de origem social, cultural e política. Nessa concepção, essa problemática estaria

relacionada ao processo de não satisfação das necessidades humanas, a noção de capacitação e privação relativa.

As necessidades humanas referem-se às demandas básicas e primordiais para a sobrevivência humana no que tange o processo de garantia de boas condições de saúde e nutricionais. Os indivíduos não dependem apenas de renda, mas de outros serviços e bens básicos que podem não ser sanados diretamente pela renda (Bagolin; Ávila, 2006). Destarte, atua desde o processo de satisfação das necessidades mais indispensáveis aos pobres até a inclusão de necessidades mais complexas e amplas (autonomia e liberdade), que, conseqüentemente, devem ser supridas.

A noção de capacitação remete à liberdade individual, ao estilo de vida desejado por cada pessoa na busca pelo seu bem-estar, fazendo uma crítica à equidade entre utilidade e satisfação. Nesse segmento teórico, o bem-estar excede a esfera de aquisições de mercadorias e contempla a liberdade dos indivíduos para efetuar suas escolhas em todas as esferas socioeconômicas. Dessa forma, existem pessoas que possuem mais limitações, obstáculos e dificuldades em comparação a outras em transformar a sua renda em liberdades ou potencialidades para alcançar o bem-estar.

De acordo com Sen (1997), a pobreza não se resume apenas em privações materiais, mas perpassa sob a noção de privação relativa, à falta de acesso aos recursos, serviços e bens públicos (água potável, saúde, coleta de lixo, esgoto, educação, cultura, alimentação, vestuário adequado, transporte, serviços sanitários etc.) que independem da renda individual. Concretiza-se o processo de pauperização como ausência de oportunidades reais na garantia de uma vida desejada.

Através desse viés multidimensional, a categoria geográfica “território”, fruto da manifestação de todas as espécies de relações de poder (Raffestin, 1993), torna-se um fator fundamental para compreender e analisar os processos de reprodução, disseminação e permanência dos elementos vinculados à pobreza. A temática territorial expõe o caráter heterogêneo desse fenômeno, uma vez que dá ênfase à noção de que o mesmo é fruto dos fatores históricos, econômicos, sociais e culturais presentes no processo de construção do território.

Da mesma forma, a pobreza funciona como mecanismo de territorialização, pois condiciona a apropriação do espaço por meio das relações sociais, econômicas e políticas, que consubstanciam o poder, estabelecendo territórios segregados, formados por indivíduos ou grupos sociais desfavorecidos economicamente e sem acesso aos bens e serviços públicos, apresentando dificuldade em externalizar suas liberdades individuais e capacitações na busca

pelo bem-estar. Sob esse enfoque, analisar a pobreza em determinado território requer consultar sua construção histórica, territorial, política e socioeconômica, com o intuito de entender os processos responsáveis pela sua consolidação.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem por objetivo principal compreender o processo de territorialização da pobreza em Alagoas, bem como entender os mecanismos de efetivação, permanência e disseminação desse fenômeno, que adquire características próprias nesse estado, consolidando-o enquanto território de pobreza.

Dessa forma, para o alcance do objetivo proposto, a monografia está estruturada em três seções. A primeira delas, inicialmente, aborda a evolução conceitual da pobreza ao longo da historicidade humana, perpassando pela ideia de pobreza moral (Idade Média), pobreza individual (Idade Moderna) e principalmente pelas abordagens unidimensional e multidimensional da pobreza (Idade Contemporânea).

Em segunda instância, agrega-se a discussão teórica acerca da categoria geográfica “território”, evidenciando os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, assim como, a dinâmica das territorialidades. Além de apresentar a relação existente entre a temática territorial e a pobreza, evidenciado a gama de influências que essas categorias exercem uma sobre a outra.

A segunda seção traz uma abordagem histórico-territorial acerca da construção de Alagoas enquanto território de pobreza, analisando-o a partir de sua historicidade e formação econômica. Evidenciando que a pobreza no estado além de ser um fenômeno de ordem socioeconômica, é também um elemento histórico-territorial.

Finalmente, na terceira seção faz-se a caracterização do território alagoano, em consonância com a análise quantitativa dos principais indicadores socioeconômicos nos anos de 2000 e 2010. Visando analisar a pobreza multidimensional em Alagoas, bem como estimar as regiões e municípios com maiores e menores valores ou índices para os indicadores mencionados e, a partir disso, entender a dinâmica da territorialização da pobreza no estado.

## **2 POBREZA E TERRITÓRIO: FENÔMENOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS**

A pobreza foi foco de diversas abordagens e interpretações ao longo da historicidade humana. Inicialmente, durante a Idade Média e sociedades pré-capitalistas, os principais conceitos para esse fenômeno remetem a uma visão de cunho religioso e moral, postulando-se enquanto elemento “natural” – naturalidade essa questionável – ligada ao ato da caridade.

Posteriormente, na Idade Moderna, com o advento da Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, os pressupostos ligados à pobreza passam a ter um olhar conceitual individual. Teoria essa defendida por diversos economistas e estudiosos da época que, ao explicarem a pobreza, traduzem a ideia de que o indivíduo é o único responsável de seu pauperismo. Entretanto, tanto a teoria moral/religiosa quanto a de caráter individual, mostraram-se bastante limitantes ao explicarem esse fenômeno.

Nesse contexto, a partir do século XX a pobreza passa a ser analisada com base em duas correntes ou teorias principais. Primordialmente, os primeiros conceitos para esse fenômeno remetem a uma visão unidimensional, tendo como foco os elementos relacionados à sobrevivência, estes diretamente atrelados aos fatores quantitativos de ordem econômica. Posteriormente, é analisada através de um viés multidimensional, atrelado ao abastecimento de necessidades humanas e progressivamente pela privação relativa e abordagem das capacitações.

É justamente nesse enfoque da pobreza como enquadramento multidimensional que a categoria “território” ganha destaque. O território é fruto das relações de poder que concretizam e apropriam o espaço através de elementos de ordem econômica, social, política e/ou histórico-cultural. Dessa forma, a pobreza insere-se na categoria território à medida que se fundamenta enquanto uma problemática de nível histórico, econômico e social, representada pelas concepções conceituais abordadas em ambas as correntes.

Para a formação desta seção, serão abordados pressupostos teóricos acerca das duas categorias fundamentais (pobreza e território) através de autores como: Bagoli; Ávila (2006); Barros; Henrique; Mendonça (2000); Bronzo (2007; 2010); Castel (1998); Costa (1984); Fuini (2014); Garcia (2005); Haesbert (2004; 2015); Lacerda (2009); Laderchi; Saith; Stewart (1997; 2003); Malthus (1996); Marx (2004); Regras (2018); Ricardo (1996); Rocha (2006); Salama; Destremau (1999); Santos (1996); Saquet (2004; 2013; 2015); Sen (1997; 2000; 2001); Silva; Lacerda; Neder (2012); Smith (1996); Souza (2001) Sposito (2004); Teixeira (2020); Torres; Marques (2004) entre outros.

## 2.1 A pobreza na Idade Média e sociedades pré-capitalistas

A temática da pobreza sempre esteve vigente ao longo da história humana, presente em todas as sociedades, articulando-se em um campo de estudo tão complexo e amplo, quanto histórico e antigo. Nesse viés, o foco inicial da pobreza na Idade Média tem como característica central o processo de funcionalidade, visão preconizada em: “[...] sempre devem existir pobres, para que os ‘não pobres’ possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos” (Garcia, 2005, p. 15). Nessa ótica, a pobreza adquire um caráter religioso e moral.

Segundo Lopes (2016), a contemplação da pobreza como modo de vida no Cristianismo assegura às pessoas a sua “salvação”, uma forma de presságio para os possíveis perigos das riquezas que, dentro da doutrina cristã, levariam à perdição. Em contrapartida, para os protestantes o ato da riqueza ou o fato de ser rico era tido como uma espécie de bênção divina.

Schwartzman (2001) afirma que essa doutrina enxergava na riqueza material um fator de reconhecimento, por Deus, das preces, fé e virtudes dos devotos, concebendo a pobreza como princípio crucial para a condenação. A religiosidade, à medida que conciliava o indivíduo pobre nos elementos instituintes da pobreza, intercalava os regalos e doações dos beneficiados financeiramente, construindo uma espécie de ciclo voltado ao comodismo social e ao cenário de assistencialismo.

Durante a Idade Média o fenômeno da pobreza remete à própria carência e ao seu combate atrelado à esfera moral e cristã, em que a religião atuava por meio da doutrinação da fraternidade como forma de purificação da alma do pobre através da esmola. Entretanto, tal ato era impulsionado por interesses próprios e não pela empatia ao sofrimento alheio.

As “obras de misericórdia” desenvolvem uma economia política da caridade cujo valor de troca é a esmola que “apaga o pecado”. Desse modo, estabelece-se um comércio entre o rico e o pobre, com vantagens para as duas partes: o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição. A ordem desigual do mundo também é salva nessa economia, que se revela igualmente providencial no sentido de que, reconhecendo a pobreza como necessária, justifica a sua existência e só tem que assistir suas manifestações mais extremas (Castel, 1998, p.64-65).

Nesse viés, a economia da salvação (Castel, 1998) pré-estabelecia a noção de que os pobres serviriam como mecanismo ou instrumento dentro do processo de caridade a ser praticado pelos ricos, garantindo a estes a salvação. Na sociedade feudal, a pobreza é

reconhecida como necessária no contexto das relações sociais, econômicas e religiosas, fato esse modificado com o advento do capitalismo. Assim, “[...] a figura do pobre era internalizada com extrema naturalidade - paisagem (Sussekind, 1990; Telles, 1993; Telles, 1998; Feltran, 2005)”, tanto pela igreja e nobreza, quanto pelo próprio pobre. Configurando-se como uma relação indissociável entre o sujeito pobre, a igreja e aqueles favorecidos financeiramente, na concretude dessa economia baseada na “caridade” e busca pela salvação divina, tendo a esmola como fator-chave na chamada “economia da salvação”.

Sob esse enfoque, o princípio necessário da pobreza no período pré-capitalista tinha um caráter normativo ou natural e, justamente, entender esse fenômeno no campo da naturalidade torna-se algo questionável. A “naturalidade” da pobreza nas sociedades pré-capitalistas se postava, na verdade, como enquadramento social, e não especificamente como algo natural. Desse modo, torna-se mais assertivo compreender a posição social da pobreza em relação a uma determinada hierarquia de relações sociais definidas, isto é: “[...] entender que a pobreza era tomada como natural não pode significar que a relação social estabelecida não se calcava na definição de espaços de poder. Ser bem-nascido se sobrepunha à condição de pobre” (Garcia, 2005, p. 28).

Sendo assim, esse fenômeno não deveria estar pautado sob o campo da “naturalidade”, mas no conjunto do enquadramento social, em que os espaços eram estabelecidos com base na organização estipulada pela sociedade, mesmo que a doutrina e princípios religiosos fossem concebidos no conjunto da máxima importância.

O fato da disposição dos bens e materiais dessa sociedade não ocorrer de maneira igual e que a Igreja se consagrava como um dos maiores detentores de terras e riquezas tem de ser levado em consideração. A noção da pobreza enquanto fenômeno de ordem natural também se deve ao período ao qual as sociedades pré-capitalistas vivenciavam:

[...] um momento em que o desenvolvimento das forças produtivas ainda não tinha alcançado um nível que possibilitasse acesso de todos a, pelo menos, àqueles bens considerados básicos, parece questionável. É preciso lembrar que a acumulação de terras, em muitos momentos, foi o motivo do aumento da pobreza (Garcia, 2005, p. 28).

Nessa perspectiva, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não deveria ser concebido enquanto foco central para explicar condições, níveis e estruturação da pobreza no período pré-capitalista. Na verdade, o enfoque central para estipular as características da pobreza estaria atrelado à concentração de riquezas (principalmente de terras).

Para Sposati (1988), a “naturalidade” da pobreza nas sociedades pré-industriais pode ser refutada ao analisar-se o crescimento econômico na segunda metade do século XX,

quando mesmo acompanhado de elevados níveis de desenvolvimento das atividades e forças produtivas, ocorre na mesma proporção um aumento significativo do grau de pobreza. Ou seja, “[...] ao invés de ‘natural’, a pobreza é gerada pela opção de desenvolvimento econômico-social adotado” (Sposati, 1988, p. 21). Segundo o autor, a pobreza é resultado do modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado por cada sociedade, determinando a disseminação ou limitação desse fenômeno no território.

## 2.2 A pobreza na Modernidade

Na Idade Moderna a temática da pobreza adquire novos pressupostos e elementos, por meio da Revolução Industrial disseminada pela legislação de proteção aos pobres instituída na Inglaterra. A discussão que se sustenta surge a partir dos efeitos interligados da “[...] grande expansão demográfica e o processo de esvaziamento dos campos, que lançaram milhares de pessoas nas cidades, em condições extremas de privação e pauperismo (Schwartzman, 1997, p. 8)” A problemática da pobreza agrava-se em meio à modernização da sociedade e do crescimento populacional das cidades.

Corrazza (2005) expõe uma conjuntura sociopolítica caótica postulada durante a Revolução Industrial, as chamadas leis dos pobres, que em linhas gerais estabelecia o auxílio à parcela da população em estado de pobreza, começaram a ser confrontadas pelos capitalistas industriais e grandes proprietários de terras, em decorrência de empecilhos na consolidação do mercado de trabalho, da produtividade industrial, assim como dos altos custos de sua implementação. Para o autor, tanto David Ricardo (forte defensor da burguesia progressista da época) quanto Thomas Malthus (aliado a elite proprietária de terras) questionavam os princípios e direitos concebidos por estas leis.

Malthus (1996) defendia a ideia de que os trabalhadores pobres não optavam por poupar sua renda quando lhes era possível, atribuindo ao próprio indivíduo a causa de seu estado de pauperismo. Para ele, as leis dos pobres contribuíam no processo de negativa a poupança e conseqüentemente na ausência de prosperidade.

O trabalhador pobre, para usar uma expressão vulgar, vive ao deus-dará. Suas necessidades do momento ocupam toda sua atenção e eles raramente pensam no futuro. Mesmo quando têm uma oportunidade de poupança, raramente a fazem [...]. Por essa razão se diz que as leis dos pobres da Inglaterra diminuem tanto a condição como a vontade de poupar do povo, e assim enfraquecem um dos mais fortes estímulos à sobriedade e à atividade e, conseqüentemente, à prosperidade (Malthus, 1996, p. 271).

Em Malthus, a justificativa para a miséria da humanidade estava ligada ao fato de o crescimento populacional ocorrer em um nível maior e mais acelerado do que a produção de alimentos. Assim, os pobres seriam causa desse efeito de desequilíbrio entre o crescimento da população e a desaceleração da produtividade.

Segundo o pensamento malthusiano, o aumento populacional postava-se como uma relação natural, acompanhando as mudanças impostas pela Idade Moderna, assim como ao rápido crescimento e urbanização das cidades. Contra essa “lei natural”, nada podia-se fazer, a não ser a inspeção moral. Com base nas ideias malthusianas, a pobreza não estava presente nos lucros excessivos “[...] que representava uma razão humana e não uma lei natural [...]” (Garcia, 2005, p. 44). Nesse contexto, a culpa da permanência, reprodução e disseminação da pobreza estava atrelada ao próprio indivíduo, que se espalhava em um grau de proporção e crescimento maior do que suportaria o sistema produtivo.

Correlacionado com o pensamento malthusiano, Ricardo (1996) atribui ao meio individual – excluindo do campo social – as causas da pobreza. O autor afirma que os pobres não podem esperar pelo ato da caridade sistemática, ou apenas casual, e sim recorrer ao seu esforço individual no processo de manutenção da vida. Além disso, Ricardo leva em consideração a “lei de renda”, trazendo a distribuição salarial como fator condicionante ao aumento da população.

[...] quando o preço do mercado é alto, quando os trabalhadores recebem mais do que o bastante para a manutenção de suas famílias, então a tendência é aumentar o tamanho dessas famílias. E o aumento do número de trabalhadores reduzirá os salários. Quando o preço do mercado é baixo, quando os trabalhadores recebem menos do que o necessário para manter as famílias, então seu número se reduz. E um número menor de trabalhadores eleva os salários (Ricardo, 1996, p.76).

Essa lei estabelecia uma relação crescente e decrescente entre a renda dos trabalhadores e o aumento deles. Num primeiro momento ocorreria um crescimento das famílias provocado pelo aumento salarial, posteriormente, com o aumento da quantidade de trabalhadores, seus salários tenderiam a diminuir. Sendo assim, mais trabalhadores diminuiriam o poder de compra dos mesmos, empurrando-os para a zona de indigência. A discussão sobre o caráter individual da pobreza perpassa ainda por autores como Guimarães (2016) e Montaña (2012). Em ambos, a sociedade e o Estado não têm influência no processo de existência e disseminação desse fenômeno. “Seja a pobreza considerada como carência ou como vadiagem, seu enfrentamento sempre remete à consideração de que sua causa se encontra no interior dos limites do próprio indivíduo e não como uma questão do sistema

social” (Regras, 2018, p. 17).

Excluíram-se os fatores de ordem social e política nesta abordagem, o ser pobre surge e se propaga a partir da falta dos indivíduos de se manterem em condições de vida digna, cuja renda se mostra insuficiente para garantir sua dignidade. O foco da pobreza enquanto condição de subsistência ganha destaque entre os séculos XIX até a primeira metade do século XX.

Trata-se de uma concepção unidimensional, com viés quantitativo, levando em consideração aspectos de cunho econômico, mais especificamente a renda monetária. Essa quantificação da pobreza foi severamente introduzida na Inglaterra, espalhando-se rapidamente por todo o continente europeu. Contudo, o grande problema desse prisma teórico fundamenta-se na explicação dos baixíssimos índices de auxílio e assistência aos indivíduos pobres pela noção de sobrevivência, isto é, o pobre deveria ser mantido de acordo com o nível de subsistência.

Nessa perspectiva, em Adam Smith (1996), a problemática da pobreza se postulava com base em uma ótica fundamentalmente econômica, seria fruto do atraso econômico, sendo possível o seu controle ou até mesmo a sua eliminação. Para ele, “[...] uma sociedade mercantil seria capaz de eliminar a pobreza através da geração de emprego e renda” (Regras, 2018, p. 17). De acordo com o pensamento smithiano, o ponto de partida para entender o processo de estruturação e/ou organização das sociedades, aliado às correlações produtivas provenientes da divisão do trabalho se enquadra na aptidão para a troca.

É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios — multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho — que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo (Smith, 1996, p. 70).

As teorias smithianas estabelecem a pobreza através de um viés estruturalmente monetário, definindo-a enquanto resultado dos processos, elementos e fatores ligados à economia, a qual uma correta divisão do trabalho e administração dos meios de produção seria capaz de gerar riquezas, adentrando a pirâmide social, desde o topo até a base. Em contrapartida, neste mesmo período os pensamentos e teorias de Marx (2004) expõem o processo e dinâmica de produção, bem como a acumulação de capital em vertentes distintas daquelas destacadas anteriormente.

Marx atribui ao que ele chama de “[...] dinâmica destrutiva da humanidade [...]” (Garcia, 2005, p. 45) a própria conjuntura e estruturação do sistema capitalista que, de modo geral, não construiria nenhum elemento fundamental para o bem-estar social (liberdade,

igualdade, fraternidade e felicidade). Desse modo, a pobreza com base no pensamento marxista surge como característica estrutural no interior do capitalismo.

A definição de pobreza como uma problemática de cunho individual e, posteriormente, compreendida como insuficiência de renda, quantificada apenas por fatores de ordem econômica (unidimensional), perde força a partir de 1970, definindo-a enquanto um fenômeno proveniente não apenas de elementos econômicos, mas de fatores sociais, políticos e culturais. As mudanças ocorridas no modo capitalista durante a década de 1970, interligadas com a crise do sistema fordista “[...] provocaram o esgotamento daquele modelo de sociedade e inauguraram um período de reestruturação econômica e de reajustamento político e social em diversos países, que se estende até os tempos atuais” (Codes, 2008, p. 14).

É nesse momento que a noção de fomentação das necessidades básicas ao indivíduo tem destaque, ou seja, a pobreza institui-se como a ausência de bens e serviços básicos necessários à vida digna da população. “Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples” (Crespo; Gurovitz, 2002, p. 4).

A imagem do pobre também sofre alterações. Em termos gerais, o que muda ao longo da historicidade humana na figura da “pessoa desprovida de algo” é a sua própria representação social (estereótipo social, integração coletiva, sujeito de direito, indivíduo culpado de seu pauperismo). O pobre, perpassando pela história humana, é um ser em constante mudança. Dessa maneira, “[...] as transformações histórico-sociais afetam diretamente na subjetividade da concepção da pobreza” (Guimarães, 2016, p. 80).

É nesse cenário histórico-econômico-social que convém analisar as duas principais abordagens contemporâneas sobre a concepção de pobreza. A primeira de caráter unidimensional, debruçando-se inteiramente na conjuntura quantitativa econômica, trazendo à tona os princípios da abordagem monetária e da pobreza absoluta. E, a segunda, a abordagem multidimensional, com enfoque, principalmente, na visão desse fenômeno a partir dos elementos sociais, destacando-se as necessidades humanas, a abordagem das capacitações, a noção de privação relativa e a definição de pobreza relativa.

### **2.3 O conceito de pobreza: abordagem unidimensional e multidimensional**

Em termos gerais, o fenômeno da pobreza é compreendido como ausência, ou de

materiais básicos importantes para a sobrevivência, ou de ausência de cidadania. Essa distinção, apesar de ser pouco expressiva, dá margem para analisar a pobreza através de diferentes estudos e abordagens conceituais.

A pobreza enquanto falta de materiais básicos é fruto da corrente unidimensional, pautando-se a partir da dimensão econômica. Ao passo que a pobreza como falta de cidadania surge através da abordagem multidimensional, tendo como núcleo teórico as dimensões de cunho social e político. Tal diferenciação refere-se aos aspectos e elementos estabelecidos como centro de análise de cada abordagem. Sendo assim, ambas não são excludentes. A problemática da pobreza pode ser entendida como insuficiência de renda (unidimensional) e como privação das capacidades ou necessidades básicas (multidimensional).

Segundo Garcia (2005), a dimensão econômica é entendida como pressuposto analítico que enfoca a ausência ou falta de recursos materiais essenciais para a vida e sua manutenção. Embora tanto a dimensão econômica quanto a social e a política possam se aproximar por vezes, em geral, é possível trazer à tona esse distanciamento conceitual com relação ao foco central de cada perspectiva.

### 2.3.1 Abordagem unidimensional

A primeira corrente teórica contemporânea, aquela que se debruça em uma única dimensão ou vertente, trata-se de uma abordagem conceitual fortemente difundida até a década de 1950. Essa concepção atribui ao fenômeno da pobreza a noção de subsistência, encontrando forte apoio dentro da teoria econômica tradicional ou neoclássica, condicionada pelos pensamentos utilitaristas. De maneira que “[...] a ‘utilidade’ de uma pessoa é representada por alguma medida de seu prazer ou felicidade” (Sen, 2000, p. 77), estabelecendo a ideia de valor a partir da utilidade individual, postulada em pressupostos de cunho subjetivo. O sujeito é entendido enquanto consumidor, o qual o seu comportamento tem por objetivo a maximização da utilidade, assim os gastos gerados pelo consumo traduzem a utilidade que as mercadorias ou bens por ele consumidos geram para si.

Nesse viés, como afirma Laderchi (1997), o bem-estar do indivíduo é delimitado por meio do processo ou função de consumo e, por consequência, o bem-estar social é dado pela maximização da união das utilidades ou pelo princípio de consumo totalitário. Outrossim, a renda e consumo são vistos como únicos indicadores de bem-estar. “A pobreza é entendida como insuficiência de renda (consumo), que impede o indivíduo de alcançar um nível mínimo

de bem-estar que maximiza a utilidade total” (Laderchi; Saith; Stewart, 2003, p. 7). Exclui-se nessa abordagem qualquer pressuposto fora da esfera econômica.

Nesta, leva-se em consideração a homogeneidade dos indivíduos e não o caráter heterogêneo de cada um. As distinções individuais são observadas utilizando como parâmetro as restrições ou limitações orçamentárias. Tendo um olhar econômico mais amplo em meio ao viés utilitarista, a utilidade gerada por certo nível de renda tem relação direta com uma variedade de elementos e circunstâncias diversas, assim, mostra-se diferente de acordo com a realidade de cada indivíduo.

Limitar a pobreza a apenas um fator ou indicador monetário, especificamente a renda, incorre de modo geral a suprimir esse fenômeno apenas a óptica econômica, excluindo o indivíduo do cenário social a qual faz parte. Para Sen (2000), a problemática da pobreza é mais extensa ao observá-la além da esfera da renda. Sendo assim, “[...] o utilitarismo representado pela renda não consegue captar o interesse geral das condições de igualdade, tendo em vista as diversidades existentes entre os seres humanos” (Silva; Lacerda; Neder, 2001, p. 514), restringindo a análise de cada indivíduo de maneira equivalente através de sua condição monetária. Dessa forma, a abordagem unidimensional é fortemente criticada por justamente mostrar-se despreocupada com as desigualdades no que diz respeito ao processo de distribuição de utilidades. Como aponta Sen (1997), a renda diagnostica somente uma parcela superficial das várias maneiras e modos de vida humana.

Recursos monetários não podem ser indicadores críveis, devido às diferenças que os indivíduos enfrentam para transformá-los em realizações. É preciso levar em conta o fato de algumas pessoas necessitarem de mais recursos que outras para obterem os mesmos resultados (Silva; Lacerda; Neder, 2001, p. 514).

Nesse cenário, a utilização de algumas correntes ou dimensões na busca pela conceitualização e análise da pobreza explica-se pelo fato de que mesmo o mais coerente indicador fundamentalmente econômico incorre na estimação da pobreza com base num viés limitado, subjetivo e superficial. É inegável a importância dessa abordagem na busca pela compreensão e análise da pobreza, entretanto, a mensuração desse fenômeno não pode ter seu início e fim apenas nos elementos ligados à renda. É nesse contexto que a vertente multidimensional se demonstra como a evolução final no que se refere ao pensamento científico da pobreza, exatamente por amplificar e dar maior visibilidade aos debates e discussões acerca dessa problemática.

### 2.3.2 Abordagem multidimensional: das necessidades humanas básicas a vertente das capacitações e noção de privação relativa

O multidimensionalismo da pobreza surge a partir das críticas, insuficiências e limitações provenientes da mensuração desse fenômeno através da perspectiva monetária. Dessa forma, a maneira mais assertiva de analisar a pobreza surge da relação e conjuntura das diversas dimensões, além daquela tipicamente econômica. Nesse viés, a pobreza é um fenômeno multidimensional resultante de um conjunto de elementos e fatores de ordem econômico-monetária e sociopolítica. Seu aspecto multipolar remete principalmente a duas correntes complementares: a de necessidades humanas básicas e a da abordagem das capacitações. Ambas as perspectivas apresentam grande relevância no interior deste debate, sobretudo, por não se pautar em mensurações utilitaristas na estimativa da pobreza.

#### 2.3.2.1 A pobreza através da teoria das necessidades humanas

Por volta de 1970, conforme aponta Rocha (2006), novos elementos foram incrementados ao conceito da pobreza, deixando de ser algo totalmente atrelado a traços econômicos e estando ligado ao processo de satisfação de necessidades humanas, tratando-as como o mínimo necessário à sobrevivência individual, isto é, as requisições fisiológicas e o acesso aos serviços e bens públicos (água potável, saúde, coleta de lixo, esgoto, educação, cultura, alimentação, vestuário adequado, transporte, serviços sanitários etc.). É nesse momento que o conceito da pobreza perpassa um viés multidimensional, tratando-o enquanto consequência de uma série de fatores de caráter não apenas de ordem econômica, mas de origem social, cultural e política. A partir disso, os sujeitos considerados pobres são aqueles que não apenas têm uma renda monetária precária, mas cuja vivência social apresenta ausência ou deficiência de acesso a esses recursos e serviços básicos fundamentais à vida digna.

Recursos monetários podem não ser suficientes para assegurar uma oferta adequada de bens e serviços, porque elementos centrais como serviços de saúde, educação e oferta de boa água dependem da provisão pública e não apenas de renda privada (Stewart, 2006, p. 11).

A administração e a estrutura política ocupam um papel essencial no processo de construção do “ser pobre” ao passo que a precariedade e a falta de acesso aos serviços e bens públicos favorecem a disseminação da pobreza, ajudando na consolidação do indivíduo

enquanto constituinte desse processo. Nesta abordagem, a preocupação central gira em torno da qualificação da pobreza, deixando em segundo plano os elementos relacionados à sua quantificação.

Essa abordagem faz questionamentos referentes à relatividade disseminada no processo de mensuração e caracterização da pobreza, à medida que expõe o caráter relativo das necessidades humanas nos lugares, territórios e no tempo de acordo com cada sociedade. Nesse momento destaca-se os problemas sociais relacionados a: vulnerabilidade, exclusão social e desigualdade. “[...] a desigualdade proveniente da estrutura econômica continua sendo a primeira razão da pobreza. Desigualdade de renda, desigualdade de acesso, desigualdade de meios, desigualdade na detenção de ativos são exemplos” (Albuquerque; Cunha, 2012, p. 48).

Não se distancia abruptamente da estrutura econômica na concretude da pobreza, mas inclui-se a ela novos elementos e fatores ligados à satisfação das necessidades humanas na busca por uma vida digna. Para Streeten (1981), a vertente das necessidades humanas é fortemente definida por uma variedade de interpretações.

De acordo com o autor, o princípio das necessidades na definição da pobreza emerge substancialmente a partir da noção de “[...] uma quantidade mínima específica de alimentos, roupas, abrigo, água e saneamento que são necessários para prevenir problemas de saúde e subnutrição” (Silva, 2010, p. 31). Perspectiva essa, atrelada às condições nutricionais, físicas e sociais mínimas para a sobrevivência do indivíduo. Por conseguinte, a abordagem das necessidades básicas também segue num enfoque subjetivo, se caracterizando como o processo de satisfação dos consumidores, isto é, “[...] o suprimento de renda necessário para compra de bens e serviços básicos” (Silva, 2010, p.10), essa linha teórica foi fortemente difundida entre os economistas neoclássicos.

Seguindo as diversas vertentes ligadas à interpretação da pobreza multidimensional através da abordagem das necessidades humanas, Bagoli e Ávila (2006) atribuem à mesma três momentos ou estágios diferenciados: as necessidades vitais ou sobrevivência (primeiro estágio); a teoria das necessidades básicas (segundo estágio); e, por fim, o novo enfoque das necessidades humanas (terceiro estágio).

O estágio inicial, das necessidades vitais, ligado à sobrevivência do indivíduo, pode ser classificado como recursos naturais e recorrentes (Bagolin; Ávila, 2006). Nesse contexto, as necessidades são postuladas enquanto requerimento no processo de manutenção da vida e sobrevivência, cuja satisfação da mesma reverbera na construção de uma vida minimamente digna ao indivíduo.

A ideia de necessidades naturais enquadra-se no conceito de necessidades fisiológicas

fundamentais à vida humana. Assim, ao entender a pobreza no campo das necessidades de cunho vital, incorre-se de haver certa exclusão da relevância das necessidades em geral. As necessidades básicas nesta abordagem não produzem distinções evidentes daquelas provenientes da vida animal, e sua fomentação deve ser estabelecida com os mínimos requisitos possíveis. De maneira geral, as necessidades humanas de caráter natural limitam-se à insatisfação das necessidades importantes na garantia de sobrevivência dos seres humanos, mostrando-se restrita à medida que não abrange outras dimensões da própria conjuntura individual e social humana.

Sob esse ponto de vista, inicia-se o debate acerca do segundo estágio. Neste, as necessidades humanas são tratadas na visão das necessidades básicas, caracterizando-as por meio do padrão de vida considerado mínimo necessário para que o indivíduo ou grupo social, sobretudo, os pobres sejam capazes de desenvolver-se no meio socioterritorial.

De acordo com Lacerda (2009), a teoria das necessidades básicas surgiu em contrapartida à ideia de controle e extinção da pobreza a partir do desenvolvimento promovido pelo crescimento econômico. Para ele, tal fato se consagra como um dos pontos iniciais a criticar o crescimento de ordem econômica no processo de desenvolvimento social. “[...] ao priorizar o atendimento às necessidades básicas das pessoas, foca-se na distribuição apropriada de bens e serviços entre os seres humanos para que possam usufruir de um nível de vida minimamente decente” (Stewart, 2006, p. 35).

Em termos gerais, a abordagem das necessidades básicas pauta-se não apenas no processo de satisfação e fornecimento de serviços e bens de mercado, mas, principalmente no acesso aos serviços públicos essenciais à vida (saneamento, saúde, educação etc.), ou seja, necessidades materiais e não materiais importantes no processo de manutenção da vida.

Por fim, Doyal e Gough (1991) apresentam a nova teoria das necessidades humanas (terceiro estágio), pautando-se ambigualmente em contraposição à chamada soberania do consumidor. Nesta, as necessidades humanas baseiam-se na noção complexa de necessidades estipuladas através de um viés universal e objetivo. O pressuposto universal refere-se aos indivíduos que, independentemente de sua concretude dentro de uma posição cultural e geográfica, são submetidos a necessidades básicas recorrentes, perpassando elementos históricos, culturais e territoriais. Nesse viés, a não satisfação das necessidades básicas promove prejuízos parecidos em diferentes territórios, sociedades e culturas.

Essa nova forma de entender as necessidades humanas concretiza a ideia final dessa abordagem, ao fazer uma correlação entre as questões de ordem fisiológica ou natural, ligada ao aspecto econômico; e a vertente relacionada às necessidades básicas, postulando-se

principalmente através do acesso e fornecimento dos serviços públicos necessários à vida digna.

### 2.3.2.2 Abordagem das capacitações e a noção de privação relativa

A década de 1980 é marcada pela implantação de novos aspectos relacionados à conceitualização da pobreza ainda sob o viés da multidimensionalidade, tendo forte destaque a abordagem das capacitações e/ou privação relativa, tornando o fator social intrinsecamente atrelado à pobreza. Nessa perspectiva, os princípios de igualdade, desigualdade e liberdade substanciais abordados na obra de Armatya Sen são cruciais para entender não somente o caráter contextual e pluralista da pobreza, mas também para compreender as teorias do bem-estar social e do desenvolvimento socioeconômico.

A noção de capacitação é formulada pela rede de fatores de funcionamentos, considerando a liberdade substancial do indivíduo culminando na conclusão de um estilo de vida desejado por ele. Nesse sentido, Kuklys (2005) refere-se à abordagem das capacitações configurada em duas esferas. A primeira diz respeito à satisfação do bem-estar medido através de suas funções ou funcionamentos e a segunda refere-se à potencialidade de bem-estar estabelecida ao nível de capacitação. Sob esse olhar, as capacitações são mecanismos fundamentais no processo de busca pela liberdade.

Nesta teoria, o êxito de qualquer sociedade é condicionado pelas liberdades utilizadas pelos seus membros, à ausência desta liberdade às pessoas proporcionam novos mecanismos disseminadores da pobreza. A mesma é entendida como sendo “[...] o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (Sen, 2000, p. 33). Isso põe em pauta o pressuposto do indivíduo enquanto agente capaz de promover mudanças e ser ativo dentro da sociedade a qual pertence.

Assim, o problema da pobreza insere-se “[...] numa perspectiva que, sem negar os fatores econômicos, dá importância às conotações legais, às implicações políticas e à sua pertinência social” (Salama; Destremau, 1999, p. 77). Fica evidente a distinção fundamental daquela defendida e analisada pela abordagem monetária e/ou econômica, dispensando o utilitarismo enquanto fator de bem-estar e a maximização da utilidade como aspecto inteiramente comportamental.

O julgamento baseado na utilidade total atesta que o utilitarismo não tem interesse pela distribuição das utilidades e ignora os problemas referentes à desigualdade na distribuição de bem-estar e utilidades entre pessoas

distintas. Além disso, o critério utilitarista atribui pesos iguais aos ganhos e perdas de utilidades de todos (Silva, 2015, p. 58).

À medida que os seres humanos são entendidos como seres indiferentes e igualitários, ignoram-se suas diferenciações no contexto individual, social e geográfico. Logo, mesmo que duas ou mais pessoas tenham a mesma quantificação monetária de renda, ambas podem se mostrar distintas na maneira, potencialidade, preferência e utilidade do que deve ser considerado importante para elas.

Em síntese, a concepção na busca pela contextualização da pobreza com base na renda trata esta última como sendo um fator equivalente entre todos os indivíduos, ignorando a noção de que “[...] o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente de nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos” (Sen, 2001, p. 60). Em outras palavras, há uma exclusão do fato de que algumas pessoas têm mais limitações e dificuldades em comparação a outras em transformar a sua renda em liberdade e, posteriormente, em bem-estar.

Desse modo, a privação relativa também tem seu papel de destaque na concretude dessa corrente. Segundo Sen (2000), a privação de caráter relativo remete a uma discussão mais expansiva sobre os critérios e definições referentes ao contexto da pobreza, o que traduz a negação de possibilidades e oportunidades consideradas básicas para o desenvolvimento humano e fundamental para a vida. Isso acaba por caracterizar também como uma espécie de privação de liberdades, à medida que impõe limitações de possibilidades e perspectivas de vida a qual os indivíduos idealizam ter.

A privação relativa é definida no interior do contexto social em que o indivíduo vive, compreendendo não uma renda definida, mas sim um estilo de vida comum àquela sociedade, que abrange [...] bens e serviços que permitem o indivíduo desempenharem um papel social, político e econômico naquela sociedade, bens estes que o pobre não tem, ou tem acesso limitado, comprometendo desta forma seu papel dentro de uma coletividade (Teixeira, 2020, p. 2671).

Nesse viés, as questões econômicas são importantes apenas enquanto fontes instrumentais de mensurações quantitativas, pois há diversos elementos ou fenômenos sociais que se concretizam de maneira intrínseca, tornando-se relevantes à medida que traduzem o processo de privação de capacidades das pessoas.

A partir do enfoque multidimensional das capacitações, o fenômeno da pobreza pode ser mensurado com base na ideia das capacitações básicas. Sendo assim, “[...] os funcionamentos relevantes para esta análise podem variar desde os físicos elementares [...] até

realizações sociais mais complexas tais como tomar parte na vida da comunidade [...]” (Sen, 2001, p. 173). Ou seja, os fundamentos funcionais desta análise dependem não apenas da posse de bens e materiais, mas, exponencialmente, do acesso e disponibilidade dos serviços públicos, bem como da capacidade de usar-se bens privados de modo livre.

Os parâmetros de pobreza e desenvolvimento concebidos na abordagem das capacitações são medidos pela inquietação com a qualidade de vida das pessoas, e não somente pela quantificação desse fenômeno por meio da renda. É por esse motivo que o processo das capacitações se torna um fator difícil de ser mensurado, pois estas se caracterizam enquanto uma rede de potencialidades e resultados disponíveis para cada pessoa (Silva, 2015). Assim, a quanti-qualificação das capacitações se mostra uma variável complexa e bastante difícil na mensuração da pobreza, mas fundamental, pois traz à tona as questões de ordem social, econômica e política como mecanismos fundamentais no processo de capacitação necessária ao bem-estar e liberdade individual/social.

Tendo isso em vista, a análise da pobreza nessa conjuntura se predispõe na concentração em privações relativas, além da constatação de outras influências sobre a privação de capacitações, não exclusivamente a renda. Sendo assim

[...] a perspectiva da pobreza como privação de capacidades [capacitações] não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades [capacitações] de uma pessoa (Sen, 2000, p. 109).

Os ideais trazidos por Sen (2000) remetem essencialmente ao núcleo conceitual qualitativo estabelecido por essa corrente, dando ênfase aos processos de liberdades e realizações, ao passo que os funcionamentos refletem uma maneira de vivência, de maneira que o indivíduo, a partir de possíveis escolhas, pode encarar esse modo de levar a vida através das oportunidades e capacidades disponíveis a ele.

Nesse viés, o fator de bem-estar não deve ser meramente estipulado com base nos aspectos apresentados pelo rendimento e pela utilidade. Logo, mesmo que se identifiquem restrições acerca dos níveis e índices de pobreza com base nessa abordagem, é importante destacar que a construção desses índices é fundamental no planejamento e formulação de políticas que tenham por meta minimizar as privações acometidas aos indivíduos, e assim auxiliem na redução dessa problemática no contexto social.

Portanto, a definição direta de pobreza não deve conter-se dentro da esfera do fraco nível das diversas perspectivas para a mesma, e sim, focar-se na inadequação dos elementos

econômicos relacionados à necessidade das pessoas em transformá-los em capacidades ou capacitações de modo a funcionar no interior do ambiente social, cultural, territorial e econômico de cunho particular.

### 2.3.3 Pobreza absoluta e pobreza relativa

Atrelada às vertentes unidimensionais e multidimensionais, a pobreza também pode ser caracterizada em nível absoluto e relativo. A pobreza absoluta ou extrema pode ser entendida como a ausência ou carência de rendimentos que devem suplantar as necessidades humanas básicas. Desse modo, entende-se por pobreza absoluta “[...] uma condição de vida de tal modo caracterizada por subnutrição, analfabetismo e doença que fique abaixo de qualquer definição razoável de decência humana” (Banco Mundial, 1980, p. 32). Em síntese, a pobreza absoluta estabelece certo nível de satisfação mínima ou até mesmo de suficiência das necessidades básicas de qualquer indivíduo com base na sua renda.

Além disso, a mesma cria um limite ou linha de pobreza, assumindo o status de pobre a porcentagem da população que se encontra abaixo dela. O indivíduo indigente é identificado pela insuficiência de renda, ou de consumo, usando como parâmetro de medição a linha da pobreza monetária e, por conseguinte, a linha de indigência.

A primeira delas é entendida como “[...] o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor” (Barros; Henriques; Mendonça; 2000, p. 22). Desse modo, os pobres são aqueles que não possuem renda suficientemente acima da linha imposta como parâmetro monetário, conseqüentemente, não apresentam valor de consumo. A linha de indigência refere-se às características e necessidades nutricionais básicas que garantem as condições vitais mínimas do indivíduo. Nesta, “[...] os indivíduos cuja renda é inferior ao valor da linha de indigência encontram-se na situação de pobreza extrema” (Silva; Lacerda; Neder, 2012, p. 512). Sendo assim, o indivíduo pobre é aquele incapaz de restabelecer seus componentes nutricionais através da sua renda mensal.

Em contrapartida, o conceito de pobreza relativa está fortemente relacionado à distribuição e organização da renda, em que a problemática da pobreza é entendida a partir do padrão de vida social ao qual as pessoas estão submetidas. Sendo assim, a sua definição está atrelada à condição a qual o indivíduo, em comparação a outros, tem deficiência em conseguir algum rendimento ou atributo esperado, sejam eles, a renda, condições necessárias para o

emprego e aquisição de poder. “Considera a pobreza como fenômeno essencialmente relativo, no sentido de que não é possível defini-la convenientemente sem uma referência direta e explícita à sociedade em geral” (Costa, 1984, p. 280).

Em termos gerais, a pobreza relativa apresenta-se como a insuficiência de recursos capazes de fomentar as necessidades (básicas e não básicas) fundamentais para viver com dignidade, ou seja, o indivíduo possui menos que outros na sociedade.

[...] a pobreza relativa é uma concepção onde um elemento da sociedade é pobre quando não tem recursos suficientes para sustentar um nível de vida que é generalizado na sociedade que integra, mantendo-se numa posição de exclusão social, ou seja, é uma nítida situação de desvantagem em relação ao resto das pessoas ao seu redor (Regras, 2018, p. 20).

Contrariando às linhas de pobreza impostas por aquela de caráter absoluto, as métricas da pobreza relativa estão fundamentalmente ligadas às relações no processo de distribuição de renda. Segundo Romão (1982), a concepção da pobreza pelo viés relativista predispõe analisá-la sob o enfoque das privações relativas. Nesse segmento, Rocha (2006) atrela a concepção dessa vertente ao pressuposto de que o alvo social se postula além do próprio aumento de valor e riqueza, mas no processo equivalente de distribuição dos resultados alcançados pelo crescimento econômico.

Nesse contexto, a pobreza absoluta difere-se da pobreza relativa a partir do núcleo de análise estabelecido por ambas. O princípio central da vertente absoluta é justamente entender e mensurar a pobreza através da quantidade de capital necessária para satisfazer às necessidades fisiológicas e básicas do indivíduo, estando atrelada aos elementos de cunho unidimensional. Ao passo que a pobreza relativa tem seu foco nas necessidades a serem atendidas de acordo com o modo de vida vigente em determinada sociedade, a fim de minimizar as desigualdades entre o sujeito e a sociedade a qual está inserido, sendo precursora da corrente multidimensional.

## **2.4 O território e seus desdobramentos**

A categoria “território” se produz a partir do espaço, consolidando-se por meio da apropriação social do espaço através de um viés cultural, econômico ou político por “atores” que exercem determinadas atividades sociais.

Aprofundando-se no conceito de territorial, Rogério Haesbaert o analisa em diferentes vertentes, criando uma classificação com base em três linhas principais: 1) jurídico-política,

no qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural, onde “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (Haesbaert *apud* Sposito, 2004, p. 18). Nesse sentido, é possível identificar a grande complexidade presente na malha territorial, fundamentada a partir de diferentes processos e relações de caráter social.

Na concepção de Raffestin (1993), a formação do território é definida pelas relações de poder. “O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado [...]” (Blackburn, 1997, p. 301). Dessa maneira, a categoria território torna-se indissociável dos elementos e mecanismos que condicionam o poder, podendo ser de ordem social, política, econômica e/ou cultural. Assim o território é:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (Raffestin, 1993, p. 144).

Portanto, para o autor, território e poder apesar de serem dotados de autonomia são fenômenos coextensivos. Além disso, para ele o território se configura como categoria geográfica anterior ao espaço. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (Raffestin, 1993, p. 143). Nessa perspectiva, ao apropriar-se do espaço, o “ator” congruente no processo de produção do território, irá territorializá-lo.

Em Souza (2001) o território também tem seu núcleo de construção baseado nas relações de poder, não se limitando a pensar a construção dessa categoria apenas sob o enfoque da ação do Estado, ou somente como um princípio de dominação ou controle, o seu conceito é mais complexo e não se restringe a pensá-lo enquanto fruto do Estado-Nação.

Na análise de Saquet (2015), o território nada mais é do que uma construção histórica, social, econômica e cultural, em que os processos de dominação e apropriação do espaço e da sociedade nela inserida conduzem a consolidação de um determinado território. Para o autor, as condições que levam o desenvolvimento territorial remetem à essência histórica da construção do território a partir da relação homem-natureza-sociedade. A forma como ocorre a interação dessa tríade é capaz de definir a consolidação do território como um espaço

degradante ou sustentável. Nesse viés, o território significa:

[...] natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação e dominação e controle; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade (Saquet, 2013, p. 24).

Saquet expõe o caráter complexo e abrangente dessa categoria, estabelecendo quatro fundamentos principais na composição territorial, as forças econômicas, culturais, políticas e ambientais, na qual relacionadas mutuamente, consolidam determinado território em diversas “[...] centralidades/temporalidades/territorialidades [...]” (Saquet, 2004, p. 28). Logo, a apropriação territorial perpassa o contexto econômico, cultural, político e ambiental, integrando territórios heterogêneos e dispostos nas dicotomias sociais.

De acordo com Santos (1996), o território não engloba apenas as relações de poder na sua concretude, mas também relações de ordem econômica e simbólica. Para ele, não é apenas o território propriamente dito a categoria de estudo social, mas o território apropriado, produzido e usado, ordenado pelos diversos agentes na sua formação. Nesse sentido, o território usado é compreendido enquanto escala geográfica social e material.

Destarte, com base nos autores e abordagens citadas, observa-se que ao analisar a categoria território:

Milton Santos elabora uma argumentação de caráter eminentemente epistemológica, pautada em processos sociais e reconhecendo a natureza como um elemento do território; R. Haesbaert faz uma discussão teórica e ontológica centrada na reterritorialização a partir de fatores políticos e culturais, incorporando mais recentemente uma preocupação mais sistemática com a natureza e, M. Saquet efetiva uma discussão teórico-metodológica, destacando a produção do território sob as forças econômicas, políticas e culturais [...] (Saquet, 2013, p. 122).

A partir disso, compreende-se que o território é definido através de uma conjuntura social, política, econômica, cultural e ambiental, condicionada por agentes dessa mesma estrutura que ao exercerem as relações de poder no processo de apropriação do espaço produzem o território, destacando-se a partir disso os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como as territorialidades.

#### 2.4.1 Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) e a dinâmica das territorialidades.

A partir das discussões teóricas acerca do território, torna-se fundamental analisar seus principais elementos, dentre eles destacam-se os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como o princípio das territorialidades.

No que concerne à dinâmica deste último, destaca-se a sua característica principal: a maneira pela qual o território se organiza e estrutura-se. As territorialidades têm uma íntima relação com o sentido de pertencimento, ao qual o indivíduo ou grupo social guardam em subjeção ao território a qual compõe, logo, não é meramente a apropriação do espaço, mas as relações e interações de vivência nesse cenário espacial e posteriormente, territorial.

Saquet (2015) estabelece uma forte relação entre território e tempo no contexto das territorialidades, de maneira que, tendo o espaço enquanto temporalidade e o território pautando-se por meio das territorialidades, se adquire um caráter estatal e histórico relacional. O próprio conceito de territorialidade está fortemente atrelado ao aparato socio-governamental, onde pode ser entendida como:

[...] área de exclusiva ação de um Estado e seu aparato jurídico, normativo e militar; remete à ação de poder e de sentimento de pertencimento alimentado por um indivíduo, grupo ou instituição em dado espaço; deslocamentos e itinerários de grupos e indivíduos que remetem a vínculos de identidade, podendo variar em dias da semana, horários de um mesmo dia (territorialidade cíclicas ou transitórias). Grupos diferentes podem conceber territorialidades a partir de um mesmo local (Fuini, 2014 p. 229).

Consideram-se como territorialidades todos os atos e atividades diárias realizados pelos sujeitos e grupos sociais com o objetivo de transformar, moldar e possivelmente aprimorar sua situação de vida, de modo a realizar não apenas o crescimento a nível econômico, mas, sobretudo, instaurar medidas a fim de concretizar tal realidade. Para isso, os indivíduos e agrupamentos sociais devem estar imersos nesse cenário, de forma a alcançar os requisitos necessários no processo de melhoria das condições de vida, condicionando o desenvolvimento local. Além disso, o conceito de territorialidade está diretamente atrelado ao exercício do poder imposto pelo Estado, com enfoque na alocação de políticas que visem proporcionar melhorias na qualidade de vida dos grupos sociais inseridos na dinâmica territorial.

Em termos gerais, as territorialidades podem ser definidas com base em dinâmicas territoriais e temporais de ordem relacional e processual. Isso significa dizer que há nos

processos de territorialidades relações de poder e arbitrariedades pelos fatores que efetivam as relações sociais (uso dos recursos naturais, redes de comunicação e/ou circulação, apropriação do espaço, dentre outros) entre as pessoas, e, a partir disso, as interações destas com seu território de atuação, aquele a qual os indivíduos estabelecem suas relações e ações cotidianas. No contexto dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), Haesbaert (2005) refere-se ao primeiro enquanto exercício de apropriação e dominação do espaço, acometido primordialmente por meio das relações de poder, seja este atrelado a elementos materiais, jurídicos, culturais, econômicos e sociais, atuando em conjunto; ou separados, através de um viés dicotômico ou não, desde que estejam todos enraizados no conjunto das territorialidades. Ou seja, a territorialização é a ação ou ato de apropriar-se de um determinado espaço, culminando na formação do território.

Trata-se de, “processo pelo qual populações, pessoas, grupos, organizações e instituições se fixam em um espaço, em determinado tempo (espaço temporal), e no qual organizam e estabelecem relações sociais que possibilitam criar identidade, vínculo e pertencimento ao lugar” (Godin; Monken, 2016, p. 36). Assim, a territorialização remete à criação do território a partir de um viés, elemento ou fenômeno específico por meio da apropriação do espaço pelas relações de poder.

Em contrapartida a esse processo tem-se a desterritorialização surgindo a partir da reconfiguração territorial, quando o território passa por processos de transformações de base identitária, havendo mudanças nas relações de poder, ambas condicionadas pelas interações sociais e fenômenos culturais que, de maneira geral, são reterritorializados.

Segundo Haesbert (2006), a desterritorialização ocorre por meio da perda de territórios através das relações socioespaciais advindas das desigualdades de ordem política, econômica, social e cultural, concebendo a esta variados sentidos (fragmentação das relações sociais entre os indivíduos ou grupos, rompimento de distâncias, rescisão do aparato e controle financeiro, entre outros), que de modo geral se configuram no processo de exclusão socioterritorial e vulnerabilidade social.

Entretanto, seguindo os pensamentos de Haesbert (2015), a desterritorialização pode também ser definida como uma alusão territorial ou um simples mito, pois quando ocorre um processo de desterritorialização, imediatamente há um movimento de redefinição do território (reterritorialização). Assim, o abandono a determinados territórios pelo processo de desterritorialização, ocasionado de forma natural ou não, cria processos de territorialização, configurando-se através da reterritorialização, tendo este último enquanto um novo processo de territorialização marcado pela redefinição do território.

[...] a territorialização, ou a reterritorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação (Fuini, 2014 p. 231).

Os processos de TDR remetem essencialmente aos mecanismos de apropriação, desapropriação e reconfiguração territorial através de um ou mais elementos e fenômenos capazes de exercer poder nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais dentro do território. Nesse contexto, a pobreza se enquadra enquanto fenômeno relacional à categoria território à medida que os pressupostos territoriais evidenciam a pluralidade e multidimensionalidade da mesma. Nesse cenário, a pobreza pode ser analisada como fenômeno de territorialização, uma vez que condiciona a apropriação do espaço como território por meio das relações socioeconômicas e políticas, estabelecendo territórios segregados, compostos por indivíduos ou grupos sociais desfavorecidos economicamente, com ausência de acessibilidade aos bens e recursos públicos e limitações nos processos de capacitações (liberdade e bem-estar).

#### 2.4.2 Território e pobreza

A pobreza não é apenas multidimensional, diversificada nas mais variadas formas de expressão, mas plurideterminada, são vastos os meios e elementos condicionantes da pobreza, como já discutido anteriormente. As principais causas da sua (re)produção estão enraizadas no processo de desigualdades e na estrutura das dinâmicas do mercado de trabalho, assim como nos chamados *status* debilitados de ativos (sociais, financeiros, humanos e físicos). Além dos embates e conflitos de cunho econômico-político que diretamente ou indiretamente incidem sobre a pobreza, associados às condições de habitação em locais remotos e segregados, condicionando a população dessas regiões às questões que envolvem a vulnerabilidade social e econômica. Tendo isso em vista, tem-se um conjunto de vetores ligados à vulnerabilidade, estabelecidos desde os problemas referentes ao território habitado, às condições de saúde, situação social, até a atuação e/ou incorporação antagônica no mercado de trabalho (Bronzo, 2010).

Nessa perspectiva, a categoria território torna-se uma fonte imprescindível para

compreender os processos de (re)produção, disseminação e reversão dos elementos relacionados ao fenômeno da pobreza. A temática territorial evidencia o caráter heterogêneo e multidimensional da pobreza, à medida que impulsiona a concretude das dinâmicas e diversas maneiras de sua construção, expondo-a como resultado da união de múltiplos vetores de exclusão que, de forma concisa, se estruturam e integram o âmbito local de modo distinto. “O ponto central de grande parte da produção sobre o tema da pobreza e território é que determinadas áreas, por conta também dos efeitos de estigmatização, podem exacerbar e recriar a pobreza” (Torres; Marques, 2004 *apud* Bronzo, 2007, p. 92).

Esse cenário de recriação ou disseminação da pobreza perpassa pela perspectiva de privação relativa e das necessidades básicas, à medida que os recursos e rendimentos necessários a vida ideal do indivíduo em sociedade são impostos como limitados ou privados dentro do território ao qual pertence. Sendo assim, as pessoas que habitam áreas segregadas apresentam grandes déficits sociais e econômicos, ou seja, têm menos oportunidades de emprego ou auxílio crediário, além de estarem inseridos em locais onde os serviços públicos são precários.

Colocando sob controle os outros elementos e variáveis, dentre os indivíduos que possuem renda igual, aqueles que vivem em áreas tidas como segregadas, dispõem de um conjunto de condições favoráveis à construção de um modelo de vida pior, apresentando menores possibilidades de superação à pobreza.

É sob essa ótica que o tema território adquire destaque, revelando-se como pressuposto crucial na busca pela explicação da construção, reprodução e permanência da pobreza crônica. Entender o território a partir desse viés dá margem para analisar a complexidade dos processos de exclusão e privação das liberdades nos espaços urbanos modernos.

### 3 TERRITÓRIO DE POBREZA: A FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL E ECONÔMICA DE ALAGOAS

Analisar a formação de um território e os fenômenos estruturais relacionados à sua configuração requer consultar sua formação histórica, territorial, política e socioeconômica, a fim de entender os processos responsáveis pela sua consolidação. Nesse sentido, compreender Alagoas enquanto território de pobreza remete essencialmente em aprofundar-se na sua construção territorial a partir desses elementos, que desde seus primórdios ajudaram a moldar esse território.

A formação territorial é um fenômeno contínuo, que envolve prioritariamente uma gama de relações socioeconômicas, a qual o espaço agrega as mais variadas formas e processos nele aplicados, estruturados e desenvolvidos, tornando-se a primeira forma de “ler a história”.

Este [processo de formação de um território] envolve a relação de uma sociedade específica com *seu* espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. [...] o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais, obras humanas que subvertem as características naturais originais. As construções e destruições realizadas passam a fazer parte daquele espaço, qualificando-o para as apropriações futuras (Moraes, 2000 p. 17).

À medida que o território se insere nas relações de apropriação e qualificação do espaço, relacionando-o com seu controle, domínio e gestão, a sua formação também engloba em certos momentos “[...] uma faceta de colonização (em sentido amplo), expressa na difusão do modo de vida da sociedade que o empreende ou em sua expansão diretamente política (como a conquista de ‘novas’ terras)” (Moraes, 2000 p. 23).

Dessa forma, a construção histórico-territorial alagoana iniciou-se antes mesmo da colonização europeia no Brasil, pois diversos povos nativos nele estavam inseridos. Contudo, as populações indígenas – como posteriormente foram nomeadas – tinham relações próprias ao meio natural que integravam (relações estas estabelecidas em consonância ao espaço a qual habitavam), sem que houvesse transformações bruscas e duráveis ou que consolidasse como uma forma de impacto cumulativo nesse espaço. Consequentemente, a colonização dessas terras faz com que elas incorporem um novo modelo de apropriação territorial imposto pelos colonizadores, um sistema prático de exploração econômica fragmentando e afastando incessantemente os antigos habitantes.

Nesse viés, o ponto inicial de estudo no processo de formação do território de Alagoas corresponde à chegada dos europeus no Brasil, marcando o início das transformações e ocupação das terras alagoanas, incorporando-as à empresa colonizadora. A chegada dos portugueses nessa região representa uma mudança concreta com a interferência e a exploração intensiva dos colonizadores no meio natural.

Os moldes iniciais da formação de Alagoas surgem com a implementação das capitâneas hereditárias, visando essencialmente uma melhor apropriação e administração do território então colonizado, com Alagoas sob domínio da Capitania de Pernambuco. E, posteriormente, a aplicação do cultivo e produção da cana-de-açúcar como a base principal da atividade econômica a fim de estabelecer o processo de ocupação da colônia. Destarte, a consolidação territorial de Alagoas tem como parâmetro fundamental a instituição da atividade canavieira.

Nesse sentido, é possível afirmar que a história do açúcar é também a história de Alagoas, uma vez que a atividade açucareira configurou o *ethos* da sociedade alagoana, auxiliando fortemente no processo de formação desse território. A partir das relações político-econômicas provenientes dessa atividade econômica, entra-se em pauta a instituição de um território extremamente latifundiário, concentrador de renda, segregado pelas desigualdades sociais e controlado por uma pequena classe dominante, a elite e/ou oligarquia do estado, que desde o período colonial dita os processos socioeconômicos e políticos desse território em benefício próprio. De forma que acaba tendo sua influência resistida ao longo dos séculos, camuflando-se e adquirindo novas roupagens.

Com as mudanças provenientes da industrialização, o núcleo dessa elite passa da figura agrícola imponente do senhor de engenho para a influência do usineiro no cenário urbano moderno. Assim, do século XVI ao século XX, os parâmetros históricos e econômicos de Alagoas têm como polo a fundação da agroindústria do açúcar.

Sob esse olhar, através da análise geo-histórica com relação à construção territorial e econômica de Alagoas, será possível entender a formulação desse estado enquanto território de pobreza, fortemente enraizado por elementos históricos que há séculos perduram enquanto mecanismos de consolidação desse território, da sua sociedade e economia. Assim, para a formação dessa seção, autores como: Diégues Jr (1980); Ferlini (1984); Castro (1992); Lindoso (2000); Moraes (2000); Prado (2006); Lima (2007); Caetano (2010); Tenório (2009; 2011), entre outros, serão utilizados enquanto fontes primordiais para compreender e analisar as diversas nuances históricas, socioeconômicas e políticas responsáveis pela formação territorial de Alagoas.

### 3.1 O Início da colonização no Brasil

A formação do território alagoano está diretamente relacionada a um processo de expansão dos limites e fronteiras comerciais, econômicas e espaciais do continente europeu, que envolveu, entre outros territórios, o Brasil. Assim, torna-se fundamental retroceder antes mesmo do processo de colonização, com o intuito de observar a conjuntura geral desse período o qual vivia a civilização europeia, pois o objetivo da colonização brasileira, e, conseqüentemente, alagoana, foi estabelecida com base em demandas e desejos externos, suprimindo necessidades próprias de Portugal.

O período compreendido entre os séculos XIV e XV caracteriza-se como uma época de enormes mudanças no seio da sociedade europeia, remetendo à transição histórica da Idade Média para a Idade Moderna. Durante esse tempo, a Europa vivia severas crises e instabilidades político-econômicas em razão de epidemias e conflitos por território e rotas comerciais (Ferlini, 1984).

Desse modo, envoltos em uma recessiva e lenta progressão demográfica e em disputas comerciais e territoriais, Portugal e Espanha voltaram-se para a exploração marítima como uma forma de conseguir novas rotas que levassem até o Oriente em busca de produtos e mercadorias. Esse período de expansão e exploração marítima ficou conhecido como as Grandes Navegações, tornando-se o primeiro passo para a consolidação de um mercado mundial.

Os europeus começaram a construir novas rotas de comércio, expandindo-o para diversas partes do globo, estabelecendo várias colônias em diversos continentes. Vale salientar que Inglaterra e França, duas potências da Era Medieval, num primeiro momento, não estavam preocupadas na exploração do Atlântico, visto que ambas as nações vivenciavam a Guerra dos Cem Anos (conflito de ordem político-econômica travado entre franceses e ingleses).

Nesse período de transição do feudalismo para o capitalismo, o Estado Nacional Absolutista, como afirma Ferlini (1984), subordina o poder real no intuito de fornecer o desenvolvimento da burguesia. Assim, as normas ou medidas originadas dessa centralização do poder acabaram por eliminar fatores limitantes para o desenvolvimento da economia de mercado e do comércio entre as Nações, promovendo a busca e conquista de territórios ultramarinos. Diante dessa perspectiva, a política econômica instaurada pelos Estados Modernos estabeleceu-se sob:

[...] a criação de estímulos ao desenvolvimento mercantil, através da busca por metais amoeáveis (metalismo); do incentivo à exportação e da restrição às importações, para a obtenção de Balança Comercial favorável; das práticas monopolistas, que reservavam aos comerciantes nacionais os setores mais lucrativos das atividades mercantis (protecionismo); e da conquista de colônias (Ferlini, 1984, p. 12).

O conjunto desses elementos caracteriza a ascensão do mercantilismo como sistema motriz da progressão burguesa, base de poder e unificação do Estado. Desse modo, o efetivo funcionamento do mercantilismo postava-se no processo de conquista e estabelecimento de territórios ou colônias ultramarinas, ofertando a baixos custos a produção de produtos e/ou mercadorias excepcionalmente lucrativas dentro no mercado comercial europeu, favorecendo superávits da Balança Comercial do Estado Nacional metropolitano.

As navegações eram financiadas por capitais particulares, representados pelos interesses comerciais da burguesia. Tais capitais eram integrados e organizados pelo poder imperial, o qual possuía força bélica e poder político para administrar e proteger as colônias, estabelecer tratados com outros governos, servindo até mesmo como incentivo na promoção de novas guerras.

A expansão marítima, assim como a formação dos impérios coloniais europeus se baseou no poder dos vários Estados de acordo com os interesses da política mercantilista. Com essa revolução nas relações comerciais, moldam-se os pilares iniciais do capitalismo mercantil.

[...] todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (Prado, 2006, p. 08).

De acordo com Prado (2006), a grande necessidade do desenvolvimento comercial caracteriza-se como o estopim para a exploração marítima no Atlântico, assim como as primeiras investidas relacionadas à exploração e “descoberta” de novas terras. As colônias deveriam ser mercados potenciais capazes de suprir e absorver os excedentes produtivos europeus e, com isso, serem submetidas ao intenso monopólio proveniente do cenário colonial. É justamente a partir da motivação pelo crescimento e disseminação do comércio,

associado à acumulação primitiva de capital através da conquista e exploração das colônias, que se inicia o processo de formação do território brasileiro e, conseqüentemente, alagoano.

A “descoberta” das novas terras pelos portugueses em 1500 remete primeiramente a um período de esquecimento ou desinteresse pelo território encontrado. A colonização desse território, que posteriormente viria a formar o Brasil, ficou em segundo plano, uma vez que a Coroa Portuguesa estava interessada pela rota de comercialização proveniente do Oriente, a qual ofertava novos mercados e variedade de produtos.

Esse “desinteresse” mostrou-se, na verdade, relativo, já que apesar da aparente inexistência de recursos a serem explorados e/ou de um comércio pré-estabelecido e desenvolvido, várias medidas exploratórias entrariam em rigor a fim de investigar imediatamente a possibilidade de aquisição de lucros, garantindo também a propriedade de terra, através inicialmente da exploração no litoral.

Nos primeiros anos de exploração do território recém-descoberto, surge a primeira forma de atividade econômica no Brasil: a extração e comercialização do pau-brasil. Todavia, o surgimento desse monopólio real não serviu em nada para que se instalassem polos de povoamento no país, em razão da rápida escassez dessa matéria prima. De acordo com Prado (2006), a indústria extrativa do pau-brasil deveria ser obrigatoriamente nômade, não sendo capaz de gerar povoamento e ocupação dessa região de forma estável e regular.

Estimulados pela exploração desse recurso e pela possibilidade de existência de diversas riquezas, outros países europeus começaram a demonstrar interesse pela colônia portuguesa. França e Holanda, principalmente, tiveram grandes investidas no litoral brasileiro, inclusive em Alagoas. Logo, diante das sucessivas invasões ábditas, Portugal dá início ao processo de dominação e defesa conhecido como feitorias. Por sua vez, essa forma de apropriação territorial consistia basicamente num processo tímido de ocupação, uma vez que a sua área de atuação não garantia a proteção das extensas áreas territoriais dominadas.

Nesse viés, seria necessário a ocupação mais intensiva a fim de garantir a supremacia portuguesa no território recém-conquistado. Em 1533, surgem, então, as capitanias hereditárias, caracterizando-se como a primeira tentativa de organização e povoamento do Brasil, instituída pela Coroa portuguesa.

A necessidade de defesa do Brasil estabelecia como ponto principal tornar suas terras produtivas. Dessa forma, como meio de atrair investidores, a instituição das capitanias hereditárias foi uma solução viável e barata, pois garantia a posse de vários pontos da costa sem maiores custos para a Coroa (Moraes, 2000, p. 299).

Através das capitâneas hereditárias, o governo dividiu o território em grandes partes de terra, distribuídas à baixa nobreza portuguesa que teriam autonomia administrativa sobre suas capitâneas – os nobres de cargos mais elevados estavam voltados para o comércio no Oriente. “Entre diversas prerrogativas, os donatários possuíam a obrigação de fundar vilas e desenvolver o povoamento de suas terras [...]” (Santos, 2001, p. 74). Por meio da concessão de sesmarias (lotes de terras doadas em nome do rei a um beneficiário), a função dos donatários era buscar o desenvolvimento econômico do seu território e, assim, promover o crescimento populacional da capitania sob sua administração.

### 3.1.1 A cana-de-açúcar como solução econômica para a ocupação do território brasileiro

A ocupação da América portuguesa não dependeria apenas de uma estrutura, administração e divisão territorial bem articulada, seria necessário a instituição de uma atividade econômica que garantisse o sucesso ocupacional, não estando voltada exclusivamente para a simples extração de recursos naturais. Nessa perspectiva, a solução encontrada seria a implantação de uma organização exploratória de cunho agrícola rentável, a qual pudesse atrair investidores, favorecendo o controle e manutenção destes domínios territoriais.

De acordo com Lira (2007), visando a efetivação da colonização no Brasil, Portugal atribuiu ao cultivo e produção da cana-de-açúcar o papel de assegurar a comercialização externa, assim como, de garantir a progressão colonial e ocupacional no território brasileiro. Nesse sentido, consciente da vasta proporção de terras da colônia propícias para a produção em larga escala da cana-de-açúcar, a Corte Portuguesa estimulou a implementação das atividades açucareiras em larga escala comercial.

A lavoura canavieira, como opção para a ocupação do Brasil, inaugurava uma nova forma de colonização. A ocupação dos territórios conquistados limitara-se, até então, à comercialização de produtos encontrados nas terras descobertas. Portugal transformava a empresa colonial em sistema produtivo, onde técnicas e recursos metropolitanos criavam fluxo constante de produtos destinados ao comércio europeu (Ferlini, 1984, p. 17).

A atividade açucareira como solução para a progressão econômica e ocupacional do território conquistado tornou-se viável à medida que Portugal já possuía alto grau de experiência na produção do açúcar, detendo contatos e acordos comerciais garantidores da

circulação desse produto no mercado europeu. Aliado a isso, a América Portuguesa contava com uma enorme abundância territorial e de solos e climas favoráveis para a produção em larga escala da cana-de-açúcar.

A organização político-administrativa portuguesa organizava-se pelo intenso estímulo à empresa comercial, articulada através da exportação de produtos (produzidos em larga escala), sustentados a partir de grandes propriedades de terras. É importante destacar que não se sabe ao certo o período de introdução da cana-de-açúcar no Brasil, porém, em meados de 1530 o seu cultivo e produção já se mostraram fundamentais na estrutura econômica e comercial da colônia.

Na primeira metade do século XVI, tornou-se cada vez mais um produto de consumo em alta escala e com alto grau de valor comercial na Europa. Sendo assim, o aparecimento e consolidação de grandes domínios produtivos, ligado à fundação da monocultura do açúcar “[...] atenderam a uma política de economia de recursos e de maximização de lucros” (Ferlini, 1998, p. 18). Vale destacar que as lavouras de cana giravam em torno do engenho, responsável pelas atividades, fases e ações finais na elaboração do produto.

Para Ferlini (1984), as grandes extensões de terras destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar garantiam ao próprio engenho a capacidade de aumentar a produtividade, assim como de adquirir maior lucratividade. Através dessa estrutura latifundiária, podiam-se substituir terras já utilizadas por outras ainda intocáveis do ponto de vista econômico, dispensando maiores gastos previstos para a manutenção do latifúndio.

“A monocultura, de um lado, atendia às exigências de produção em larga escala para um mercado europeu ávido por açúcar e, de outro, atava a Colônia às linhas de comércio metropolitano [...]” (Ferlini, 1998, p.19). Dessa forma, a Colônia, a partir dos interesses e esforços na produção açucareira, obtém uma severa dependência do abastecimento da metrópole, moldando-se em um mercado consumidor de produtos europeus.

O cultivo e produção do açúcar como primeira atividade econômica concreta de caráter intrinsecamente latifundiária e extensiva articulou-se como o pilar inicial no processo de formação do território brasileiro, e, principalmente, do território nordestino. Região esta escolhida para ser o centro produtivo do açúcar não por acaso, pois o solo massapé favorecia o cultivo da cana, assim como estimulava a expansão dos negócios do açúcar no Nordeste. Dispondo de clima quente e úmido, favorável para a produção, além de uma complexa malha hidrográfica litorânea, as interações com a Metrópole Portuguesa eram ainda mais viáveis à medida que a região, comparada aos demais territórios coloniais, apresentava-se mais próxima ao continente europeu.

É nessa conjuntura político-econômica (anexada a uma das 14 capitanias hereditárias, mais especificamente, a Capitania de Pernambuco e o sucesso da monocultura açucareira na colônia, especialmente na região Nordeste) que o território de Alagoas tem seus moldes e definições iniciais. A partir desse cenário colonial, das transformações do espaço e das relações políticas, históricas e econômicas que o território alagoano ganhará forma.

### **3.2 A Capitania de Pernambuco**

Dividida a colônia em capitanias hereditárias, entre os séculos XVI e XVII, a Capitania de Pernambuco, ou Nova Lusitânia, foi uma das mais prósperas. Seus donatários, sob influência da Coroa Portuguesa, viam nas grandes extensões de terras cultiváveis o ponto de partida rumo ao crescimento socioeconômico dessa região. As sesmarias eram doadas à nobreza local e imperial, priorizando o cultivo da cana-de-açúcar.

A configuração territorial dessa capitania era delimitada pelo rio Santa Cruz e pelo Rio São Francisco. Se, por um lado, a grande maioria das doações de sesmarias régias destinadas aos seus donatários mostrava o fracasso dessa primeira experiência concreta de divisão do território brasileiro, por outro, havia um cenário diferente nas terras sob tutela do donatário Duarte Coelho em 1535:

O sucesso da ocupação fez valer as determinações endereçadas a um capitão donatário que incluíam a composição de uma estrutura administrativa (ouvidor, tabeliães), desenvolver o sistema jurídico (punição de crimes), aplicar a defesa do território, organizar as eleições, desenvolver a economia (navegação, impostos e monopólios) e, o mais importante, dar estatuto de vila a qualquer povoação da capitania, tendo cada uma por termo três léguas sertão adentro (Caetano, 2010, p. 8).

Para Caetano (2010), há uma particularidade na estrutura sociopolítica da Capitania de Pernambuco, ganhando uma configuração de cunho privado, dando certa autonomia ao capitão donatário no que diz respeito às formas de administrar, controlar e supervisionar o território capitaneado. Isso se dá distintamente do que ocorreu em outras regiões brasileiras, quando se instaurou a falência ou fracasso das capitanias hereditárias, fazendo com que Portugal interferisse diretamente, redistribuindo as sesmarias e controlando politicamente as terras redefinidas. A presença da família Duarte e Albuquerque como governantes das ações coloniais e estimuladores da ocupação desse território até a invasão holandesa em 1630, remete justamente ao caráter privado desse território.

Sob esse contexto, a Capitania de Pernambuco é um dos primeiros epicentros de povoamento da colônia, “mais especificamente a povoação de Olinda, fundada em 1537 por seu donatário Duarte Coelho, para ser a sede de seu empreendimento” (Moraes, 2000, p. 309). As formas de ocupação desse território se deram em momentos diferentes, criando novos e diversos núcleos de povoamento. Inicialmente, a expansão foi mais rápida e dinâmica na região setentrional, culminando em áreas contínuas de produção, que iam desde os arredores de Olinda até à Ilha de Itamaracá. Nesse período, já se tem fortes investidas ocupacionais nas terras paraibanas e, posteriormente, a partir do século XVII, avançando sobre o território do Ceará.

Em contrapartida, a ocupação das terras ao sul da Capitania – região sob a qual estava inserido Alagoas – ocorreu de forma bem mais lenta, ganhando forte destaque a partir de 1560, por meio da campanha punitiva aos caetés, que desde 1553 mostravam-se ostensivos às invasões portuguesas. Desse modo, a solução tomada pelo donatário foi o afastamento dos indígenas dos núcleos de povoação português, eventualmente, culminando no processo de liberação de vastas terras para a colonização, associado à apropriação de numerosas léguas destinadas à lavoura e ao cultivo da cana.

Assim, o processo ocupacional se expande no sentido meridional, “[...] ocupando as várzeas dos entornos do cabo de Santo Agostinho, do vale do Serinhaém, até atingir a foz do São Francisco ainda na década de 1570” (Moraes, 2000, p. 310). Nesse cenário, os primórdios da formação e ocupação do território alagoano ocorrem de maneira atrasada, comparada ao restante dos núcleos territoriais de povoamento da Capitania de Pernambuco.

### **3.3 A Emancipação política de Alagoas: O reconhecimento geopolítico do território alagoano**

A região correspondente ao território alagoano estava localizada no sul da Capitania de Pernambuco, não apresentando fronteiras concretamente demarcadas. Na verdade, em seus primórdios constituía um território pouco conhecido e explorado. Entretanto, a antiga faixa ou linha divisória existente entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia, o Rio São Francisco, permanece até os dias atuais como o limite sul do estado (Menezes, 2011).

Os primeiros núcleos de povoamento do que mais tarde ficaria conhecido como Alagoas, se fixaram em Penedo (*Alagoas Par Meridionalis*) em 1570, na parte sul do território, localizado às margens do Rio São Francisco, constituindo-se enquanto um

importante polo fluvial. Nesta localidade, havia uma grande presença nativa e de missionários franciscanos, desenvolvendo principalmente a atividade pecuária.

Em Porto Calvo, no ano de 1590 (*Alagoas Par Borealis*), na faixa sul de Alagoas, mais próximo geograficamente de Pernambuco, instalado inicialmente com o objetivo de proteger as terras contra possíveis investidas pernambucanas, posteriormente, passou a se configurar como centro de povoamento, estimulado pela atividade canavieira. E na região de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul por volta de 1608. Esta última desenvolvendo-se em torno das lagoas Mundaú e Manguaba, tida como uma área lagunar, importante para a exportação de gêneros alimentícios (Lindoso, 2000).

Aos poucos, esses centros de povoamento foram se desenvolvendo, atraindo pessoas e formando sua autonomia econômica, tornando-se “independentes” da Capitania. Isso acarretou ao longo do tempo o esquecimento desse território pelo governo pernambucano, proporcionando uma maior vulnerabilidade econômica, social e política, bem como possibilitando a formação de quilombos, mocambos e esconderijos, estabelecidos pela falta de tutela sobre esse território. Sob essa premissa, a Coroa portuguesa, interessada em aumentar seus domínios nessa região e diminuir o poder dos senhores de engenho, exigiu a instituição da comarca das Alagoas.

[...] a instituição de uma estrutura administrativa centralizada que congregasse as três localidades alagoanas, não só possibilitava o exercício de funções judiciais isoladas, como visava diminuir o poder dos senhores de engenho, verdadeiros controladores locais após a restauração pernambucana. Para além disso, a construção da comarca e o estabelecimento da Vila das Alagoas como sua “cabeça” e as demais localidades como “termos da comarca” seriam essenciais para o desenvolvimento de uma identidade não mais da comunidade colonial e sim com traços de capitania. Claro que não podemos pensar que naquele momento nasceria a identidade alagoana, mas é muito provável que os aspectos culturais distintivos de Pernambuco já começariam a se avantajarem com o correr dos anos (Caetano, 2009, p. 2803).

A instituição da comarca ocorreu oficialmente no dia 6 de outubro de 1706, porém os conflitos na Capitania de Pernambuco entre comerciantes e senhores de engenhos (evento conhecido como Guerra dos Mascates, 1710-1711) acabou atrasando o funcionamento e efetivação do novo órgão administrativo. Com a instauração da comarca, a Vila das Alagoas passou a ter a sua sede administrativa “com poderes importantes sobre moradores, instituindo um novo olhar sobre o território, uma nova nomenclatura, ou seja, uma nova forma de denominar a parte sul da capitania de Pernambuco” (Caetano, 2010, p. 26).

Dessa maneira, a instauração deste órgão trouxe ao território muito mais do que um regime jurídico-administrativo, mas foi capaz de mapear fisicamente suas três vilas ou principais núcleos de povoamento (Penedo, Porto Calvo e Santa Maria Madalena), constituindo-a de um cenário bem diferente da Capitania de Pernambuco, mesmo estando atrelada a ela.

Pode-se dizer que se instaurou uma nova visão sobre o território, uma nova forma de olhar e denominar a parte sul dessa capitania, isto é, o reconhecimento de uma região não mais vinculada a uma determinada comunidade local, mas com características de um território que se desenvolvia longe de Pernambuco. O *status* de comarca marcou os primórdios jurídicos da consolidação e reconhecimento do território alagoano.

A chegada da coroa portuguesa ao Brasil em 1808 acarretou em novas cobranças tributárias à Capitania de Pernambuco, gerando insatisfações que, anos mais tarde, por volta de 1817, eclodiu na Revolução Pernambucana, na qual a comarca de Alagoas não aderiu ao movimento nem tanto apoiou a revolução. Com o fracasso do movimento, a capitania de Pernambuco sofreu desmembramentos de algumas comarcas, inclusive a de Alagoas, tornando-se província autônoma.

O fracasso da experiência pernambucana esteve extremamente relacionado à não aderência da região sul da capitania (no qual Alagoas fazia parte) as reivindicações de rompimento dos vínculos com o reino luso, culminando, por exemplo, no apoio alagoano a D. João VI e seu posterior desligamento da região Pernambucana (Mello, *apud* Caetano, 2010, p. 1).

A emancipação política de Alagoas foi tida como um ato de traição, já que preferiu ser fiel à Coroa Portuguesa ao invés de apoiar a capitania que fazia parte, em troca da sua autonomia política. A emancipação do território alagoano também é entendida como uma forma de punição à capitania de Pernambuco por ter se rebelado contra a coroa.

Porém, além disso, a independência em 1817 foi fruto de uma consolidação territorial estruturada de 1706 a 1712, como também resultado de uma oligarquia local que almejava um aparelho estatal independente e livre da intervenção pernambucana, aumentando as possibilidades de aquisição de benefícios e cargos.

Nessa perspectiva, a emancipação alagoana foi resultado de intensos conflitos, de interesses específicos de um território que viu sua construção histórica, territorial e econômica distante da capitania na qual estava inserida. Assim:

[...] com a emancipação política do Estado de Alagoas, o poder agrário assume também o poder político, pois o latifundiário, com o poder

econômico, social e religioso que ostentava, determinou sua área de interesse e dominação, o que lhe permitia o privilégio de impor o modo de produção e de vida à sociedade de todo o Estado, inclusive indicando os candidatos a serem votados (Lira, 2007 p. 80).

O início da formação do território alagoano já teria sua configuração definida pelas relações de poder e apropriação das terras desde a chegada dos portugueses até a organização socioeconômica dessa região. A elevação desse território à condição de comarca e, posteriormente, resultando na emancipação política de Alagoas, ressignificou o olhar sob esse território. Com o reconhecimento territorial, a produção da cana-de-açúcar ganharia mais força, caracterizando-se enquanto mecanismo centralizador da estrutura socioeconômica desse estado.

### **3.4 Território do açúcar: A formação territorial e econômica de Alagoas**

A colonização da província de Alagoas se insere num território formado e estruturado político-economicamente com base na atividade açucareira, ocupando a figura central dessa organização o senhor de engenho.

Para Tenório (2009), a gênese do território alagoano surge da cana-de-açúcar ao estabelecer a fixação do homem à terra. Nesse cenário, com o intuito de favorecer a consolidação do domínio português na Colônia, o donatário Duarte Coelho decreta a construção de diversos engenhos no território sul de sua respectiva capitania. Foram justamente as atividades socioeconômicas provenientes do açúcar responsáveis pela formação e consolidação do território de Alagoas, favorecendo o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento dessa região, a qual, futuramente, viria a originar as primeiras cidades alagoanas.

Nesse viés, a ocupação do antigo território habitado pelos caetés, a parte meridional da Capitania de Pernambuco, ocorre através de três polos de povoamento: O primeiro deles em Porto Calvo; o segundo aos arredores das lagoas Manguaba e Mundaú, como eram chamadas pelos nativos, local de fundação dos povoados de Santa Madalena da Lagoa do Sul e Santa Luzia do Norte; Por fim, o terceiro, ao Sul de Alagoas. Assim, “[...] a irradiação desses três núcleos, fundamentados os dois primeiros em torno dos engenhos, e o terceiro, nos currais e na pecuária, deflagrou o processo de colonização” (Tenório, 2009, p. 201). A cana-de-açúcar seria o principal produto comercial a garantir a eficiência e progressividade da atividade econômica, assegurando o povoamento local e o desenvolvimento da pecuária.

O povoamento da região norte, conhecida como Alagoas Boreal, inicia-se, de acordo com Diégues Júnior (1980), por meio da expedição de Cristóvão Lins entre 1575 e 1585, ocupando efetivamente o norte alagoano. Tal expedição enfeitou os indígenas de suas terras, escravizando aqueles que foram capturados, utilizando-os enquanto mão de obra para o trabalho escravo. O processo de expansão territorial da região conquistada por Lins “[...] compreendia uma enorme faixa de território que alcançava os atuais municípios de Maragogi, Japaratinga, Jundiá, Jacuípe, Porto Calvo, Porto de Pedras, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, Colônia de Leopoldina e São Luís do Quitunde” (Tenório, 2009, p. 201-202).

No começo, nesta enorme sesmária foram construídos aproximadamente sete engenhos, estabelecendo-se como um forte polo açucareiro. Desses engenhos, Buenos Aires e o Escuriel foram os que mais prosperaram. Vale salientar que, nesse período, Porto Calvo constituía o núcleo central da colonização de Alagoas.

O segundo polo de povoamento articulou-se sob as sesmarias doadas por Duarte Coelho a dom Diogo Soares da Cunha, terras estas em torno da Lagoa do Sul, a qual se progredia uma população através do gado, da pesca e, principalmente, da cana-de-açúcar. Aliás, grande parte das atividades econômicas e produtivas desenvolvidas nesse território surgia a partir das necessidades relacionadas à produção do açúcar. Os engenhos Velho e Novo foram os dois primeiros criados por Gabriel Soares.

Por sua vez, as sesmarias localizadas no entorno da Lagoa Mundaú, ou Lagoa do Sul, foram concedidas pelo donatário Jorge de Coelho a Miguel Gonçalves Vieira. Nestas terras não se fundou nenhum engenho ou até mesmo algum povoado por parte de seu sesmeiro. “Esta sesmária tinha cinco léguas de largo, abrangendo toda a extensão do Rio Santo Antônio Mirim até a Pajuçara [...]” (Tenório, 2009, p. 202). De certo modo, a função de uso da terra de forma mais intensiva só seria posta em prática em meados de 1600, por Antonio Martins Ribeiro, na qual nasce o povoado de Santa Luzia de Siracusa da Lagoa do Norte.

Por último, no Sul de Alagoas, Penedo funda-se a partir da construção de um forte localizado na margem esquerda do rio São Francisco, construído pelo primeiro donatário da Capitania Nova Lusitana, com o objetivo de melhor garantir o domínio das terras ganhas. Assim como os outros núcleos de povoamento, este também ascende através do plantio da cana.

Nessa região, diversos engenhos foram formados, contudo, com o passar dos anos a pecuária ocupou o papel de maior relevância econômica, justamente por fomentar as necessidades e demandas da atividade açucareira no litoral alagoano. Posteriormente, outros polos começaram a surgir, tais quais “[...] Anadia e São Miguel dos Campos, por ocasião das

guerras palmarinas e durante a invasão holandesa [...]” (Tenório, 2009, p. 202). Porém, os três núcleos iniciais configuraram-se como detentores hegemônicos do processo de colonização, povoamento e formação do território de Alagoas:

As três vilas principais – Alagoas do Sul, Penedo e Porto Calvo – presidiram o impulso colonizador e as povoações menores foram se formando naturalmente, avançando sempre do litoral para o sertão. As populações que iam se fixando em seu espaço geográfico dedicavam-se à agricultura e tinham o engenho como célula, sob a proteção do sesmeiro senhor da terra, da escravaria e do gado, elementos essenciais do trabalho nas propriedades (Tenório, 2011, p. 8-9).

Nesse cenário, o açúcar se estabelece como uma espécie de agente propulsor de formação e desenvolvimento desses povoados e, por conseguinte, da construção inicial da maior parte dos municípios e cidades alagoanas. A produção açucareira foi a atividade econômica primordial que serviu como base no processo de construção e modulação gradativa dos elementos e aspectos da sociedade e do próprio território alagoano, formulando a verdadeira essência territorial, social e econômica de Alagoas.

#### 3.4.1 Sociedade do açúcar: O engenho, o senhor de engenho e o trabalho escravo

Com a definição da produção açucareira enquanto fonte econômica responsável pelo estímulo à ocupação, fixava-se também a necessidades de elementos essenciais no processo de exploração e apropriação das terras, fatores estes ligados à fundação dos engenhos e ao tratamento das lavouras de cana, voltados à mão-de-obra, significando desde o início o trabalho escravo. A escravidão tanto indígena quanto negreira fundamenta o alicerce inicial no processo de expansão e disseminação da atividade açucareira na colônia, não sendo diferente em Alagoas.

Durante o século XVI e até meados do século XVII, o indígena constituía a maior parte da força de trabalho na estrutura produtiva do engenho. Com o passar do tempo, a produção do açúcar procurou substituir o trabalho indígena pelo negreiro à medida que os portugueses detinham experiência com os escravos africanos, justificando principalmente pela alta rentabilidade do tráfico negreiro:

[...] o tráfico negreiro era fonte de vultosos lucros para Portugal, compra de escravos, por sua vez, representava o adiantamento à Metrópole, de parte considerável da renda a ser gerada na Colônia, e que outras condições (por exemplo, trabalho livre) ficaria retida na Colônia. Finalmente, o alto custo

dos negros dificultava a aquisição de escravaria suficiente para o trato do açúcar, restringindo a obtenção de lotes de terras a poucos indivíduos (Ferlini, 1984, p. 20).

De acordo com Lira (2007), entre 1550 e 1815 entrou pelo litoral brasileiro uma enorme quantidade de escravos africanos para suprir as necessidades e especificidades do trabalho da cana. Num período de aproximadamente três séculos a monocultura do açúcar perpassa pelo trabalho escravo africano, erguendo a base econômica que irá suplantar a sociedade do engenho, ao passo que trará consequências histórico-econômicas a esse povo, carregando consigo o peso da discriminação, perseguição e pobreza, pois: “[...] a expansão da cana à base do trabalho escravo e da grande propriedade definiu as linhas básicas de um sistema de produção que caracterizou o Estado, marcando-lhe, definitivamente, os aspectos políticos, sociais e econômicos” (Lira, 2007, p. 41).

O trabalho escravo constituía a égide do sistema econômico açucareiro, sem ele a economia local não progrediria. O negro tornou-se a força essencial dentro da monocultura canavieira, condicionando o aumento produtivo no meio rural, ao passo que incentivou a formação e ocupação dos polos urbanos. Nesse viés, a mão de obra escrava africana atuou como força motriz propulsora do desenvolvimento e aumento da riqueza da elite do açúcar – os senhores de engenho.

Os engenhos de açúcar formavam a base da configuração socioterritorial e econômica de Alagoas, a partir dele inicia-se a origem não apenas dos primeiros polos ou núcleos de povoamento do Estado, mas também dá suporte a organização política e social desse território. “O engenho era o núcleo político e social do Estado, [...] foi nos engenhos que se assentou a formação da família e sociedade alagoana, e o senhor de engenho era a grande figura da paisagem social de Alagoas.” (Diegues Jr., 1976, p. 60).

É precisamente com a instalação do engenho que ocorre o processo de centralização e estruturação socioeconômica e política do território alagoano. Cada engenho caracterizava-se enquanto unidade econômica sob o surgimento e organização de um tipo específico de aglomerado rural.

Destarte, o senhor de engenho não constitui apenas o poderio central de dominação e administração de sua propriedade, seu poder e influência disseminavam-se por todo o entorno, instaurando um modelo de desenvolvimento capaz de definir as relações primordiais do ciclo do açúcar, sistema produtivo esse pautado veementemente no latifúndio, na concentração de renda e no trabalho escravo, a qual historicamente fundamentará os pilares da formação de pobreza e riqueza no território de Alagoas.

Nessa perspectiva, quanto maior a quantidade de terra possuída, bem como, quanto maior o número de escravos detidos, mais influentes seriam as relações de poder gerenciadas pelo senhor de engenho, disseminando-se além das fronteiras do próprio engenho, perpassando até mesmo o meio rural e, assim, adentrando os centros urbanos onde podiam ser escolhidos como “[...] prefeito, vereador, deputado, senador e governador, influenciando, ainda, a nomeação de juízes e pessoas do alto escalão do governo estadual e, até, federal [...]” (Lira, 2007, p. 52).

Esses fidalgos caracterizavam um tipo de oligarquia hegemônica, exercendo funções, objetivos e ações particulares, baseadas em seus interesses. Portanto, o engenho não era apenas um centro político-social-econômico, também se formulava como um polo demográfico, estruturando a base da formação da sociedade alagoana.

Mesmo com a progressão dos primeiros burgos, associada ao surgimento de novas vilas e povoados, não se exila a influência do engenho e de seu proprietário, a autoridade central de poder. A priori, a elite detentora do poder perpassa hierarquicamente com a sucessão da propriedade a seus descendentes. Por essa razão, “[...] foram as áreas canavieiras, e não as outras, que se destacaram como o espaço de maior importância, pontas de lança da penetração ocupadora do sertão, de Porto Calvo a Penedo, a última fronteira” (Tenório, 2011, p. 09).

Nesse cenário, o estado de Alagoas formula-se historicamente enquanto território desigual, abstruso, fortemente marcado por relações de poder, enraizadas tanto na esfera de seus grupos políticos como nas relações socioeconômicas, coordenadas por um sistema de organização político-econômico com fortes *déficits* que incide no desajuste de uma sociedade em que “[...] os conservadores plasmaram sua predominância por meio do domínio das famílias, grupos e clãs tradicionais, firmando-se o coronelismo que sustentava as oligarquias locais” (Tenório, 2009, p. 15). Oligarquias governantes fixadas e presentes na conjuntura da sociedade alagoana até a atualidade, resistindo e mantendo-se no poder, ultrapassam as barreiras do tempo e se moldam sob a perspectiva de um antigo contexto mascarado por novos intérpretes.

Estando a própria atividade açucareira já fixada e em expansão na costa de Alagoas, as demais regiões vinculavam-se às demais atividades que surgiam como forma de suplementar as necessidades do plantio e comercialização da cana, como a pecuária no Sertão; ou até mesmo nascendo como a principal atividade produtiva daquela região, como ocorreu com o repentino ciclo do algodão no Agreste, seu breve desenvolvimento deu-se devido ao insucesso da produção do açúcar, inviável devido a fatores naturais e climáticos, principalmente. Nestas,

a força de trabalho escravo não era tão ávida e a sociedade que se formava era menos rigorosa quanto à sua composição, pois:

[...] nenhuma delas rivalizava, em opulência, com as casas-grandes da zona da mata. Por isso mesmo, os homens mais abastados da zona da pecuária e do algodão não tiveram na política local, nem de longe, o papel exercido pelos senhores de engenho, principalmente os do Norte (Tenório, 2011, p. 09).

A cana-de-açúcar não apenas (re)inventou o território de Alagoas, mas também a configuração da sociedade que ali se erguia. Vale lembrar que a centralização do poder na estrutura açucareira não se dá exclusivamente a partir do sucesso desse ciclo econômico, mas também pelas distâncias e dificuldades de acesso e transporte ao centro do poder político do estado, a capital. Essas circunstâncias deixaram os cultivadores de algodão e os pecuaristas distantes do centro poderio alagoano, ficando excluídos das decisões políticas, tomadas através da ocupação de cargos importantes dentro do cenário político-administrativo, assim como, da efetivação de acordos econômicos.

Nessa conjuntura, a realização e o desenvolvimento de outras atividades econômicas se deram ao redor do açúcar. À medida que se estabelecia na Zona da Mata alagoana uma sociedade fundamentada na produção açucareira, paralelamente, no Sertão, surgia uma sociedade vinculada a efetivação do trabalho livre e da criação de animais, principalmente de gado. Segundo Ferlini (1984), a pecuária mostrou-se uma atividade pouco complexa e que não precisava de um numeroso aparato humano (a figura do vaqueiro marca a essência trabalhista dessa atividade). Além disso, a força de trabalho aplicada era tida com base em um regime de liberdade, não se harmonizando com a escravidão, embora ainda se tenha utilizado a mão de obra escrava em alguns momentos e lugares.

Havia uma espécie de barreira por parte do cultivo da cana na instauração de novas culturas agrícolas, uma vez que a produção de alimentos dependia essencialmente de terras e lavradores de roça. A cana ocupava as melhores faixas de terra, restando ao estado a deficiência econômica devido à escassez de alimentos e alta de preços.

A atividade canavieira, com o sistema de produção que adotou, não conseguiu conviver harmoniosamente com outras atividades agrícolas e não-agrícolas, que não estivessem em colaboração estreita com o seu modo de produção. Assim foi, por exemplo, com a pecuária. Os senhores de engenho, necessitando de muitos animais para exercerem várias tarefas nos canaviais, passaram a criar cavalos, burros e bovinos, mas o feijão, o milho e a mandioca tinham suas áreas limitadas pela cana (Lira, 2007, p. 14).

De acordo com Lira (2007), diversas foram as crises geradas pela ausência de alimentos em Alagoas, principalmente de farinha e feijão, sendo necessário importar alimentos de outros lugares para suprir as necessidades da população local. Não havia terras o suficiente para consolidar novos plantios e assim estabelecer outras atividades agrícolas. No Nordeste do século XIX, por exemplo, ocorreu uma forte onda de cultivo de algodão, uma vez que o preço do mesmo no mercado internacional mostrou-se altamente rentável. Entretanto, essa enorme atratividade econômica não se mostrou forte o suficiente para impactar a atividade canavieira.

Desde os engenhos de açúcar ao papel central desempenhado pelo poder dos senhores de engenhos, passando pela importância do trabalho escravo na expansão e desenvolvimento da produção açucareira (com forte destaque para a mão de obra escrava negra), o território alagoano passa a ter seus elementos e fatores paradigmáticos essenciais definidos no processo de formação territorial, socioeconômica e política do estado. Explicando assim a consolidação histórica de um território de pobreza, marcado pela monocultura da cana, pela concentração de renda, pela desigualdade social e centralização de poder político-econômico nas mãos de oligarquias que desde o período colonial definem as relações socioeconômicas e políticas de Alagoas.

Com o passar dos séculos não há mudanças profundas nos moldes socioeconômicos e políticos norteadores desse território, ocorre na verdade uma transformação desses elementos a partir dos períodos históricos e dos processos de industrialização e urbanização no Brasil. Agora, os engenhos são substituídos pelas usinas de açúcar, os escravos pelos boias-frias e/ou máquinas, e os senhores de engenhos pelos próprios usineiros, este último ainda compondo a elite político-econômica de Alagoas.

### **3.5 A agroindústria alagoana: Desaparecem os engenhos, surgem às usinas**

A evolução da agroindústria açucareira passou por diversas transformações e crises ao longo dos anos. O antigo banguê perdurou durante séculos dentro do cenário produtivo e até mesmo como elemento natural do espaço alagoano. De acordo com Tenório (2011), com a chegada tardia da industrialização no território alagoano ao final do século XIX, percebem-se as primeiras fases da nova estruturação do setor canavieiro e da própria configuração da sociedade alagoana.

Nesse cenário, ocorre uma estagnação no sistema açucareiro, ocasionado pela intensa queda de preços dentro do mercado internacional aliada à concorrência de outros núcleos de

produção. Como solução da crise, o governo instaura a criação de engenhos centrais, com o intuito de adequar a atividade açucareira às premissas industriais:

[...] o governo imperial imaginou, para conter a ameaçadora crise, a criação de grandes engenhos centrais, visando separar a atividade agrícola da industrial, moendo canas alheias, trazidas de engenhos e fazendas diferentes, numa escala de produção maior, com preços competitivos junto aos importadores internacionais (Tenório, 2011, p. 18).

Essa nova era modernizada acertou diretamente a estrutura secular da sociedade e economia de Alagoas, passando a fundamentar o início da instalação das usinas nesse território. Nesse contexto, três engenhos centrais foram instalados, constituía na realidade uma forma específica de produção, diferente daquela advinda da época colonial com características particulares, uma vez que foram erguidos em terras próprias, não obedecendo à gênese usual de divisão ou fragmentação preconizada. Sendo assim, os engenhos centrais formularam na realidade o aparecimento da usina no setor açucareiro, pois, concluía-se que só seria possível prevalecer sob a forte concorrência do exterior por meio da mecanização do setor açucareiro.

O declínio do engenho banguê resulta justamente do aparecimento da usina, um aparato tecnológico totalmente diferenciado do sistema tradicional ao qual estava submetida a monocultura da cana. Com ele, surge uma série de mudanças e inovações dentro do espaço produtivo canavieiro:

O aproveitamento da eletricidade como força motriz, a utilização do bagaço como combustível, o emprego da cal como decoada em lugar da potassa, as fôrmas de açúcar de metal, o aparelhamento para fabricar açúcar branco sem purgar e o uso do arado foram inovações que acompanharam as transformações que afetaram o velho mundo do banguê (Tenório, 2011, p. 19).

Sem conseguir competir com a alta produtividade, tempo de produção e qualidade do produto usineiro, os engenhos aos poucos foram extinguindo-se. A usina criou uma nova forma de estruturação política, territorial e socioeconômica. Com o advento da industrialização, o êxodo rural inflou os centros urbanos, tornando ainda mais evidente as desigualdades sociais e econômicas que há séculos atuam enquanto elementos precursores nesse estado.

Por volta da primeira metade do século XX, com o objetivo de tornar o açúcar cada vez mais competitivo, garantindo seu sucesso no complexo mercado industrializado, nasce a usina integrada, substituindo as usinas dos engenhos centrais. O seu progresso deve-se

integralmente à maior quantidade de capital, aliada a melhores condições no processo de incorporação do aparato tecnológico.

Desse modo, a usina detinha alto grau de rendimento industrial e novas formas de organizar, dimensionar e controlar a produção do açúcar (irrigação, separação de mudas e novos processos de trabalho). A partir da década de 1930, o Estado passa a ter uma maior influência nas relações produtivas e econômicas da atividade açucareira com a criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), sob o qual introduz cotas de produção por fornecedores e usinas.

A criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), no governo Vargas, aprofundou a relação do Estado com o complexo canavieiro de Alagoas. Ao determinar os preços vantajosos e ao buscar também um desenvolvimento equilibrado, no sentido de que a produção de açúcar de São Paulo não inviabilizasse a produção nordestina, o IAA acabou beneficiando duplamente os usineiros do Nordeste (Lira, 2007, p. 18-19).

Nessa conjuntura, o quadro econômico favorável pelo governo ao setor açucareiro tornava difícil a ocorrência de qualquer espécie de risco relacionado à demanda e ao preço do açúcar, gerando uma zona de concorrência e disputa entre os usineiros alagoanos. Estimulados por esse processo, centravam-se cada vez mais em adquirir novas terras e, assim, aumentar a produção canavieira.

Para Lira (2007), foi com base na ascendente disseminação das usinas no território alagoano, principalmente nas regiões dos tabuleiros, que a partir da primeira metade do século XX Alagoas passou a ser o maior produtor de açúcar do Nordeste e o segundo maior produtor do Brasil.

Através dessa rápida expansão, a ocupação econômico-açucareira do território alagoano torna-se cada vez mais concretizada. Dessa maneira, “[...] além de estender-se pelo Litoral, Zona da Mata, Baixo São Francisco, parte do Sertão e Agreste, a atividade canavieira passou também a ocupar o planalto alagoano [...]” (Lira, 2007, p. 20). A monocultura da cana ocasionou a diminuição ou até mesmo a eliminação dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno, passando o estado a importar tais produtos a fim de suprir as necessidades primárias da população. A amplificação das terras destinadas às usinas tornou-se um forte estimulador da consolidação do latifúndio.

A partir da segunda metade do século XX, por volta das décadas de 50 e 60, houve uma alta substancial da produção açucareira no estado, contudo, o consumo mesmo elevando-se não acompanhava a alta produtividade da cana, gerando um excesso de produção.

Como solução à produção excessiva, o governo passou a comprar o excedente açucareiro, que indiretamente estimulou ainda mais o avanço latifundiário, independentemente da capacidade de consumo de açúcar nos fluxos econômicos do mercado externo e interno. Em outras palavras, a atividade canavieira estava passando por um processo de inchaço produtivo, provocando o sobrecarregamento dos mercados deixando-os incapazes de consumir o açúcar.

Para se ter ideia do avanço das usinas em território alagoano, em 1965, o Estado já contava com 29 usinas. Essas aumentaram muito a produção, o que significa passar a incorporar mais terras na forma de latifúndio [...]. Só a usina Caeté, dispondo de grandes extensões de terra de várzea e tabuleiro em São Miguel dos Campos, chegou a ultrapassar a produção de um milhão de sacos de açúcar na safra 1976/77 (Lira, 2007 p. 22).

Destarte, com a intensa aceleração canavieira em Alagoas, postulada essencialmente através da modernização e industrialização dos meios de produção, nota-se um cenário controverso, principalmente na Zona da Mata, a região mais rica do estado. Fato esse constatado à medida que a região, mesmo apresentando os maiores índices de crescimento econômico e produtivo, denota, contraditoriamente, os mais elevados índices de exclusão e desigualdade social do estado: “[...] há carências de toda ordem, educação com altos índices de analfabetismo, baixos indicadores de saúde e de nutrição [...]” (Tenório, 2011 p. 22).

A dicotomia da riqueza e pobreza na área mais desenvolvida do território alagoano atinge diretamente as relações de trabalho da atividade da cana. Como apontado por Diégues Jr (1980) ao definir o trabalhador enquanto um doente, dominado pela subalimentação e subordinado à influência da moradia, isto é, mudaram-se as formas, técnicas e necessidades da produção do açúcar, todavia, a organização do trabalho não se mostrava substancialmente diferente das relações trabalhistas das senzalas no período colonial.

Além disso, nesse período nota-se uma redução significativa da área de cultivo destinada à agricultura de subsistência, resultante da recente conjuntura econômica e trabalhista promovida pela usina, inviabilizando a atuação dos ditos “moradores de condição”, trabalhadores que ocupavam faixas de terra próximos aos canaviais, quitando sua estadia com trabalho gratuito ou parte da produção destinada ao proprietário ou dono das terras.

É nessa conjuntura “escravista” das relações de trabalho que esses trabalhadores passam a se tornar a mão de obra reserva da usina, uma vez que esta passava a expropriar cada vez mais os pequenos produtores e sitiantes com suas culturas de subsistência. Diante disso, os trabalhadores rurais passam a migrar do campo para as cidades da zona canavieira, mais especificamente, começam a ocupar a periferia e subúrbio dessas cidades.

Percebeu-se, portanto, que o avanço da cana mudou significativamente as relações de trabalho bem como o espaço urbano. Agora, o trabalhador presta serviço à usina, mas está subordinado a um empregador que, na maioria das vezes, era empregado ou morador da usina e que, com a expropriação de sua terra, também foi morar nas cidades próximas das usinas, com todas as consequências que essa migração gera no meio urbano (Lira, 2007, p. 24-25).

A acelerada e constante migração da população rural para o meio urbano condiciona, conseqüentemente, a configuração de espaços urbanos cada vez mais deficitários em termos sociais e econômicos. O excedente de mão de obra resultante da usina força o deslocamento dos trabalhadores rurais às cidades que, sem nenhum tipo de planejamento ou estrutura estatal de ocupação desses espaços, passam a povoar territórios periféricos, em que os níveis de pobreza se tornam cada vez mais evidentes.

O resultado promovido pela modernização do setor açucareiro é uma maior concentração de terras, fortificação da estrutura latifundiária e a transferência para a periferia das cidades litorâneas (principalmente da capital do estado, Maceió) um contingente significativo de trabalhadores sem qualificação, atraídos pelas “oportunidades” de trabalho estabelecidas pela usina.

Por volta da década de 1980 a atividade açucareira correspondia aproximadamente a 60% de toda a receita gerada pelo estado. O pilar da economia alagoana era mais do que nunca o açúcar, deixando-o exclusivamente dependente dessa atividade econômica.

À medida que o setor açucareiro formula as relações primordiais de estruturação econômica de Alagoas, também carrega consigo uma influência de cunho político-social, uma vez que os detentores do açúcar (os usineiros) compõem a oligarquia do estado.

O fato de Alagoas não ter diversificado suas atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas deixou o Estado completamente dependente de uma única atividade, concentradora de terra, também a principal responsável pela elevada concentração de renda do Estado e pela formação de uma elite com poderes enraizados em todos os setores da vida social de Alagoas (Lira, 2007, p. 30).

Segundo Lira, a elite de Alagoas é composta por um grupo de famílias detentoras de grandes extensões de terra e do monopólio da cana. Um grupo que desde o período colonial tem na produção canavieira a reverberação do seu poder, a partir dela são regidas as regras e condições econômicas, territoriais, sociais e políticas do estado. A intensa acumulação de terras, a baixa produtividade e a monocultura da cana geraram uma forte aglomeração de

recursos privados e públicos incumbidos a cargo de uma pequena parcela da população, os usineiros.

Nesse viés, a riqueza gerada pela produção do açúcar beneficiou unicamente a elite alagoana, possuidora dos meios de produção fundamentais para a sobrevivência da população do estado. Todavia, em momentos de crise e/ou recessão a atividade açucareira expõe a autodependência de Alagoas quanto à cana-de-açúcar, quando o estado passa a ter altos déficits financeiros e econômicos, trazendo transtornos e prejuízos à população.

Sob essa perspectiva, o açúcar configura-se enquanto uma espécie de armadilha econômica, afetando diretamente o território alagoano desde o século XVI quando ainda estava inserido sob os domínios da Capitania de Pernambuco, tendo essa dependência econômica perdurado até os dias atuais.

Isso é evidenciado a partir da crise açucareira iniciada na segunda metade da década de 1980, provocando um excesso de recursos públicos. Para Lima (1998), no período de nove anos, de 1986 a 1995, a receita tributária de Alagoas atinge um valor negativo, trazendo fortes transtornos ao estado que se viu impossibilitado de suprir suas obrigações econômicas, financeiras e sociais fundamentais, culminando numa forte crise na recente história da economia do estado.

Está, portanto, na concentração de renda, a origem de todos os problemas econômicos, sociais, ecológicos e políticos que, há séculos, assolam o Estado de Alagoas. O analfabetismo, a miséria [...], a mortalidade infantil elevada e a baixa expectativa de vida dos alagoanos [...] denunciam, claramente, a baixa eficiência social do carro-chefe da economia alagoana, que é a atividade açucareira (Lira, 2007, p. 32).

A história da formação territorial de Alagoas demonstra que a acumulação da propriedade da terra não é fruto de um processo econômico recente, ao contrário, é resultado de um contexto histórico-territorial iniciado em meados do século XVI, e que se fortificou ao longo dos séculos.

Durante o processo de emancipação política de Alagoas, foram os próprios latifundiários os principais ativistas e interessados na independência desse território, com o objetivo de atender seus interesses econômicos e políticos locais. A partir do reconhecimento institucional do território alagoano tornara-se mais fácil integrar e dominar as instituições estaduais e federais a fim de alocar os recursos de ordem estatal para atender as necessidades do latifúndio, beneficiando-os.

Através da supremacia da burguesia agrária, os planos de ações instituídos pelo estado surgiram com o objetivo de fomentar as demandas dos grandes latifundiários. Sob esse viés, o que se nota em Alagoas é a consolidação do poder oligárquico dos latifundiários/usineiros favorecendo a consolidação dos mecanismos de pobreza que desde os primórdios da sua formação penumbra nesse território.

Com base nos elevados déficits socioeconômicos, os detentores dos meios de produção, direta ou indiretamente, deixam à margem da exclusão boa parte da população. Diante da estrutura político-econômica alagoana, observa-se o enriquecimento gradual daqueles que já são ricos (as oligarquias do estado) e o empobrecimento de grande parte da população que já se encontra em estado de pobreza.

### **3.6 Os proprietários do poder: a influência da elite agrária em Alagoas**

Os territórios nacionais foram construídos e transformados a partir das relações político-econômicas desenvolvidas ao longo do tempo. Posteriormente, através das condições peculiares em cada espaço criam-se regiões e territórios distintos em vários aspectos, provenientes de um conjunto político incumbido de interações internas e externas próprias. Isto é, a efetivação do poder político de ordem estadual é capaz de gerar alternativas específicas de crescimento e desenvolvimento econômico, estando ou não em concordância com o poder econômico regional e/ou nacional. Entretanto, esse processo gera-se com o intuito de atender as necessidades das elites de determinado território, preservando o poder oligárquico exercido sobre os elementos políticos e socioeconômicos.

Nesse contexto, o território e sua identidade são formados substancialmente com base no poder exercido por uma classe ou grupo dominante, visando atender interesses específicos, utilizando do controle político da organização local para suplantar tais objetivos. É justamente nesse sentido que as elites dominantes geram formas de dominação política ligadas a seus interesses econômicos e de poder, criando características específicas na conjuntura socioeconômica e política. Desse modo, o conceito de elite “[...] pressupõe poder, influência, responsabilidade pelos resultados de suas decisões e ações, sendo que é a classe que dispõe dos meios de acelerar ou retardar os processos de mudanças sociais (Castro, 1992, p. 52).

Em Alagoas, as elites desempenham uma função bem definida, moldando a imagem desse território de acordo com os seus interesses e objetivos requeridos. O poder oligárquico exercido por elas gera uma espécie de conjunto de desejos ou metas a serem alcançadas pelas

classes dominantes do estado, afetando as diversas dimensões sociais e ditando o cenário a ser desenvolvido pelo território.

Sendo assim, Alagoas enquadra-se como território político-social possuidor de especificidades que adentram sua malha territorial e impregnam-se na estrutura socioeconômica e política do estado. O território alagoano é especificamente a expressão legítima de suas distinções sociais, culturais e do dinamismo de (re)produção e de diferenciação do espaço. Um território cuja relação com outras regiões do país lhe confere certas singularidades, consolidando, por meio das interações internas independentes, uma dinâmica sociopolítico-econômica particularizada.

Desde que foi emancipada, Alagoas sempre representou o grande guarda-chuva protetor de suas elites. Assim, logo após sua emancipação, a elite agrária capturou o Estado num processo com a qual ele quase se confunde, manipulando-o largamente e sendo acobertada pelo manto da proteção estatal (Lira, 2007 p. 80).

Nessa perspectiva, os recursos estaduais e até mesmo federais são diretamente obtidos e fiscalizados pela elite local, visando assegurar suas atividades produtivas, favorecendo o fortalecimento do processo de efetivação do poder político, pois, busca suplantando a manutenção de um sistema arcaico de controle e produção. Quanto maior for a autonomia em relação ao campo da sociedade, mais naturalmente se tornará aplicável a atuação dessa classe dominante, encaminhando as ações econômicas e políticas no intuito de satisfazer seus interesses, deixando o resto da população à mercê das consequências geradas por esse processo.

Segundo Lira (2007), o que se nota no território alagoano é, na verdade, o desenvolvimento de um sistema oligárquico dos meios de produção e crescimento econômico, em que uma minoria estabelece normas sociopolíticas sobre uma maioria dominada, a qual se pressupõe a formação de padrões sociais formados com o objetivo de atender seus anseios, aspirações e interesses, usando o aparato estatal para a atuação legítima desse fenômeno.

Para Castro (1992), a base do poder político agrário onde se guia a (re)produção do espaço dominado se encontra nas relações provenientes da classe proprietária dos meios de produção com aquelas que não são detentoras desses meios, orquestrada de acordo com a logística de pretensões estipulada pela elite dominante.

O território alagoano é, então, formulado, moldado e consolidado visando beneficiar uma pequena parcela da população, uma oligarquia social a qual influencia o cenário sociopolítico-econômico do estado desde sua gênese. Em outras palavras, o poder elitista se

encontra impregnado por todo o território, constituindo um tipo de barreira que, historicamente, condena Alagoas ao atraso econômico, à pobreza e à constante desigualdade social.

Esse poder político, que privilegia uns poucos e marginaliza mais da metade do grosso da população, no que diz respeito aos resultados da riqueza gerada no Estado, é essencialmente um poder arbitrário, porque gera todo tipo de violência e de discriminação no seio da sociedade. Desse modo, a estrutura social, marcada historicamente pela elevada concentração de riqueza e de poder político, quase não se tem alterado, garantindo a predominância de suas elites de tal modo que todos os poderes constituídos estão subordinados aos antigos interesses, não cumprindo a função social que lhes cabe, diferentemente do que ocorre em outros estados do país (Lira, 2007, p. 83).

Tendo isso em vista, a estrutura social postulada ao longo da história, pouco se tem modificado. A priori, em decorrência da influência latifundiária, da produção canavieira e das atividades econômicas integradas a esta, bem como da atuação do poder político, estabelecem-se os elementos e mecanismos fundamentais no processo de disseminação da riqueza para uma restrita parte da população e da pobreza para o restante dela. Nessa perspectiva, a conservação das relações estruturais, mesmo depois da industrialização de alguns setores e de alguns ápices de crescimento econômico nas últimas décadas, resulta na efetiva manutenção do poder das classes dominantes.

Na realidade, a persistência da dominação elitista sob esse território decorre da forte interação entre as elites locais, regionais e estaduais que definem em consenso a estrutura social, política e econômica responsável pelo “equilíbrio” do território. Processo esse reverberado na incidência cada vez mais acentuada da concentração de renda e de terras, dos elevados níveis de desigualdade social, dos fortes indicadores de pobreza e de uma instabilidade econômica.

Dessa maneira, a oligarquia dominante em Alagoas e suas alianças constroem um cenário territorial postulado sobre a influência dos processos de clientelismo, do poder político elitista, do analfabetismo e da configuração de quadros sociais ligados às desigualdades socioeconômicas no seio da sociedade alagoana, caracterizando a articulação de um estado fortemente assolado pelo pauperismo histórico.

Nesse cenário, o território alagoano fundamenta-se com base em um padrão de crescimento e/ou desenvolvimento excludente, pois suprime a maior parte de sua população de acordo com os interesses da classe oligárquica regente. Desse modo, Alagoas possui um conjunto de relações econômicas, políticas, sociais e culturais rigorosamente limitadas,

ditadas pela deficiência do estado de estabelecer e, progressivamente, assegurar um método de desenvolvimento que ponha em prática o processo de equidade socioeconômica.

De acordo com Lira (2007), o modelo legitimado pelo estado trata-se essencialmente de um sistema agrícola transmitido do coronelismo, ligado fundamentalmente à monocultura açucareira de exportação. Nesse modelo econômico a produtividade é reduzida, as relações de trabalho são de caráter feudal, a produção é ampla ou extensiva e a atuação estatal é intrinsecamente paradigmática.

Desde o início do século XXI, Alagoas carrega consigo uma estrutura primordialmente agrícola, ocupando o espaço de atividade produtiva predominante no meio rural a monocultura de exportação. “A monocultura da cana-de-açúcar, pela sua própria natureza, exige terras férteis e só é economicamente viável, quando cultivada em grandes extensões [...]” (Lira, 2007, p. 89). Portanto, a produção açucareira é a atividade fomentadora dos elevados índices de apropriação e concentração de terras, processo este responsável por gerir no interior do meio social e econômico do estado o fenômeno da pobreza, da concentração de renda, dos altos níveis de desigualdade social, do grau excessivo de desemprego e do demasiado índice de analfabetismo.

É justamente nesse cenário que se formula a configuração do território alagoano como uma das unidades federativas mais pobres do Brasil, ocupando o topo do ranking nacional de incidência de pobreza, com um resultado absoluto de 59, 54% de sua população qualificada como pobre (IBGE, 2000). Essa condição é proveniente desde o processo histórico de construção e consolidação desse território. De um lado, a elite detentora das condições socioeconômicas e políticas não têm interesse de mudar tal conjuntura, uma vez que a estrutura vigente beneficia significativamente essa classe dominante.

Por outro lado, a população pobre, analfabeta, controlada e resignada não possui uma consciência crítica acerca das nuances desse processo, mostrando-se incapaz de estabelecer a fundação de movimentos sociais suficientes para dissolver ou modificar essa organização sociopolítico-econômica secular. Sendo assim, “[...] essa situação cria uma miopia generalizada que não permite à sociedade em geral enxergar saídas factíveis” (Lira, 2007, p. 90). Alagoas não possui elementos ou mecanismos suficientes capazes de impor um projeto inovador de desenvolvimento territorial.

Segundo Franco (2001), o processo de acumulação do capital humano e do capital social é fator essencial no que concerne ao desenvolvimento socioeconômico de um território. Nessa perspectiva, o padrão vertical de estruturação econômica, somado a dependência e submissão do setor agropecuário pela cana-de-açúcar, funcionam como uma forma de barreira

desenvolvimentista, que limita o surgimento, (re)produção e disseminação do capital socio-humano em escala fundamental para o desenvolvimento econômico em todo o estado.

A conjuntura política tem um importante papel no processo de concretização do desenvolvimento que se mostre sustentável, à medida que o fenômeno de acumulação de capital social ocorre num espaço democrático com relações políticas, econômicas e sociais democráticas. Nesse contexto, construir uma região propensa ao desenvolvimento humano e social sustentável é justamente incumbir ao capital humano/social o seu papel de destaque nesse cenário, investindo em ambos, principalmente, nas atividades ligadas à esfera familiar, no intuito de melhor ajustar e desenvolver os indicadores socioeconômicos desse espaço.

Nesse contexto, Alagoas é um território econômico, social e político gerador de um desenvolvimento socio-humano particular, sob o qual sua identidade fundamentou-se “[...] através das imposições de um setor agroindustrial dominante, cuja elite desenvolveu formas de controle rígido e antidemocrático, apropriado os seus interesses econômicos e de poder [...]” (Lira, 2007, p. 6).

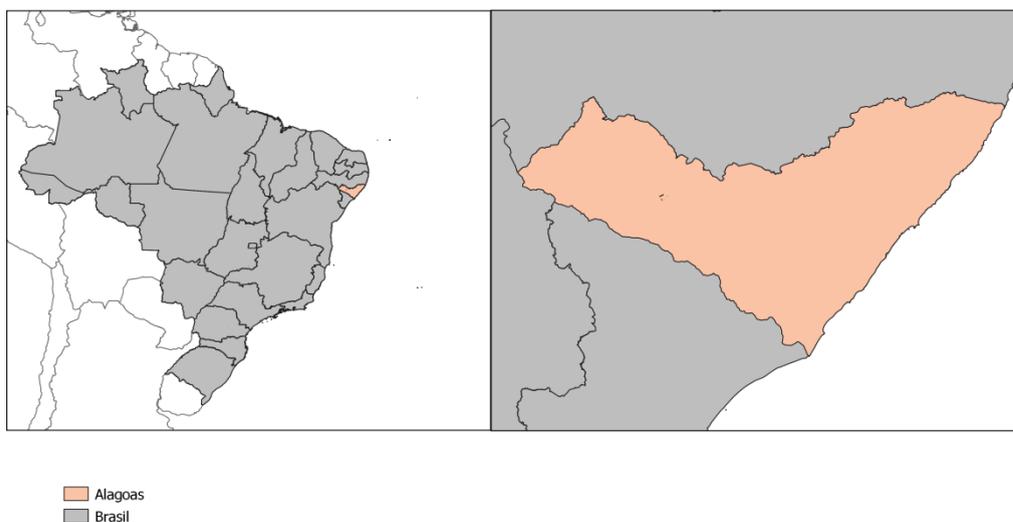
Ao estipular suas prioridades e interesses, o poder político estadual beneficiou uma parcela restrita da população, segregando a maior parte dela da riqueza gerada, uma vez que o sistema vigente nesse estado gera uma sociedade excludente dos fatores de acumulação de capital social e/ou humano, assim como os distanciam do acesso aos meios de sobrevivência essenciais à população em sua totalidade, fortalecendo a reprodução e disseminação da pobreza.

Portanto, o território alagoano, construído historicamente sob os pilares da produção açucareira, da intensa acumulação de terras, da ascensão do latifúndio e da estruturação sociopolítica e econômica imposta pelo poder da classe dominante, consolidou-se não apenas enquanto um dos principais territórios nacionais condicionante da pobreza, mas como um território de múltiplas nuances, fruto das desigualdades e diferenciações intrarregionais existentes em seu território. Fato esse evidenciado pelas semelhanças e/ou disparidades dos indicadores socioeconômicos presentes nos municípios desse estado, que apesar de ocuparem o mesmo território político possuem distinções em termos sociais e econômicos, gerando diversos territórios de pobreza articulados sob a organização do território central de pobreza, o estado de Alagoas.

### 3.7 Caracterização socioterritorial do estado de Alagoas

O estado de Alagoas localiza-se a leste da região Nordeste do Brasil, ocupando uma área equivalente a 27.830.661 km<sup>2</sup>, correspondendo a aproximadamente 0,32% do território brasileiro (IBGE, 2022). Seus limites territoriais inserem-se ao norte, com o estado de Pernambuco, ao sul, com o estado de Sergipe, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o território da Bahia, conforme ilustrado no mapa a seguir:

Mapa 1 – Localização do estado de Alagoas, Brasil



**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2023).

Em termos populacionais, no ano de 2010, Alagoas possuía uma população de 3.120.494 habitantes, equivalente a 5,8% da população total da região Nordeste e 1,5% da população brasileira. Sendo a população urbana formada por 2.297.860 habitantes e a população rural constituída por 822.634 habitantes. O território alagoano é densamente povoado, com distribuição populacional de 112,33 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). A grande parcela da população do estado habita os centros urbanos, apresentando uma taxa de urbanização de 73,63%.

Tendo como capital e principal cidade Maceió, o estado é dividido em três mesorregiões (áreas individualizadas em uma unidade federativa, cujas formas de estruturação ou organização do espaço geográfico são definidas pela dimensão dos processos socioeconômicos, do cenário natural e da rede de interação entre os municípios), são elas: Leste Alagoano ou Zona da Mata (região de maior densidade demográfica e elevada urbanização), Agreste Alagoano (área de transição entre a o Leste e o Sertão Alagoano) e Sertão Alagoano (região oeste do estado).

Além disso, o estado possui 13 microrregiões, definidas para fins estatísticos e de planejamento pelo IBGE, a saber: Alagoana do Sertão do São Francisco; Microrregião de Arapiraca; Batalha; Litoral Norte Alagoano; Maceió; Mata Alagoana; Palmeira dos Índios; Penedo; Santana do Ipanema; Serra do Sertão Alagoano; Serrana dos Quilombos; São Miguel dos Campos e Traipu. O estado é composto por 102 municípios. A distribuição e composição compreendem-se conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Distribuição por mesorregião, das microrregiões e municípios de Alagoas no ano de 2010

<b>Mesorregiões</b>	<b>Número de Microrregiões</b>	<b>Número de municípios</b>
Leste Alagoano	5	52
Agreste Alagoano	3	24
Sertão Alagoano	4	26
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>102</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no IBGE (2010).

A tabela 1 mostra a distribuição das microrregiões e municípios alagoanos de acordo com as mesorregiões do estado. O Leste Alagoano é a mesorregião que apresenta o maior número de microrregiões (5) e municípios (52), abrigando mais da metade do número de municípios de Alagoas. Por outro lado, o Agreste Alagoano abriga o menor número de microrregiões (3) e municípios (24), seguido do Sertão Alagoano (4 microrregiões e 26 municípios). A composição e distribuição das microrregiões e municípios através das mesorregiões mostraram-se heterogêneas, uma vez que não possuem uniformidade.

Apesar de Alagoas ser a segunda menor unidade federativa do país em extensão territorial, apresenta em sua composição um número considerável de municípios. Em termos populacionais, dentre os 102 municípios, apenas um (Maceió) possui população superior a 250 mil habitantes/km<sup>2</sup> de acordo com os Censos de 2000 e 2010 (recorte temporal de análise utilizado ao longo da pesquisa).

Tabela 2 – Número de municípios alagoanos de acordo com a quantidade de habitantes (2000 e 2010)

Número de Habitantes	2000		2010	
	Nº de municípios (Absoluto)	Nº de municípios (%)	Nº de municípios (Absoluto)	Nº de municípios (%)
	102	100	102	100
Mais de 250 mil	1	0,99	1	0,99
De 100 a 250 mil	1	0,99	1	0,99
De 50 a 100 mil	5	4,8	7	6,9
De 20 a 50 mil	30	29,4	31	30,5
De 10 a 20 mil	35	34,4	34	33,3
Menos de 10 mil	30	29,4	28	27,3

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2000 e 2010).

Conforme a tabela 2, nos anos de 2000 e 2010, a maior parte dos municípios alagoanos (34,4% e 33,3% respectivamente) possuía uma população de 10 mil a 20 mil habitantes, demonstrando um crescimento populacional gradativo. O número de municípios com população acima de 50 mil habitantes subiu de 4,8% para 6,9% no período de 10 anos, um aumento de 2,1%.

Como observado, apenas um município (Arapiraca), possui população de 100 mil a 250 mil habitantes nos dois anos de análise. Dito isso, percebe-se que a população alagoana cresceu entre todos os municípios, desde os menos populosos aos que apresentaram um nível considerável de habitantes.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A temática da pobreza perpassa duas correntes: a abordagem unidimensional, resultante da insuficiência de renda do indivíduo (teoria monetária); e multidimensional, fruto principalmente do processo de privação de bens e serviços aos indivíduos (abordagem das capacitações). Dessa forma, enquanto fenômeno histórico, econômico, social e territorial, a pobreza, do ponto de vista analítico, se enquadra numa conjuntura bastante complexa, fazendo-se necessário estabelecer a sua mensuração à medida que permite identificar os níveis dessa problemática em cada território.

Nesse cenário, torna-se fundamental estabelecer as dimensões sob as quais a pobreza será analisada. Assim, nesta pesquisa as dimensões econômica e social foram estabelecidas enquanto mecanismos de análise e mensuração da pobreza a partir dos indicadores socioeconômicos referentes ao território alagoano e de seus municípios nos anos de 2000 e 2010. A escolha desse período ocorreu devido a disponibilidade de dados, a medida que não foi possível obtê-los em anos mais recentes.

Dessa forma, os indicadores analisados são: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); Produto Interno Bruto (PIB); Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*); Renda *per capita* e Índice de Gini. Assim como, os indicadores educacionais e habitacionais, ligados ao padrão de vida populacional: Taxa de analfabetismo da população com 25 ou mais anos de idade; Porcentagem da população com a mesma faixa etária possuindo ensino médio completo; Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado; Proporção da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório e porcentagem de pessoas em domicílios sem acesso à energia elétrica. Vale ressaltar que esses indicadores socioeconômicos são frequentemente utilizados para a mensuração da pobreza, pois abrangem uma diversidade de aspectos que refletem as condições de vida dos indivíduos e da sociedade, por esta razão a preferência em analisá-los neste estudo.

Para tanto, são utilizados dados secundários do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Vale ressaltar que o foco central da pesquisa a partir do recorte temporal (2000-2010) não está pautado primordialmente em analisar a evolução ou involução da pobreza em Alagoas nesse período, mas em demonstrar que mesmo com um intervalo de tempo de 10

anos a configuração territorial da pobreza nesse território permaneceu a mesma, havendo pouquíssimas transformações, colocando em pauta a ideia de que esse fenômeno está intimamente enraizado na formação socioeconômica, histórica e territorial alagoana.

O estudo será pautado sob a óptica do método hipotético-dedutivo (MHD), à medida que permite estabelecer hipóteses, conjecturas ou soluções, observá-las e testá-las com base em diversas análises, e, posteriormente, refutá-las ou confirmá-las de acordo com os resultados deduzidos e obtidos. Ressalta-se ainda, que para a apresentação e análise dos dados a pesquisa se pauta na perspectiva da abordagem quali quantitativa.

O método hipotético-dedutivo parte “[...] das generalizações aceitas, do todo, de leis abrangentes, para casos concretos, partes da classe que já se encontram na generalização [...]” (Lakatos; Marconi; 2004, p. 71). Em outras palavras, esse método científico corresponde ao processo de lacunas, espaços, problemáticas, distorções e contradições pré-estabelecidas no primeiro contato de um determinado objeto de estudo, ou até mesmo, de uma teoria já consolidada.

Sob esse contexto, primeiramente, analisa-se o território alagoano do ponto de vista regional (fazendo um paralelo com o Brasil e os estados da região Nordeste) com o objetivo de constatar a intensa ocorrência da pobreza em todo o estado. E, posteriormente, faz-se uma análise de caráter intraterritorial, a partir de tabelas, gráfico e mapas, este último, construído pelo próprio autor através do programa QGIS, um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de código aberto, a qual permite ao usuário visualizar, editar, analisar e formular dados geoespaciais. Desse modo, analisa-se os dados socioeconômicos dos municípios alagoanos, consolidando a ideia de que embora façam parte do mesmo território administrativo esses municípios possuem diferentes realidades socioeconômicas.

## **5. A TERRITORIALIZAÇÃO DA POBREZA EM ALAGOAS: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS ANOS 2000 E 2010**

O estado de Alagoas possui historicamente o *status* de ser uma das unidades federativas mais pobres do Brasil em função da formação de seu território, associada às disparidades e desigualdades socioeconômicas que permeiam a composição territorial, social e econômica desde seus primórdios.

Nesse cenário, através das discussões teórico-históricas acerca da pobreza e da formação territorial de Alagoas (elementos estes abordados nas seções anteriores), o objetivo desta seção é analisar o processo de territorialização da pobreza em Alagoas através da análise de alguns indicadores socioeconômicos. Assim, caracterizando o estado enquanto território de pauperismo, à medida que se expõe as desigualdades e disparidades socioeconômicas intrarregionais e extrarregionais, busca-se identificar os municípios com os piores e melhores resultados desses indicadores e, conseqüentemente, aqueles com maiores índices de pobreza.

### **5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) se baseia nas mesmas dimensões do IDH global e é feito pelo PNUD em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que adaptaram os métodos globais para o contexto brasileiro de acordo com a disponibilidade da base de dados dos Censos, objetivando um melhor diagnóstico do desenvolvimento de municípios, estados e das regiões do país. Dessa maneira, o IDHM pode ser classificado da seguinte maneira: acima de 0,800 (muito alto); 0,700 a 0,799 (alto); 0,600 a 0,699 (médio); 0,500 a 0,599 (baixo) e 0 a 0,499 (muito baixo).

Nesse cenário, a tabela 3 apresenta o IDHM e suas respectivas dimensões (renda, longevidade e educação) no Brasil e na região Nordeste no período de 2000 e 2010. Nesses anos, o IDHM de Alagoas (0,471 e 0,631), Maranhão (0,476 e 0,639) e Piauí (0,484 e 0,646) correspondiam, respectivamente, aos menores valores atribuídos a estados da região Nordeste, apresentando um IDHM muito baixo (menor que 0,499) em 2000 e médio em 2010 (entre 0,600 a 0,699).

Por outro lado, Rio Grande do Norte (0,552 e 0,684), Pernambuco (0,544 e 0,673) e Ceará (0,541 e 0,682) apresentaram os maiores índices nesse período, com o IDHM

considerado baixo (entre 0,500 e 0,599) no ano de 2000 e médio no ano de 2010. Comparando-os ao IDHM do Brasil em 2000 e 2010 (0,612 e 0,727) se nota uma diferença acentuada entre essas unidades federativas e o país, tal disparidade mostra-se ainda maior se comparada ao IDHM de Alagoas (diferença de 0,141 em 2000 e 0,115 pontos em 2010).

Tabela 3 – IDHM e seus subíndices de acordo com as unidades federativas da região Nordeste e do Brasil (2000 e 2010)

Territorialidades	IDHM		IDHM Renda		IDHM Longevidade		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	0,612	0,727	0,692	0,739	0,727	0,816	0,456	0,637
Alagoas	0,471	0,631	0,574	0,641	0,647	0,755	0,282	0,52
Bahia	0,512	0,66	0,594	0,663	0,68	0,783	0,332	0,555
Ceará	0,541	0,682	0,588	0,651	0,713	0,793	0,337	0,615
Maranhão	0,476	0,639	0,531	0,612	0,649	0,757	0,312	0,562
Paraíba	0,506	0,658	0,582	0,656	0,672	0,783	0,331	0,555
Pernambuco	0,544	0,673	0,615	0,673	0,705	0,789	0,372	0,574
Piauí	0,484	0,646	0,556	0,635	0,676	0,777	0,301	0,547
Rio Grande do Norte	0,552	0,684	0,608	0,678	0,7	0,792	0,396	0,597
Sergipe	0,518	0,665	0,596	0,672	0,678	0,781	0,343	0,563

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; IPEA; FJP, 2020).

No que diz respeito aos subíndices (renda, longevidade e educação), observa-se um cenário semelhante. No primeiro deles – IDHM (Renda) – Maranhão (0,531 e 0,612), Piauí (0,556 e 0,635) e Alagoas (0,574 e 0,641) possuíam os menores valores. Em contrapartida, os estados de Pernambuco (0,615 e 0,673), Rio Grande do Norte (0,608 e 0,678) e Bahia (0,594 e 0,663) apresentavam os melhores resultados para esta variável. Em comparação ao brasileiro (0,692 e 0,739), considerado médio em 2000 e alto (de 0,700 a 0,799) em 2010, há uma grande diferença entre os estados da região Nordeste, cuja maioria apresenta um índice abaixo de 0,599 (baixo) no ano de 2000 e maior que 0,600 (médio) em 2010.

Em termos de longevidade, Alagoas (0,647 e 0,755), Maranhão (0,649 e 0,757) e Paraíba (0,672 e 0,783) possuíam os menores índices de IDHM (considerado médio) da região Nordeste em 2000 e 2010, respectivamente. Por sua vez, os maiores índices estão atribuídos aos estados de Ceará (0,713 e 0,793), Pernambuco (0,705 e 0,789) e Rio Grande do Norte (0,700 e 0,792), com IDHM (Longevidade) tido como alto (entre 0,700 e 0,799). Comparando essa variável entre o Brasil (0,727 e 0,816) e os estados nordestinos, observa-se uma disparidade alta, principalmente em Alagoas, que apresenta o menor índice entre todas as

Unidades Federativas (UF) dessa região.

Na seção IDHM (Educação) se vê uma situação ainda mais preocupante, uma vez que todos os estados nordestinos apresentaram um índice muito baixo em 2000 e baixo em 2010. Os menores valores para essa dimensão permaneceram com Alagoas (0,282 e 0,520) – única UF com índice abaixo de 0,300 no ano de 2000 –, Piauí (0,301 e 0,547) e Maranhão (0,312 e 0,562). Enquanto os maiores resultados continuaram com o Rio Grande do Norte (0,396 e 0,597), Pernambuco (0,372 e 0,574) e Sergipe (0,343 e 0,563). Vale salientar que o IDHM (Educação) do Brasil era de 0,456 em 2000 e de 0,637 no ano de 2010, valor bem acima daqueles apresentados por Alagoas. Nota-se que Alagoas possuía um dos menores, quando não, o menor índice de IDHM e suas dimensões comparadas aos estados do Nordeste e ao próprio país.

O território alagoano encontra-se na grande maioria das vezes em última posição em comparação aos outros estados do Nordeste. A situação se mostra ainda mais desigual quanto aos dados referentes ao país. Tal análise mostra que Alagoas, mesmo apresentando um grau evolutivo dos índices de IDHM no período de 2000 a 2010, ainda apresenta fortes déficits, principalmente, no subitem educação.

Nesse viés, observa-se uma grande disparidade entre o IDHM dos municípios alagoanos no ano de 2000 (tabela 4). Os municípios localizados no topo da tabela, portanto, com maior IDHM, constituem a Zona da Mata ou Leste alagoano, havendo destaque para Maceió, que apresentava o maior IDHM (0,574) de Alagoas. Além disso, a capital do estado também demonstrou os melhores índices para as dimensões renda (0,689) e educação (0,433), sendo o único município de Alagoas a apresentar um valor superior a 0,400 nessa última dimensão em 2000.

Tabela 4 – Municípios com os maiores e menores IDHM de Alagoas (2000)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>IDHM</b>	<b>IDHM Renda</b>	<b>IDHM Longevidade</b>	<b>IDHM Educação</b>
-	Alagoas	-	0,471	0,574	0,647	0,282
1º	Maceió	Leste	0,584	0,689	0,667	0,433
2º	Satuba	Leste	0,543	0,555	0,732	0,394
3º	São Miguel dos Campos	Leste	0,506	0,563	0,718	0,320
4º	Rio Largo	Leste	0,505	0,542	0,713	0,333
5º	Penedo	Leste	0,495	0,557	0,673	0,323
98º	Branquinha	Leste	0,311	0,437	0,574	0,120
99º	Canapi	Sertão	0,306	0,378	0,608	0,125
100º	Oliveira	Sertão	0,301	0,375	0,569	0,128
101º	Senador Rui Palmeira	Sertão	0,299	0,368	0,592	0,123

102°	Inhapi	Sertão	0,281	0,409	0,603	0,090
------	--------	--------	-------	-------	-------	-------

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; IPEA; FJP, 2020).

Em contrapartida, os municípios com os menores IDHM estão localizados principalmente no Sertão alagoano, com exceção de Branquinha, inserida na região Leste. Dentre eles, o menor IDHM de Alagoas ficou a cargo do município de Inhapi (0,281). O mesmo município também representou o menor índice no subitem Educação (0,090). A dimensão Longevidade expressou os maiores valores dos subitens apresentados por esse indicador, havendo destaque para Satuba (0,732) com o maior índice; e o menor sendo expresso por Olivença (0,569). Sendo assim, nota-se que os municípios alagoanos, no geral, apresentam níveis de IDHM muito baixo ou baixo, pois nenhum deles demonstrou valor acima de 0,600 neste ano.

Em 2010 (Tabela 5), há uma evolução considerável dos índices referentes ao IDHM e de suas respectivas dimensões em Alagoas, embora a conjuntura dos municípios com os melhores e piores valores continue a mesma. Isto é, aqueles com os valores mais altos localizam-se no Leste do estado (havendo ressalva para Arapiraca – município do Agreste Alagoano). Entre eles, Maceió possuiu o maior índice de IDHM (0,721) e de suas dimensões: renda (0,739); longevidade (0,799) e educação (0,635).

Tabela 5 – Municípios com os maiores e menores IDHM de Alagoas (2010)

<i>Ranking</i>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>IDHM</b>	<b>IDHM Renda</b>	<b>IDHM Longevidade</b>	<b>IDHM Educação</b>
-	Alagoas	-	0,631	0,641	0,755	0,52
1°	Maceió	Leste	0,721	0,739	0,799	0,635
2°	Satuba	Leste	0,660	0,619	0,794	0,585
3°	Arapiraca	Agreste	0,649	0,638	0,780	0,549
4°	Rio Largo	Leste	0,643	0,616	0,788	0,547
5°	Marechal Deodoro	Leste	0,642	0,641	0,793	0,520
98°	Roteiro	Leste	0,505	0,524	0,672	0,365
99°	Mata Grande	Sertão	0,504	0,506	0,685	0,369
100°	Olho D'Água Grande	Agreste	0,503	0,473	0,673	0,399
101°	Olivença	Sertão	0,493	0,513	0,677	0,345
102°	Inhapi	Sertão	0,484	0,501	0,718	0,316

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; IPEA; FJP, 2020).

Por outro lado, os municípios com os menores índices desse indicador estão localizados no Sertão (Mata Grande, Olivença e Inhapi), exceto os municípios de Roteiro e Olho D'Água Grande, situados, respectivamente, no Leste e Agreste do estado. O município

de Inhapi ainda detém o pior IDHM (0,484) de Alagoas. Dentre os dez municípios apresentados na tabela, Mata Grande (0,506) possui o menor IDHM (renda), Roteiro o menor IDHM (longevidade) e Inhapi (0,316) o menor IDHM (educação). Sendo assim, em 2010 todos os municípios de Alagoas apresentaram IDHM muito baixo, baixo e médio, com exceção de Maceió, único município do estado a apresentar um índice superior a 0,700 (considerado alto).

## 5.2 Produto Interno Bruto (PIB)

Assim como o IDHM, o Produto Interno Bruto (PIB) se estabelece como forte indicador do poder e das disparidades econômicas de qualquer território, pois se caracteriza enquanto a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país, estado ou cidade durante um ano. Desse modo, é possível estabelecer o perfil socioeconômico dos territórios, além de entender a realidade econômica a qual estão inseridos.

Analisando tal segmento da economia alagoana (Tabela 6), o estado possuía, em 2000, um Produto Interno Bruto de R\$ 7.768.754 a preços correntes, enquanto o PIB brasileiro correspondia a R\$ 1.179.482.000 a preços de mercado correntes (participação de 0,65% do PIB nacional). Em 2010, o PIB estadual alcançou a marca de R\$ 27.133.038, ao passo que o PIB nacional atingiu um valor de R\$ 3.885.847.000 (participação de 0,70% do PIB brasileiro).

Tabela 6 – PIB a preços correntes (R\$1.000,00) do Brasil e dos estados nordestinos (2000 e 2010)

Territorialidades	PIB	
	2000	2010
Brasil	1.179.482.000,00	3.885.847.000,00
Alagoas	7.768.754,00	27.133.038,00
Bahia	46.523.212,00	154.419.547,00
Ceará	22.607.131,00	79.336.299,00
Maranhão	11.908.912,00	46.309.633,00
Paraíba	9.337.554,00	33.522.492,00
Pernambuco	26.959.112,00	97.189.760,00
Piauí	6.062.726,00	22.269.149,00
Rio Grande do Norte	9.119.808,00	36.184.502,00
Sergipe	6.539.803,00	26.404.893,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE e SUFRAMA (2020).

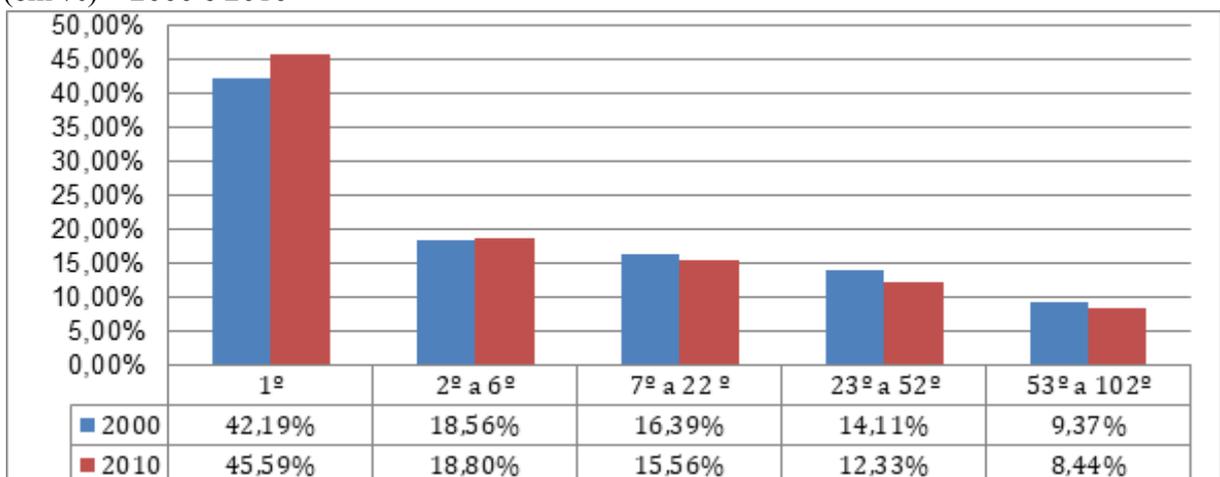
De acordo com a tabela, nota-se uma evolução considerável do PIB alagoano no

período analisado (2000-2010). Todavia, comparado aos demais estados constituintes da região Nordeste, Alagoas ocupa a 3ª posição entre os de pior PIB estadual, ficando atrás do Piauí (R\$ 6.062.726,00 e R\$ 22.269.149,00) e de Sergipe (R\$ 6.539.803,00 e R\$ 26.404.893,00). Em contrapartida, Bahia (R\$ 46.523.212,00 e R\$ 154.419.547,00), Pernambuco (R\$ 26.959.112,00 e R\$ 97.189.760,00) e Ceará (R\$ 22.607.131,00 e R\$ 79.336.299,00) apresentaram os maiores PIB entre os estados nordestinos.

Em termos intrarregionais, o PIB dos municípios alagoanos apresenta elevada disparidade. O gráfico 1 demonstra a distribuição dos municípios de acordo com a participação no PIB do estado nos anos 2000 e 2010, sendo possível fazer um *ranking* com os 102 municípios e, assim, analisar a desigualdade quanto à participação municipal no PIB estadual.

O gráfico apresenta cinco categorias ou intervalos, ordenados de forma crescente de acordo com o nível de participação dos municípios em relação ao PIB do estado, aumentando-se a quantidade de municípios em cada intervalo conforme o grau de participação destes diminui. Verifica-se que a 1ª posição em ambos os anos pertence a apenas um único município, Maceió. A capital de Alagoas, nos anos de 2000 e 2010, possuía quase metade da participação no PIB estadual, 42,19% (R\$ 3.277.988,00) e 45,59% (R\$ 12.369.801,00), respectivamente, representando um aumento de 3,4%, na participação total do PIB alagoano.

Gráfico 1 – Distribuição dos municípios de Alagoas quanto à participação no PIB estadual (em %) – 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE e SUFRAMA (2020).

O segundo intervalo é constituído pelos municípios que ocupava da 2ª a 6ª posições em 2000 (PIB entre R\$ 475.000,00 a R\$ 155.000,00): Arapiraca, Marechal Deodoro, São

Miguel dos Campos, Coruripe, Rio Largo e Palmeira dos Índios. Estes somam 18,53% da participação total do PIB de Alagoas.

Já no ano de 2010 (PIB entre R\$ 2.000.000,00 a R\$ 450.000): Arapiraca, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, Coruripe, Rio Largo e Palmeira dos Índios. Juntos, participavam de 18,08% do PIB estadual; uma diminuição de 0,45% em relação ao primeiro ano de análise. Vale ressaltar que, dentre os 7 municípios destacados até então, 5 deles pertencem à Zona Leste alagoana e apenas 2 deles (Arapiraca e Palmeira dos Índios) estão localizados no Agreste alagoano.

O terceiro intervalo é formado por 16 municípios, que ocupam da 7ª a 22ª posições no *ranking* (PIB abaixo de R\$ 155.000,00 e acima de R\$ 55.000,00 no ano de 2000; menor que R\$ 450.000,00 e maior que R\$ 175.000,00 em 2010). Somados, participam de 16,39% (2000) e 15,56% (2010), representando uma redução de 0,83%. Este é formado principalmente por municípios de Agreste e Leste Alagoano e por alguns municípios do Sertão de Alagoas.

A quarta categoria corresponde às posições 23ª a 52ª (PIB entre R\$ 55.000,00 a R\$ 25.000,00 em 2000; entre R\$ 175.000,00 e R\$ 84.000,00 no ano de 2010), totalizando 29 municípios. Juntos, somam 14,11% da participação do PIB estadual no ano de 2000 e correspondem a 12,33% do PIB total alagoano em 2010, um decréscimo de 1,78%.

O quinto e último intervalo comporta 51 municípios, da 53ª a 102ª posições, que apresentam abaixo de R\$25.000,00 (2000) e R\$84.000,00 (2010). Unidos, representam 9,37% em 2000 e 8,44% em 2010, uma diminuição de quase 1% na participação total no PIB de Alagoas.

Nesse viés, a tabela 7 demonstra os municípios alagoanos com maiores e menores PIBs no ano de 2000. Entre eles, apenas Arapiraca (segundo maior PIB do estado) não está localizado no Leste ou Zona da Mata alagoana, mostrando a grande disparidade econômica entre os municípios do litoral, daqueles localizados nas outras mesorregiões do estado.

Tabela 7 – Municípios com maior e menor PIB de Alagoas (2000)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>PIB R\$(1.000,00)</b>	<b>Participação %</b>
-	Alagoas	-	7.768.754,00	100%
1º	Maceió	Leste	3.277.988,00	42,19%
2º	Arapiraca	Agreste	473.630,00	6,10%
3º	Marechal Deodoro	Leste	276.569,00	3,56%
4º	São Miguel dos Campos	Leste	266.715,00	3,43%
5º	Coruripe	Leste	233.478,00	3,01%
98º	Carneiros	Sertão	6.704,00	0,09%
99º	Olho d'Água Grande	Agreste	6.585,00	0,08%

100°	Pindoba	Leste	5.808,00	0,07%
101°	Mar Vermelho	Agreste	5.796,00	0,07%
102°	Palestina	Sertão	5.616,00	0,07%

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no IBGE e SUFRAMA (2020).

Juntos, Maceió e Arapiraca representaram quase metade do PIB de Alagoas em 2000 (48,29%). Em sentido contrário, dos cinco municípios com menor PIB, 2 deles (Olho D'Água Grande e Mar Vermelho) se localizam na região Agreste, ao passo que Carneiros e Palestina estão inseridos no Sertão. O município de Pindoba é o único situado no Leste do estado. Dentre eles, Palestina (R\$5.616,00) deteve o menor PIB entre os municípios alagoanos.

No ano de 2010 (Tabela 8) não houve mudanças quanto ao *ranking* dos municípios com os maiores PIBs do território alagoano, embora se note uma evolução quanto ao PIB municipal. Nesse cenário, somando o PIB de Maceió e Arapiraca, obtêm-se mais da metade do Produto Interno Bruto do estado (52,63%) neste ano. Todavia, os municípios de Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos e Coruripe, mesmo com o aumento evidente de seu PIB, tiveram uma redução, de 0,20%, 0,04% e 0,42%, respectivamente, na participação total do PIB alagoano.

Tabela 8 – Municípios com maior e menor PIB de Alagoas (2010)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>PIB R\$(1.000,00)</b>	<b>Participação %</b>
-	Alagoas	-	27.133.038,00	100%
1°	Maceió	Leste	12.369.801,00	45,59%
2°	Arapiraca	Agreste	1.908.879,00	7,04%
3°	Marechal Deodoro	Leste	911.886,00	3,36%
4°	São Miguel dos Campos	Leste	892.341,00	3,29%
5°	Coruripe	Leste	703.927,00	2,59%
98°	Tanque d'Arca	Agreste	23.529,00	0,09%
99°	Olho d'Água Grande	Agreste	20.490,00	0,08%
100°	Palestina	Sertão	18.560,00	0,07%
101°	Pindoba	Leste	17.589,00	0,06%
102°	Mar Vermelho	Agreste	16.898,00	0,06%

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no IBGE e SUFRAMA (2020).

Com relação aos menores resultados, nota-se uma territorialização voltada principalmente aos municípios do Agreste – Olho D'Água Grande, Tanque d'Arca e Mar Vermelho, este último apresentando o menor PIB (R\$ 16.898,00). Juntos, não representam nem 0,4% do PIB total alagoano.

O Gráfico 1, assim como as tabelas 7 e 8 constata que os municípios mais ricos de

Alagoas, economicamente falando, concentram-se no Leste alagoano, região cuja sua construção territorial se modulou principalmente a partir da atividade açucareira. Nesse viés, as disparidades socioeconômicas entre os municípios do estado têm seus pilares pautados sob a construção histórica, territorial e econômica de Alagoas, fortemente enraizada na produção intensiva do monocultivo da cana-de-açúcar.

### 5.3 PIB *per capita*

O PIB *per capita* caracteriza-se como o resultado obtido através do quociente entre o valor do PIB a preços correntes e a população residente, ou seja, é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes existentes num determinado território, medindo a quantia que caberia a cada habitante se todos os indivíduos adquirissem parcelas iguais.

É importante frisar que um alto valor de PIB *per capita* não representa necessariamente uma melhor qualidade de vida ou até mesmo em um menor contexto de desigualdade econômica. Assim como o PIB, em sua dimensão geral, não se caracteriza como indicador incisivo de melhor desenvolvimento socioeconômico.

O desenvolvimento humano, associado ao progresso das condições de vida dos indivíduos, não depende exclusivamente da esfera econômica, sobretudo pelo fato de que as riquezas e os recursos econômicos não são aplicados adequadamente e nem distribuídos equivalentemente em toda a malha territorial. O PIB e suas variantes fornecem uma visão mais superficial e generalizada, porém não menos importante, acerca dos processos ligados às desigualdades econômicas e ao próprio fenômeno da pobreza.

Nesse contexto, a Tabela 9 apresenta o PIB *per capita* brasileiro e dos estados nordestinos em 2000 e 2010. No ano de 2000, o PIB *per capita* alagoano (R\$ 2.755,68) foi o quarto menor da região Nordeste – apresentando uma diferença de R\$ 4,199.19 em relação ao país –, à frente apenas de Maranhão (R\$ 2.110,40), Piauí (R\$ 2.133,85) e Paraíba (R\$ 2.715,00). Nesse mesmo ano os maiores valores desse indicador econômico ficaram a cargo de Sergipe (R\$ 3.670,51), Bahia (R\$ 3.560,38) e Pernambuco (R\$ 3.407,09).

Tabela 9 – PIB *per capita* a preços correntes do Brasil e estados do Nordeste (2000 e 2010)

Territorialidades	PIB <i>per capita</i> R\$ (1,00)	
	2000	2010
Brasil	6.954,87	20.372,79
Alagoas	2.755,68	8.695,10
Bahia	3.560,38	11.016,60

Ceará	3.047,40	9.319,26
Maranhão	2.110,40	7.043,51
Paraíba	2.715,00	8.900,10
Pernambuco	3.407,39	11.049,00
Piauí	2.133,85	7.141,30
Rio Grande do Norte	3.290,52	11.421,77
Sergipe	3.670,51	12.768,21

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no IBGE (2021).

Em 2010, mesmo com o aumento desse indicador, Alagoas decaiu uma posição, passando a ser o terceiro menor PIB *per capita* (R\$ 8.695,10) do Nordeste, atrás de Maranhão (R\$ 7.043,51) e Piauí (R\$ 7.141,30). Os maiores PIBs *per capita* nesse ano foram expressos por Sergipe (R\$ 12.768,21), Rio Grande do Norte (R\$ 11.421,77) e Pernambuco (R\$ 11.049,00). Em comparação ao PIB *per capita* nacional, Alagoas apresentou uma notável diferença (R\$11.677,69).

Em termos municipais, no ano de 2000 (Tabela 10) a maior renda *per capita* entre os municípios alagoanos ficou a cargo de Marechal Deodoro (R\$ 7.711,11), expondo uma diferença de R\$ 4.955,43 do resultado demonstrado pelo estado. Além disso, observa-se que os maiores PIBs *per capita* foram expressos pelos municípios localizados no Leste ou Zona da Mata Alagoana.

Tabela 10 – Municípios alagoanos com maior e menor PIB *per capita* a preços correntes (2000)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>PIB <i>per capita</i> (R\$1,00)</b>
-	Alagoas	-	2.755,68
1º	Marechal Deodoro	Leste	7.711,11
2º	Santa Luzia do Norte	Leste	5.564,18
3º	Santana do Mundaú	Leste	5.367,17
4º	São Miguel dos Campos	Leste	5.183,36
5º	Coruripe	Leste	4.779,87
98º	São José da Tapera	Sertão	1.019,44
99º	Carneiros	Sertão	1.018,07
100º	Olivença	Sertão	1.011,95
101º	Poço das Trincheiras	Sertão	1.010,28
102º	Senador Rui Palmeira	Sertão	0.853,08

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no IBGE (2022).

Em contraponto, os municípios com os piores valores neste ano estão inseridos no Sertão do estado. Dentre eles, Senador Rui Palmeira apresentou o menor (R\$ 853,08), mostrando uma diferença de R\$ 1.902,60 em relação ao PIB *per capita* alagoano.

Já no ano de 2010, (Tabela 11), diante do aumento significativo do PIB *per capita* nos municípios alagoanos, o cenário continuou o mesmo. A mesorregião do Leste Alagoano continha os municípios com os maiores valores deste indicador, havendo mudanças apenas quanto ao *ranking*. Assim, Marechal Deodoro, (R\$ 19.826,21) demonstrou o maior resultado entre todos os municípios alagoanos, apresentando um acréscimo de R\$ 11.131,11 em relação ao PIB *per capita* de Alagoas.

Tabela 11 – Municípios alagoanos com maior e menor PIB *per capita* de Alagoas (2010)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>PIB <i>per capita</i> (R\$1,00)</b>
-	Alagoas	-	8.695,10
1º	Marechal Deodoro	Leste	19.826,21
2º	Santana do Mundaú	Leste	18.130,66
3º	São Miguel dos Campos	Leste	16.345,94
4º	Feliz Deserto	Leste	15.665,29
5º	Coruripe	Leste	13.495,54
98º	Carneiros	Sertão	3.363,56
99º	Estrela de Alagoas	Agreste	3.354,51
100º	Traipu	Agreste	3.278,86
101º	Senador Rui Palmeira	Sertão	3.158,83
102º	Poço das Trincheiras	Sertão	3.149,59

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no IBGE (2022).

Nota-se que o menor valor para esse viés do PIB em 2010 encontrava-se no município de Poço das Trincheiras (R\$ 3.149,59), expressando um decréscimo de R\$ 5.330 em relação ao valor estadual. Vale destacar que os municípios com os piores PIB *per capita* de Alagoas localizam-se no Agreste (Estrela de Alagoas e Traipu) e Sertão (Carneiros, Senador Rui Palmeira e Poço das Trincheiras).

#### **5.4 Renda *per capita***

A renda *per capita* é um indicador socioeconômico capaz de mensurar o grau ou nível de desenvolvimento de determinado território. Diferentemente do PIB *per capita*, a medida é calculada a partir da divisão do Produto Nacional Bruto (PNB) pelo número de habitantes total. No geral, o PNB caracteriza-se enquanto o valor total dos bens e serviços, formado pelo somatório da produção anual com os rendimentos provenientes do exterior, subtraídos pela renda deslocada para o âmbito internacional.

Mesmo sendo um índice importantíssimo no processo de análise e estudo do padrão

socioeconômico populacional, a renda *per capita*, assim como o PIB *per capita*, possui alguns déficits de ordem metodológica, pois não leva em consideração a desigualdade de distribuição de renda. Contudo, esse indicador socioeconômico permite, mesmo que de forma superficial e/ou generalizada, entender a realidade social e, principalmente, econômica a qual o território analisado está inserido.

Dessa forma, a tabela 12 apresenta a renda *per capita* do Brasil e das UFs da região Nordeste nos anos de 2000 e 2010. Nesse período, Alagoas obteve o terceiro pior valor de renda *per capita* (R\$ 285,29), sendo superado somente por Maranhão (R\$ 218,27) e Piauí (R\$ 254,78). Comparando ao Brasil, o estado apresenta uma diferença de R\$ 307,17. Em oposto, nesse mesmo ano, os estados de Pernambuco (R\$ 367,31), Rio Grande do Norte (R\$ 351,01) e Sergipe (R\$ 326,67) possuíam a maior renda *per capita* do Nordeste.

Tabela 12 – Renda *per capita* do Brasil e estados do Nordeste (2000 e 2010)

Territorialidades	Renda <i>per capita</i> (R\$)	
	2000	2010
Brasil	592,46	793,87
Alagoas	285,29	432,56
Bahia	322,04	496,73
Ceará	310,21	460,63
Maranhão	218,27	360,34
Paraíba	299,09	474,94
Pernambuco	367,31	525,64
Piauí	254,78	416,93
Rio Grande do Norte	351,01	545,42
Sergipe	326,67	523,53

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2022).

No ano de 2010, Alagoas possuía uma renda *per capita* de R\$ 432,56, estando à frente, novamente, de Maranhão (R\$ 360,34) e Piauí (R\$ 416,93), possuindo um dos piores resultados para esse indicador. Comparado ao valor nacional, o estado possuía R\$361,27 a menos que o país. Por outro lado, Rio Grande do Norte (R\$545,42), Pernambuco (R\$525,64) e Sergipe (R\$523,53) apresentaram os maiores resultados entre as unidades federativas da região Nordeste.

No âmbito intraterritorial, entre os cinco maiores valores desse índice rendatário em 2000 (Tabela 13), somente Arapiraca (Agreste) e Piranhas (Sertão) não pertencem à mesorregião Leste de Alagoas. A capital do estado assumiu o topo do *ranking*, com R\$ 583,12, superando a renda estadual em R\$ 297,83.

Tabela 13 – Municípios alagoanos com maior e menor renda *per capita* (2000).

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>Renda per capita</b>
-	Alagoas	-	285,29
1º	Maceió	Leste	583,12
2º	São Miguel dos Campos	Leste	266,49
3º	Arapiraca	Agreste	258,45
4º	Piranhas	Sertão	257,64
5º	Penedo	Leste	255,31
98º	Canapi	Sertão	83,83
99º	Traipu	Agreste	83,2
100º	Olivença	Sertão	82,3
101º	Senador Rui Palmeira	Sertão	79,05
102º	Poço das Trincheiras	Sertão	69,2

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no IBGE (2022).

Em contrapartida, os municípios do Agreste (Traipu) e Sertão alagoano (Poço das Trincheiras, Senador Rui Palmeira, Olivença e Canapi) demonstraram os menores resultados desse indicador nesse período. Entre eles, Poço das Trincheiras possuía o menor resultado (R\$ 69,2), ficando R\$ 216,09 abaixo do valor estadual.

Em 2010 (Tabela 14), Maceió também apresentou a maior renda *per capita* alagoana (R\$ 792,54), tendo R\$ 60,09 a mais que o resultado exposto por Alagoas. Do mesmo modo, os municípios que compõem o topo da tabela estão inseridos na região Leste – com exceção de Arapiraca e Palmeira dos Índios, situados na mesorregião Agreste.

Tabela 14 – Municípios alagoanos com maior e menor renda *per capita* (2010)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>Renda per capita</b>
-	Alagoas	-	432,45
1º	Maceió	Leste	792,54
2º	Marechal Deodoro	Leste	431,43
3º	Arapiraca	Agreste	423,28
4º	Barra de São Miguel	Leste	422,78
5º	Palmeira dos Índios	Agreste	391,37
98º	Girau do Ponciano	Agreste	177,55
99º	Monteirópolis	Sertão	176,62
100º	Poço das Trincheiras	Sertão	162,21
101º	Senador Rui Palmeira	Sertão	159,61
102º	Olho D'Água Grande	Agreste	151,62

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no IBGE (2022).

Outrossim, os municípios alagoanos com os piores resultados para a renda *per capita*

localizam-se nas regiões Agreste (Girau do Ponciano e Olho D'Água Grande) e Sertão alagoano (Monteipólis, Poço das Trincheiras e Senador Rui Palmeira). Ressaltando o município de Olho D'Água Grande, o qual demonstrou o menor valor desse indicador (R\$ 151,52), estando R\$ 280,83 abaixo do valor estadual.

### 5.5 Índice de Gini

O Índice de Gini, formulado pelo matemático italiano Conrado Gini, constitui uma medida de desigualdade que busca estipular o nível de concentração de renda da população. Em linhas gerais, é um instrumento capaz de mensurar a desigualdade de distribuição de renda, de concentração de terra e dos níveis de pobreza e riqueza (estabelecendo as disparidades entre os rendimentos da parcela da população mais rica e da mais pobre) a nível territorial.

Numericamente falando, varia de 0 a 1, com o valor 0 correspondendo à situação de completa igualdade, isto é, todos apresentam a mesma renda. Ao passo que o valor 1 representa a completa desigualdade, ou seja, uma única pessoa é detentora de toda a riqueza e as demais nada possuem. Assim, um território com o Índice de Gini alto está imerso num contexto de desigualdade de renda (concentração da riqueza numa pequena parcela da população), à medida que um valor baixo para esse índice culmina num processo de distribuição de renda igualitário.

Nessa perspectiva, a tabela 15 demonstra o Índice de Gini do Brasil e dos estados nordestinos durante os anos de 2000 e 2010. Nota-se que a própria região Nordeste apresenta índices altos nesse período, entretanto, Alagoas se constitui enquanto território mais desigual dessa região, com o índice de 0,68 em 2000 e 0,63 em 2010, maiores que o valor nacional (0,64; 0,60).

Tabela 15 – Índice de Gini do Brasil e Unidades Federativas do Nordeste (2000 e 2010)

Territorialidades	Índice de Gini	
	2000	2010
Brasil	0,64	0,60
Alagoas	0,68	0,63
Bahia	0,66	0,62
Ceará	0,67	0,61
Maranhão	0,65	0,62
Paraíba	0,63	0,61
Pernambuco	0,66	0,62

Piauí	0,65	0,61
Rio Grande do Norte	0,64	0,60
Sergipe	0,65	0,62

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud Brasil; Ipea; FJP 2022).

Em sentido contrário, os estados do Rio Grande do Norte (0,64; 0,60), Paraíba (0,63; 0,61) e Piauí (0,65; 0,61) apresentam os menores índices. Entre as UFs da região Nordeste, Alagoas é aquela que possui o maior grau de desigualdade e de concentração de renda, evidenciando um dos principais aspectos presentes desde a sua construção histórico-territorial e econômica, a riqueza concentrada em um pequeno grupo da população.

Quanto ao contexto intraterritorial, no ano de 2000 (Tabela 16), os municípios de Alagoas com maior e menor índices de desigualdade e concentração de renda estão localizados no Sertão (Monteirópolis, São José da Tapera, Pão de Açúcar e Piranhas) e Agreste Alagoano (Traipu). Verifica-se que os municípios demonstraram um índice acima do valor encontrado no estado (0,68). Nesse cenário, Monteirópolis (0,82), expressou um valor próximo a 1, ou seja, o município apresentou uma taxa altíssima de concentração de renda, tornando-se aquele com maior desigualdade de distribuição de renda em todo o território alagoano.

Tabela 16 – Municípios alagoanos com maior e menor Índice de Gini (2000)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>Índice de Gini</b>
-	Alagoas	-	0,68
1º	Monteirópolis	Sertão	0,82
2º	Traipu	Agreste	0,75
3º	São José da Tapera	Sertão	0,72
4º	Pão de Açúcar	Sertão	0,71
5º	Piranhas	Sertão	0,71
98º	Minador do Negrão	Agreste	0,48
99º	Cajueiro	Leste	0,46
100º	Jaramataia	Sertão	0,43
101º	Feliz Deserto	Leste	0,43
102º	Jequiá da Praia	Leste	0,41

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud Brasil; Ipea; FJP, 2022).

Em contrapartida, a maioria dos municípios alagoanos com menor grau de acumulação de renda estão situados no Leste Alagoano (Cajueiro, Feliz Deserto e Jequiá da Praia) exceto Minador do Negrão e Jaramataia, localizados, respectivamente, no Agreste e Sertão do estado. Nesse viés, destaca-se Jequiá da Praia (0,41), município com menor disparidade em relação à

distribuição de renda em Alagoas.

Em 2010 (Tabela 17), os municípios com maior índice têm valores excedentes daquele representado por Alagoas (0,63). Nesse viés, Inhapi (0,67), situado na região do Sertão, corresponde ao município alagoano com maior valor, representando o município com maior desigualdade de distribuição de renda nesse período. Além dele, Belo Monte e Poço das Trincheiras, localizados no Sertão; e Igreja Nova e Limoeiro de Anadia, situados no Leste Alagoano, integram o topo da tabela, tornando-se os municípios mais desiguais em todo o território alagoano.

Tabela 17 – Municípios alagoanos com maior e menor Índice de Gini (2010)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>Índice de Gini</b>
-	Alagoas	-	0,63
1º	Inhapi	Sertão	0,67
2º	Belo Monte	Sertão	0,65
3º	Igreja Nova	Leste	0,65
4º	Limoeiro de Anadia	Agreste	0,64
5º	Poço das Trincheiras	Sertão	0,64
98º	Campestre	Leste	0,47
99º	Campo Alegre	Leste	0,47
100º	Jacuípe	Leste	0,46
101º	Matriz de Camaragibe	Leste	0,46
102º	Branquinha	Leste	0,42

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2022).

Além disso, todos os municípios com menor índice de concentração de renda estão localizados na mesorregião Leste Alagoana. Nesse viés, Branquinha (0,42) apresentou o menor índice, tornando-se o município com maior equidade em relação à distribuição de renda.

## 5.6 Indicadores educacionais e habitacionais

Através das análises econômicas estabelecidas, torna-se crucial trazer à tona o caráter multidimensional da pobreza. Dessa forma, serão abordados alguns indicadores de cunho educacional e habitacional, ligados ao padrão de vida da população, podendo, assim, estabelecer um estudo mais aprofundado acerca da territorialização e da dinâmica da pobreza em Alagoas.

De acordo com Andrade (2010), o nível de escolaridade da população alagoana é composto principalmente por analfabetos e indivíduos com ensino fundamental incompleto,

estes representam 71% da população; 7% da população têm ensino médio completo e somente 3% possuem ensino superior completo.

Sob esse enfoque, a tabela 18 apresenta a taxa de analfabetismo entre pessoas com 25 anos ou mais de idade e o percentual da população nessa mesma faixa etária com o ensino médio concluído no Brasil e UFs da região Nordeste no período de 2000 e 2010. Observa-se que Alagoas apresenta a maior taxa de analfabetismo no intervalo de tempo analisado, 39,73% e 30,57%, respectivamente.

Tabela 18 – Taxa de analfabetismo (25 anos ou mais de idade) e porcentagem da população com 25 anos ou mais com ensino médio completo no Brasil e Nordeste (2000 e 2010)

Territorialidades	Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais de idade		% de 25 anos ou mais de idade com ensino médio completo	
	2000	2010	2000	2010
Brasil	16,75	11,82	23,51	35,83
Alagoas	39,73	30,57	15,84	24,98
Bahia	29,57	20,92	18,17	29,82
Ceará	32,97	23,95	16,36	29,23
Maranhão	36,21	27,15	15,1	26,36
Paraíba	36,18	27,42	16,71	26,98
Pernambuco	29,73	22,23	20,37	30,59
Piauí	37,97	29,16	14,32	24,47
Rio Grande do Norte	31,35	23,16	20	31,57
Sergipe	30,86	23,3	17,88	30,29

**Fonte:** Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2022).

Além disso, Alagoas (15,84% e 24,98%), Piauí (14,32% e 24,47%) e Maranhão (15,1% e 26,36%) apresentam os menores valores da parcela da população com 25 anos ou mais com ensino médio completo. Em contrapartida, Bahia, Pernambuco e Sergipe são os estados com os melhores índices para os indicadores educacionais analisados nesse intervalo de tempo.

Em Alagoas, no ano de 2000 (Tabela 19), os cinco municípios com as maiores taxas desses indicadores estão localizados nas mesorregiões Leste (Branquinha), Agreste (Campo Grande e Olho D'Água Grande) e Sertão (Inhapi e Canapi) do estado. Entre eles, o município de Branquinha apresentou a maior taxa de analfabetismo (64,68%) na faixa etária de 25 anos ou mais de idade, representando mais da metade da população, superando a porcentagem estadual em quase 25%. Outrossim, o mesmo município também demonstra a menor porcentagem da população nessa idade com ensino médio completo (1,79%).

Tabela 19 – Municípios de Alagoas com maiores e menores taxas de analfabetismo e percentuais da população com 25 anos ou mais idade com ensino médio completo (2000)

<i>Ranking</i>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais de idade</b>	<b>% de 25 anos ou mais de idade com ensino médio completo</b>
-	Alagoas	-	39,73	15,84
1°	Branquinha	Leste	64,68	1,79
2°	Campo Grande	Agreste	62,8	1,91
3°	Inhapi	Sertão	62,35	2,1
4°	Canapi	Sertão	62,27	3,82
5°	Olho D'Água Grande	Agreste	62,15	4,5
98°	Santa Luzia do Norte	Leste	36,92	9,75
99°	Penedo	Leste	36,73	16,62
100°	Rio Largo	Leste	31,76	16,81
101°	Satuba	Leste	29,35	19,6
102°	Maceió	Leste	19,86	31,08

**Fonte:** Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Conforme a tabela, Maceió é o município alagoano com a menor taxa de analfabetismo (19,86%) nessa faixa etária, 19,87% inferior à taxa apresentada por Alagoas. A capital também apresenta a maior porcentagem da população de 25 anos ou mais com ensino médio completo (31,08%), praticamente o dobro do percentual do próprio estado (15,84%). Entre os cinco municípios com as menores taxas desses indicadores educacionais, todos, sem exceção, estão inseridos na região Leste Alagoana.

Em 2010 (Tabela 20), a territorialização desses indicadores educacionais – embora haja uma evolução evidente – pouco ou nada mudaram. Minador do Negrão se caracteriza como município com maior taxa de analfabetismo (54,57%) entre a faixa etária de 25 anos ou mais de idade, 20% a mais do valor estadual encontrado para esse indicador nesse período.

No que se refere à porcentagem da população com essa mesma faixa etária de idade na qual apresenta o nível médio completo, o município de Branquinha ainda apresenta o menor percentual (8,51%). Nesses anos, as maiores taxas de analfabetismo e escolarização da população com 25 anos ou mais de idade estão situadas nos municípios do Agreste (Minador do Negrão, Olho D'Água Grande e Traipu), Leste (Branquinha) e Sertão (Canapi) de Alagoas.

Tabela 20 – Municípios de Alagoas com maiores e menores taxas de analfabetismo e percentuais da população com 25 anos ou mais idade com ensino médio completo (2010)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais de idade</b>	<b>% de 25 anos ou mais de idade com ensino médio completo</b>
-	Alagoas	-	30,57	24,98
1º	Minador do Negrão	Agreste	54,57	9,31
2º	Branquinha	Leste	54,15	8,51
3º	Olho D'Água Grande	Agreste	52,93	10,34
4º	Traipu	Agreste	52,69	11,87
5º	Canapi	Sertão	51,97	9,29
98º	São Miguel dos Campos	Leste	27,75	24,17
99º	Marechal Deodoro	Leste	27,45	26,28
100º	Rio Largo	Leste	22,9	24,34
101º	Satuba	Leste	22,63	31,21
102º	Maceió	Leste	14,43	41,83

**Fonte:** Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Em contraponto, os municípios de Alagoas com menores percentuais desses indicadores estão localizados no Leste Alagoano. Dessa forma, assim como no ano de 2000, Maceió ainda continua sendo o município com menor taxa de analfabetismo (14,43%) e maior percentual de escolarização para a parcela da população com 25 anos ou mais de idade (41,83%).

As duas tabelas acima concretizam as análises de cunho econômico descritas anteriormente, pois os municípios com os piores indicadores educacionais, em termos de analfabetismo e parcela da população entre 25 anos ou mais de idade escolarizada, estão inseridos no Sertão e Agreste de Alagoas. Todavia, os melhores indicadores educacionais estão situados nos municípios da Zona da Mata ou Leste alagoano.

Em relação ao acesso de serviços públicos e ao contexto habitacional, a Tabela 21 expressa os indicadores referentes à falta de saneamento básico adequado, densidade habitacional por dormitório e ausência de energia elétrica a nível nacional e regional, apresentando os dados do Brasil e da região Nordeste nos anos de 2000 e 2010.

É importante frisar que na grande maioria das vezes a garantia desses serviços (esgotamento sanitário e energia elétrica) não ocorre de forma homogênea ou universal, podendo, na ausência de acesso a eles, provocar danos ao bem-estar social, atuando como causa ou até mesmo consequência da pobreza (Souza; Ozório, 2013).

Tabela 21 – Porcentagem da população em domicílios com saneamento básico inadequado, com densidade superior a 02 pessoas por dormitório e sem energia elétrica no Brasil e Unidades Federativas do Nordeste (2000 e 2010)

Territorialidades	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado		% da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório		% de pessoas em domicílios sem energia elétrica	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	8,91	6,12	39,13	27,83	6,54	1,42
Alagoas	18,13	13,07	50,29	35,04	10,19	1,02
Bahia	13,22	9,35	44,45	27,91	19,09	3,55
Ceará	15,33	10,99	46,62	34,13	11,76	0,92
Maranhão	26	23,99	57,14	42,7	21,33	3,9
Paraíba	14,53	11,75	43,11	28,94	5,55	0,57
Pernambuco	14,86	10,83	43,47	29,89	4,55	0,53
Piauí	7,31	8,15	47,34	31,44	25,52	6,99
Rio Grande do Norte	20,31	9,4	43,01	29,67	5,91	0,64
Sergipe	14,98	11,02	45,01	29,14	8,23	0,82

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2022).

No que concerne ao percentual da população com serviços de saneamento básico inadequado, nos anos de 2000 e 2010, o estado de Alagoas (18,13% e 13,07%) juntamente com Maranhão (26% e 23,99%) e Rio Grande do Norte (20,31% e 9,4%) – embora este último tenha apresentado uma queda efetiva do percentual deste indicador – são os estados nordestinos com os maiores déficits relacionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário. O estado possui o dobro da porcentagem nacional (8,91% e 6,12%) para esse indicador habitacional.

Quanto à parcela da população vivendo em domicílios com densidade superior a 2 pessoas nesse período, Alagoas ocupa a 2ª posição em 2000 (50,29%) e 2010 (35,04%). Juntamente com Maranhão (57,14% e 42,7%) e Piauí (47,34% e 31,44%), constituem os estados com maiores percentuais nesse indicador habitacional no Nordeste. Em relação à porcentagem da população em domicílios sem acesso à energia elétrica, o território alagoano apresentava percentual de 10,19% no ano de 2000 e de 1,02% em 2010, neste último ano, ficando abaixo da taxa nacional (1,42%).

No que diz respeito ao território alagoano, no ano de 2000 (Tabela 22) o município com maior ausência de serviços sanitários (esgotamento sanitário e abastecimento de água) adequados foi Limoeiro de Anadia (64,45%), 46,32% acima da porcentagem estadual. Ao

passo que o município de Paulo Jacinto apresentou a menor porcentagem (2,44%) entre todos os municípios alagoanos, 15,69% abaixo do percentual estadual.

Tabela 22 – Municípios de Alagoas com os maiores e menores percentuais de pessoas sem os principais serviços sanitários adequados (2000)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados</b>
-	Alagoas	-	18,13
1°	Limoeiro de Anadia	Agreste	64,45
2°	Coité do Nóia	Agreste	62,15
3°	Jaramataia	Sertão	56,59
4°	Cacimbinhas	Agreste	53,54
5°	Taquarana	Agreste	51,84
98°	São Miguel dos Campos	Leste	4,49
99°	Barra de São Miguel	Leste	4,37
100°	Boca da Mata	Sertão	3,41
101°	Cajueiro	Leste	3,39
102°	Paulo Jacinto	Agreste	2,44

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Vale salientar que dentre os cinco municípios com maior parcela populacional vivendo sem acesso adequado aos serviços sanitários, todos fazem parte do Agreste e do Sertão de Alagoas. Todavia, os cinco municípios listados com menor porcentagem desse indicador – com exceção de Paulo Jacinto – constituem a mesorregião Leste do estado.

Já no ano de 2010 (Tabela 23), nota-se que o município de Cacimbinhas obteve o maior percentual (60,86%) de pessoas sem acesso aos serviços de saneamento básico adequado, estando 47,49% acima do valor estadual. Seguindo um caminho distinto, o município de São Miguel dos Campos deteve a menor porcentagem (1,33%), 11,74% abaixo do percentual do estado.

Tabela 23 – Municípios de Alagoas com os maiores e menores percentuais de pessoas sem os principais serviços sanitários adequados (2010)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados</b>
-	Alagoas	-	13,07
1°	Cacimbinhas	Agreste	60,86
2°	Estrela de Alagoas	Agreste	57,34
3°	Dois Riachos	Sertão	55,96
4°	Minador do Negrão	Agreste	53,23
5°	Girau do Ponciano	Agreste	49,57
98°	Barra de Santo Antônio	Leste	2,74
99°	Maceió	Leste	2,32
100°	Barra de São Miguel	Leste	1,5
101°	Pilar	Leste	1,41
102°	São Miguel dos Campos	Leste	1,33

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2022).

Entre os municípios com maior porcentagem da população sob condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário nesse ano, observa-se que a imensa maioria faz parte da mesorregião do Agreste Alagoano, ressaltando o município de Dois Riachos, situado no Sertão do estado. Entretanto, os menores percentuais desse indicador estão localizados nos municípios do Leste Alagoano.

Com relação à densidade habitacional domiciliar por dormitório, no ano de 2000 (Tabela 24), os municípios com maior percentual inserem-se principalmente na mesorregião do Sertão, com exceção de Joaquim Gomes e Porto de Pedras, ambos localizados na mesorregião Leste do estado.

Tabela 24 – Municípios com as maiores e menores porcentagens da população vivendo em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório em Alagoas (2000)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>% da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório</b>
-	Alagoas	-	50,29
1°	Maravilha	Sertão	73,15
2°	Joaquim Gomes	Leste	66,36
3°	Porto de Pedras	Leste	65,78
4°	Poço das Trincheiras	Sertão	65,51
5°	São José da Tapera	Sertão	65,23
98°	Delmiro Gouveia	Sertão	45,08
99°	Arapiraca	Agreste	43,96
100°	Pindoba	Leste	42,97

101°	Maceió	Leste	40,99
102°	Palmeira dos Índios	Agreste	37

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2022).

O município de Maravilha obteve o maior percentual (73,15%) em todo o território alagoano, uma taxa de aproximadamente 23% em comparação à demonstrada por Alagoas. Nesse mesmo ano, os municípios com menores valores para esse indicador se encontravam nas três mesorregiões do estado: Agreste (Palmeira dos Índios e Arapiraca), Leste (Maceió e Pindoba) e Sertão (Delmiro Gouveia). Destacando-se Palmeira dos Índios, a qual expressou o menor percentual (37%), 15,29% inferior ao valor estadual.

Em 2010 (Tabela 25), os municípios com maior taxa da população vivendo em domicílios com densidade maior que duas pessoas por dormitório localizavam-se no Leste (Campo Alegre, Joaquim Gomes e Barra de Santo Antônio), Agreste (Traipu) e Sertão (Senador Rui Palmeira). Dentre eles, Campo Grande foi o município com maior percentual desse indicador (52,14%), 17,1% superior ao valor demonstrado por Alagoas.

Tabela 25 – Municípios com as maiores e menores porcentagens da população vivendo em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório em Alagoas (2010)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>% da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório</b>
-	Alagoas	-	35,04
1°	Campo Alegre	Leste	52,14
2°	Joaquim Gomes	Leste	50,05
3°	Traipu	Agreste	49,33
4°	Barra de Santo Antônio	Leste	48,77
5°	Senador Rui Palmeira	Sertão	48,73
98°	Belém	Agreste	27,58
99°	Mar Vermelho	Agreste	26,96
100°	Taquarana	Agreste	26,45
101°	Palmeira dos Índios	Agreste	25,86
102°	Minador do Negrão	Agreste	25,12

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2022).

Já entre os cinco municípios alagoanos com menores percentuais desse indicador habitacional, verifica-se que todos eles estão localizados na região Agreste. Nesse cenário, o município de Minador do Negrão obteve a menor porcentagem de todo o estado (25,12%), 10,08% abaixo da estadual.

Quanto aos municípios de Alagoas com os piores indicadores referentes ao percentual da população sem energia elétrica no ano de 2000, demonstrados na tabela 26, observa-se que todos se encontravam no Sertão. Destaca-se, dentre eles, o município Senador Rui Palmeira, que expressou a pior porcentagem desse indicador (57,55%), 51,01% superior ao percentual representado por Alagoas.

Tabela 26 – Municípios de Alagoas com as maiores e menores porcentagens de pessoas em domicílios sem acesso à energia elétrica (2000)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>% de pessoas em domicílios sem energia elétrica</b>
-	Alagoas	-	6,54
1º	Senador Rui Palmeira	Sertão	57,55
2º	São José da Tapera	Sertão	55,94
3º	Canapi	Sertão	53,8
4º	Inhapi	Sertão	44,77
5º	Ouro Branco	Sertão	40,17
98º	Santa Luzia do Norte	Leste	2,56
99º	Pilar	Leste	2,45
100º	Arapiraca	Agreste	2,37
101º	Satuba	Leste	1,89
102º	Maceió	Leste	0,31

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD Brasil; Ipea; FJP, 2022).

Por outro lado, os municípios com os menores percentuais desse indicador localizam-se no Leste, exceto Arapiraca (localizado no Agreste). Sob esse enfoque, a capital do estado caracterizou-se enquanto município com menor parcela populacional sem energia elétrica (0,31%) no ano de 2000. Um valor 6,23% inferior à porcentagem do estado.

Já no ano de 2010 (Tabela 27), a territorialização desse segmento habitacional mantém-se, praticamente, igual. Os municípios com as piores porcentagens estão, majoritariamente, localizados no Sertão e no Agreste do estado. Nesse sentido, Inhapi apresentava a maior parcela da população vivendo sem energia elétrica (7,46%) nesse ano, superando Alagoas em 6,04%.

Tabela 27 – Municípios de Alagoas com as maiores e menores porcentagens de pessoas em domicílios sem acesso à energia elétrica (2010)

<b>Ranking</b>	<b>Territorialidades</b>	<b>Mesorregiões</b>	<b>% de pessoas em domicílios sem energia elétrica</b>
-	Alagoas	-	1,42
1º	Inhapi	Sertão	7,46
2º	Murici	Leste	7,0
3º	Olho D'Água do Casado	Sertão	5,4
4º	Traipu	Agreste	5,1
5º	Quebrangulo	Agreste	4,79
98º	Minador do Negrão	Agreste	0,28
99º	Coité do Nóia	Agreste	0,25
100º	Anadia	Leste	0,24
101º	Boca da Mata	Leste	0,11
102º	Maceió	Leste	0,1

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Além disso, observa-se que dos cinco municípios com as porcentagens mais baixas desse indicador no território alagoano, Anadia e Maceió localizam-se no Leste Alagoano; Minador do Negrão e Coité do Nóia no Agreste; e Boca da Mata no Sertão. Dentre eles, Maceió foi o município com a menor porcentagem populacional-domiciliar (0,1%) sem acesso à energia elétrica.

### **5.7 A territorialização da pobreza em Alagoas**

Levando em consideração a perspectiva monetária, pautada sob a mensuração da pobreza através da insuficiência de renda dos indivíduos, a tabela 28 apresenta o percentual de pessoas vivendo com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha da pobreza no Brasil e nos estados da região Nordeste nos anos de 2000 e 2010. Ressalta-se que a pesquisa segue as linhas de pobreza e/ou extrema pobreza apresentadas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (R\$ 140,00 e R\$ 70,00, respectivamente).

No ano de 2000, observa-se que Alagoas apresentava a terceira maior porcentagem de pessoas vivendo em situação de pobreza (56,80%), ficando atrás do Maranhão (62,78%) e do Piauí (57,28%), superando o percentual nacional em 28,9%. Em contraponto, Rio Grande do Norte (44,89%), Pernambuco (45,27%) e Sergipe (48,84%) representam os estados com menores percentuais de população pobre.

Tabela 28 – Porcentagem da população pobre no Brasil e nos estados nordestinos (2000 e 2010)

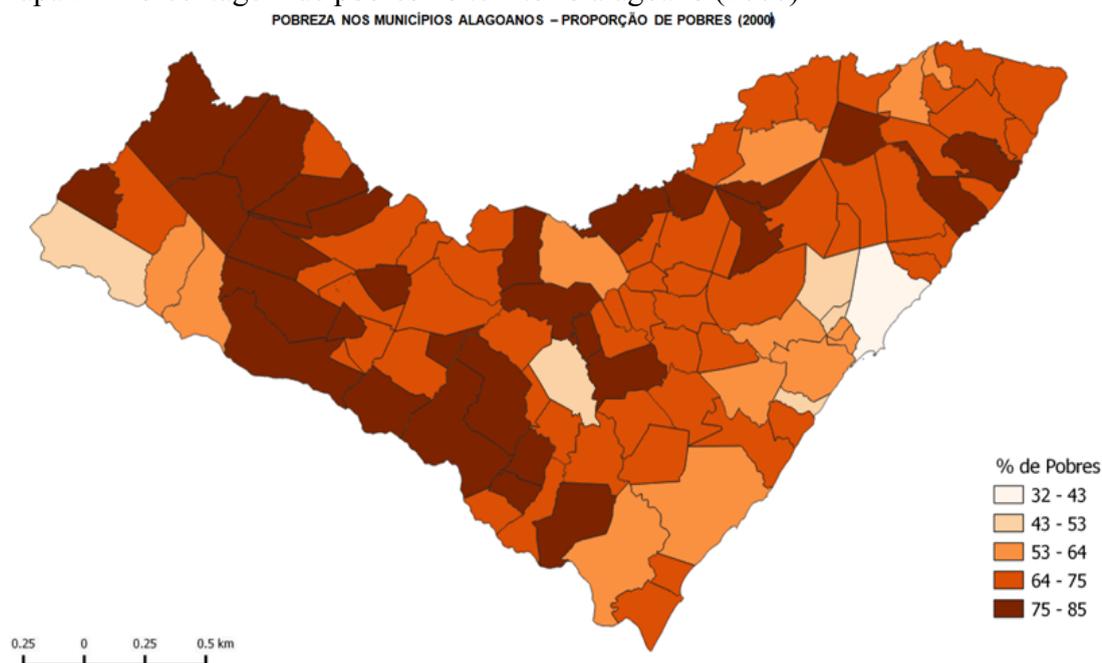
Territorialidades	% de pobres	
	2000	2010
Brasil	27,90	15,20
Alagoas	56,80	34,29
Bahia	49,72	28,72
Ceará	51,75	30,32
Maranhão	62,78	39,53
Paraíba	49,61	28,93
Pernambuco	45,27	27,17
Piauí	57,28	34,11
Rio Grande do Norte	44,89	23,79
Sergipe	48,84	27,89

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022).

No ano de 2010, embora se verifique uma redução considerável dos níveis de pobreza, Alagoas (34,11%), juntamente com Maranhão (39,53%) e Piauí (34,11%) ainda demonstram os maiores percentuais de pobres entre os estados nordestinos (19,09% acima do resultado nacional). Por outro lado, Rio Grande do Norte (23,79%), Pernambuco (27,17%) e Sergipe (27,89%) continuam como os estados com os menores percentuais da população qualificada enquanto pobre.

Nesse cenário, o mapa 2 apresenta o processo de territorialização da pobreza em Alagoas no ano de 2000. A porcentagem varia de 32% a 85%, havendo intervalos entre estas. Assim, observa-se uma grande variação entre os níveis de pobreza existentes no território alagoano.

Mapa 2 – Porcentagem de pobres no território alagoano (2000)

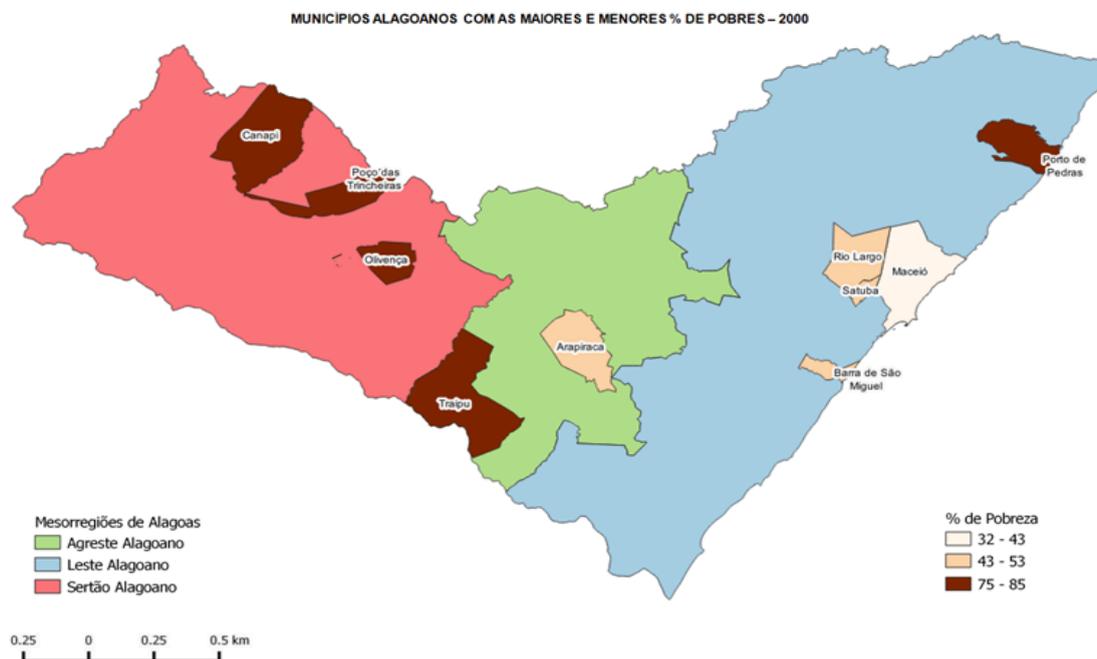


**Fonte:** Dados do autor, 2023.

A maior parte do território alagoano apresenta entre 64% e 75% de indivíduos qualificados como pobres. Os municípios localizados da mesorregião Leste de Alagoas demonstram os menores percentuais de pobres (representados pelas áreas mais claras no mapa), ao passo que os municípios do Agreste e, principalmente, do Sertão do estado expressam maior incidência de pobreza (expostos pelas áreas mais escuras). Observa-se que o processo de territorialização da pobreza torna-se mais evidente na parte oeste de Alagoas (Sertão), a qual apresenta a maior quantidade de territórios com porcentagem superior a 75% (justamente a região com os piores indicadores socioeconômicos do estado).

Sob esse enfoque, o mapa 3 expõe os municípios com os maiores e menores percentuais de indivíduos pobres no ano de 2000 e suas respectivas localizações de acordo com as mesorregiões alagoanas. Assim, os municípios mais pobres localizavam-se no Sertão do estado – Poço das Trincheiras (85,35%), Canapi (83,63%) e Olivença (83,16%); e Agreste – Traipu (85,13%) e Leste alagoano – Porto de Pedras (84,98%). Dos 5 municípios listados, 3 estão inseridos no território oeste do estado (Sertão).

Mapa 3 – Localização dos municípios com as maiores e menores porcentagens de pobres em Alagoas (2000)



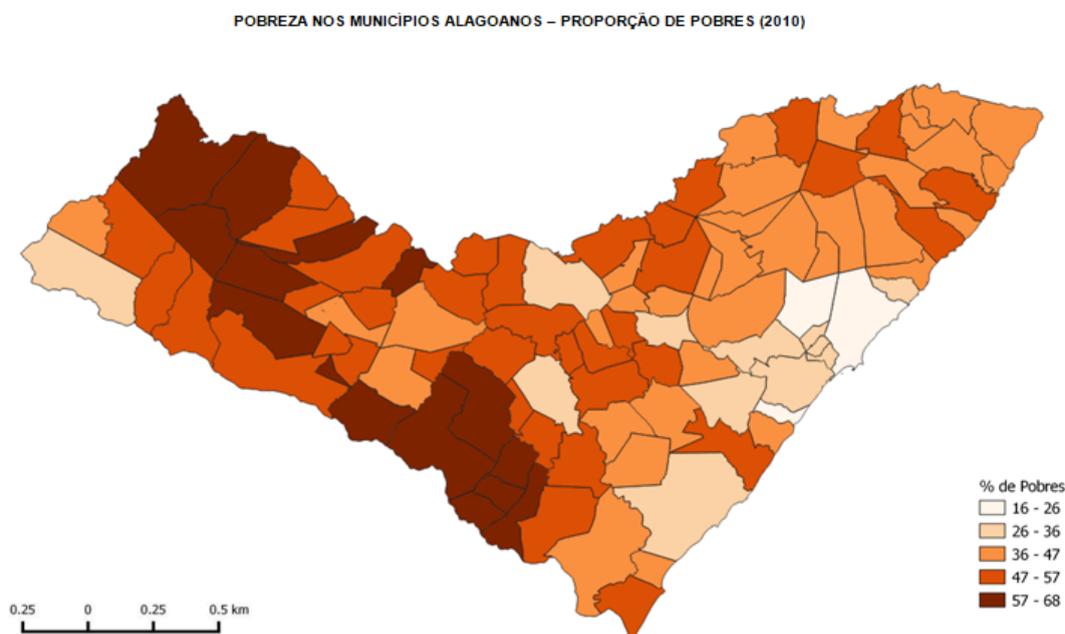
**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Entre os municípios com os menores percentuais de pobreza, apenas Arapiraca (48,59%) localiza-se na mesorregião Agreste; os demais, Maceió (31,92%), Satuba (46,30%), Rio Largo (47,41%) e Barra de São Miguel (50,72%), inserem-se na mesorregião Leste do estado.

Verifica-se, assim, que a disseminação da pobreza ocorre em graus diferentes, sendo menos evidente no litoral alagoano (Leste), passando a ganhar força no território central (Agreste) e tornando-se amplamente difundido na parte oeste do estado (Sertão).

Em relação ao ano de 2010 (mapa 4), não ocorrem alterações evidentes na configuração territorial da pobreza em Alagoas. As mudanças são observadas apenas no âmbito quantitativo, à medida que a proporção de pobres decai no estado, variando entre 16% a 68%. A área de coloração mais clara no mapa (menor porcentagem) localiza-se, quase exclusivamente, na mesorregião Leste alagoana. Concentrando a grande parte dos municípios com proporção de pobres estimada entre 16% a 36% de sua população total.

Mapa 4 – Porcentagem de pobres no território alagoano (2010)

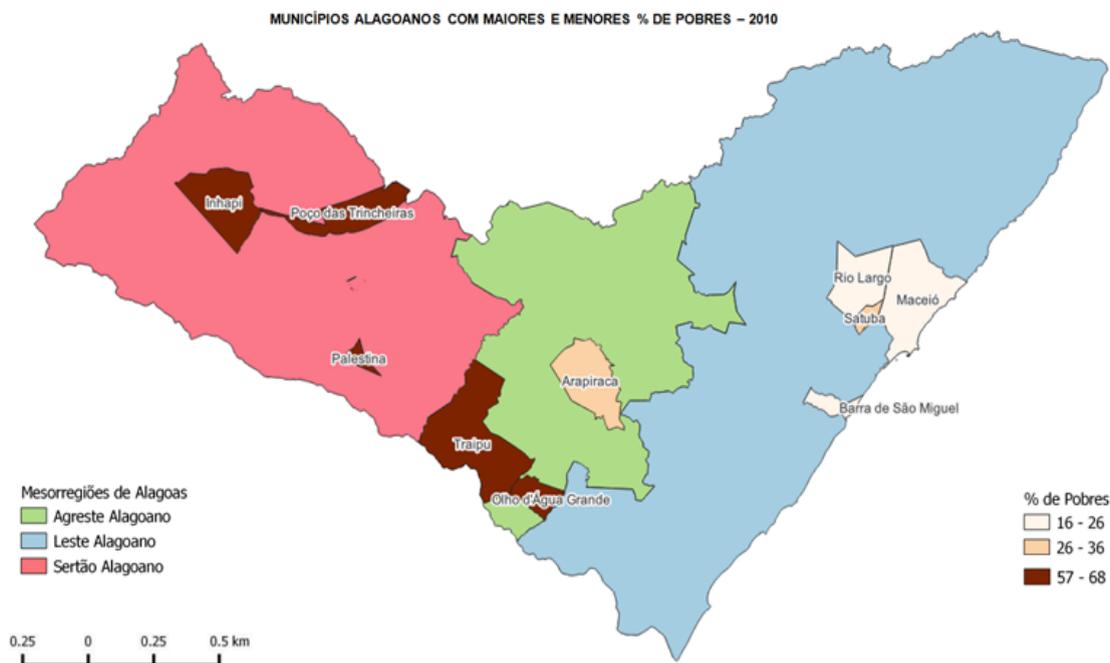


**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Rumo aos municípios inseridos no Agreste o percentual de pobres tende a aumentar gradativamente, atingindo o ápice nos municípios do Sertão alagoano. Nessas regiões a maioria dos municípios apresenta, entre sua população, 36% a 68% de indivíduos pobres. Dessa forma, a disparidade entre os diferentes territórios ou regiões de Alagoas é facilmente perceptível à medida que se verifica a incidência dos municípios com as maiores e menores proporções de pobres em 2010 (mapa 5).

Entre os cinco municípios com maior proporção de pobres, Poço das Trincheiras (67,57%), Inhapi (65,08%), Palestina (61,71%) – localizam-se no Sertão – Olho D'Água Grande (66,88%) e Traipu (63,39%) – situam-se no Agreste do estado. Em contrapartida, os municípios com a menor proporção de pobres, Maceió (16,01%), Barra de São Miguel (23,89%), Rio Largo (24,26%) e Satuba (26,51%), estão inseridos no Leste de Alagoas. Dentre eles, Arapiraca (26,65%) é o único município que não pertence a essa mesorregião, pois insere-se no Agreste do estado.

Mapa 5 – Localização dos municípios com as maiores e menores proporções de pobres do território alagoano (2010)



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Nesse sentido, o território alagoano enquadra-se como território de pobreza à medida que apresenta uma proporção altíssima de indivíduos pobres nos anos de análise (2000 e 2010). Os mapas, assim como as tabelas, demonstram as disparidades intraterritoriais existentes em Alagoas, apresentando os municípios inseridos no Agreste e, principalmente, no Sertão alagoano como aqueles com maior incidência de pobreza e detentores dos piores resultados dos indicadores socioeconômicos.

Tal constatação mostra que a territorialização da pobreza em Alagoas reflete não apenas aos elementos econômicos e sociais, mas as raízes geo-históricas, fruto da construção territorial do estado, marcada por desigualdades e disparidades intrarregionais demarcadas ao longo de sua história, evidenciada a partir da sua estrutura socioeconômica.

Destarte, os municípios do Leste alagoano nos anos de análise, principalmente aqueles mais próximos ao litoral, com forte incidência do plantio da cana-de-açúcar, se consagram enquanto territórios mais ricos economicamente, apresentando também, em sua maioria, os melhores índices dos indicadores sociais (educação e habitação) utilizados nesta pesquisa. Tal constatação deriva do fato de que esses municípios, através da atividade canavieira recebem maiores receitas e investimentos financeiros estatais.

Todavia, essa riqueza gerada é destinada a uma parcela extremamente restrita da população alagoana, os grandes produtores agrícolas e latifundiários que compõem a oligarquia secular responsável por organizar a estrutura socioeconômica e política do estado, fundamentando os alicerces centrais da instituição, disseminação e permanência da pobreza em Alagoas, o domínio da atividade açucareira que inibe o desenvolvimento de outras atividades econômicas, a concentração de terras e de renda e a constante exterminação da agricultura familiar em função dos latifúndios.

Desse modo, os indicadores analisados nos anos de 2000 e 2010 inferem a ideia de que a pobreza nesse estado é um fenômeno, além de econômico e social, histórico e territorial, presente desde a construção de Alagoas enquanto território, fomentado pela monocultura da cana-de-açúcar que estruturou uma sociedade a qual a riqueza se concentra nas mãos de uma pequena classe dominante, detentora dos meios de produção e do poder político, restando ao povo alagoano viver as migalhas desse modelo socioeconômico e político atuante nesse território desde o período colonial.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um fenômeno histórico, social, econômico, cultural e político enraizado na formação da sociedade ao longo da história humana. O homem é um ser heterogêneo, encarando, entre outros aspectos, disparidades com relação ao território em que habita ou ao meio familiar pertencente. Sob esse enfoque, a qualidade de vida não deriva exclusivamente da renda individual, mas também deve estar relacionada às condições físicas e sociais do ambiente em que os indivíduos se inserem.

Desse modo, compreender e analisar a complexidade da pobreza requer estudá-la através do viés multidimensional, que contempla múltiplas dimensões no processo de mensuração desse fenômeno. Assim, os sujeitos considerados pobres são aqueles que detêm uma renda monetária incapaz de suprir suas necessidades fisiológicas e sociais e que são privados da vivência na sociedade, direta ou indiretamente, ao acesso de recursos e serviços públicos que perpassam pelas esferas de educação, economia, saúde, habitação e alimentação, considerados fundamentais à vida digna.

Através desse viés, a categoria território ganha força quanto às discussões pertinentes à pobreza, à medida que evidencia a complexidade dessa temática. Através dele, a pobreza põe em prática seus mecanismos de disseminação e permanência dentro da malha territorial, funcionando como fator de territorialização, de apropriação do espaço por meio das relações de poder pré-estabelecidas a partir dos debates e conflitos socioeconômicos.

É a partir desse cenário que se estabelece a figura de Alagoas enquanto território de pobreza, constatando-se que esse fenômeno, além de ter seu caráter de ordem socioeconômica, é também um elemento histórico e territorial.

Sob o ponto de vista histórico-econômico, o principal fator no processo de formação da riqueza e da pobreza no território alagoano surge no século XVI, a atividade canavieira. A qual encontrou em Alagoas o cenário ideal para o seu rápido desenvolvimento, passando a ocupar todas as áreas férteis e planas. A crescente expansão limitou o processo de variabilidade das atividades agrícolas e, conseqüentemente, inibiu a capacidade de geração de trabalho e renda, responsáveis por formar um mercado interno que incentivasse e viabilizasse a ampliação das atividades comerciais, a instituição de indústrias e da agricultura familiar moderna, indispensáveis para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Dessa maneira, a ascensão da monocultura açucareira, fomentada pelo trabalho escravo ou livre, articulado em grandes latifúndios, deixou poucas áreas para o desenvolvimento de outras atividades agrícolas, que estabelecessem a permanência do homem

no meio rural, bem como o desenvolvimento dessas regiões, causando um acúmulo de pessoas ociosas, crescendo com o passar do tempo, através da modernização do campo e propagação do latifúndio.

Esse modelo de produção pautado na concentração de renda e de terras e nas antigas relações de trabalho reforçou veementemente a dependência no processo de desenvolvimento socioeconômico de Alagoas, uma vez que os resultados concebidos pela produção canavieira ditaram os períodos de crise e crescimento econômico no estado.

Nesse cenário, a construção territorial, econômica, social, política e cultural alagoana ficou confinada à trama da monocultura açucareira, que auxiliou no processo de desigualdades socioeconômicas e intraterritoriais. Em momentos de crise, afetava toda a população, do mais rico ao mais pobre (com reflexos extremamente severos para este último). Em contrapartida, em circunstâncias prósperas, beneficia uma parcela restrita da sociedade, deixando à margem o restante da população, incapacitados de gerar o seu bem-estar social.

Historicamente, a partir da cana-de-açúcar, o fenômeno da pobreza encontrou seus principais mecanismos de instauração e reverberação no território alagoano. A concentração de terras, dos meios de produção e de renda em posse da elite local, composta por poucos grandes produtores agrícolas, culminou na intensa concentração de poder político, importantíssimo no processo de articulação dessa sociedade, que implicitamente gerou riqueza aos ricos e pauperismo aos pobres.

A elite agrária, a partir do seu domínio e poder político secular, desempenhou a função histórica de autor privado na estruturação da atividade canavieira e no gerenciamento das ações políticas e públicas estatais. Desde a emancipação política de Alagoas em 1817, a produção agrícola da cana-de-açúcar tornou-se o alvo principal de proteção do Estado, visando o seu desenvolvimento e a sua manutenção e, assim, garantindo a permanência da oligarquia rural nesse território.

Nesse sentido, a independência de Alagoas foi um marco fundamental para os planos de controle econômico e poder político da elite local. Com o desvinculo administrativo do território pernambucano, essa classe elitista passou oficialmente a controlar o estado, supervisionando e cuidando da atividade canavieira em função de seus interesses próprios, ampliando seus privilégios e moldando toda a estrutura político-administrativa de Alagoas a fim de servir os grandes produtores agrícolas e latifundiários. Ao mesmo tempo, enquanto o Estado garantia a manutenção do açúcar, a população ficava esquecida e desamparada, com pouca ou até mesmo sem auxílio de políticas públicas que ajudassem financeiramente as famílias, aumentando gradativamente os índices de pobreza nesse território.

Sob esse enfoque, a construção socioterritorial-econômica de Alagoas remete essencialmente à história do açúcar. A atividade açucareira, entre outros fatores, fundamentou e estimulou as desigualdades intraterritoriais desse estado formado por 102 municípios, que, embora façam parte do mesmo território político-administrativo, apresentam disparidades entre si.

Através das análises dos indicadores socioeconômicos nos anos de 2000 e 2010, foi possível constatar essas desigualdades, observáveis facilmente a partir das mesorregiões alagoanas. Desse modo, os municípios do Leste Alagoano, historicamente apresentam um crescimento econômico mais acentuado se comparado aos municípios do Agreste e Sertão alagoano. Isso ocorre em decorrência de ser a região do plantio, produção e comercialização da principal atividade econômica do estado e de ser o local onde se encontram e atuam as oligarquias dominantes desse território.

Nos indicadores econômicos (PIB, PIB per capita, renda per capita e índice de Gini) os piores resultados ficaram a cargo, em sua grande maioria, dos municípios localizados principalmente no Sertão do estado, seguidos dos municípios de Agreste e Leste Alagoano. Nesta última região inseriram-se os municípios mais ricos, com uma “melhor” distribuição e menor concentração de renda, advindo principalmente pelo fluxo de capital decorrente da monocultura açucareira.

Com relação aos indicadores sociais, relacionados à ideia de privação de recursos e bens públicos fundamentais à vivência com dignidade, perpassando pela esfera da educação, habitação e renda (IDHM), Taxa de analfabetismo da população com 25 ou mais anos de idade; Porcentagem da população com a mesma faixa etária possuindo ensino médio completo; Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado; Proporção da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório e porcentagem de pessoas em domicílios sem acesso à energia elétrica.

Observou-se uma situação semelhante no fato de a maioria dos municípios com os melhores índices estarem localizados na Zona da Mata de Alagoas, ao passo que os piores resultados foram obtidos pelos municípios do Sertão, principalmente, e do Agreste alagoano. Demonstra-se que a condição de “riqueza” desses municípios auxiliou no processo de melhoria no cenário educacional e habitacional da população.

Além disso, ao comparar os indicadores de Alagoas com as demais Unidades Federativas da região Nordeste do Brasil, o estado ocupou nos anos de 2000 e 2010 as últimas

posições no *ranking* regional, reafirmando a noção da pobreza como fenômeno enraizado na construção histórico-territorial alagoana.

No ano de 2000, os municípios de Maceió, Rio Largo, Satuba, Barra de São Miguel (Leste Alagoano) e Arapiraca (Agreste) apresentaram o menor percentual de pobreza em Alagoas. Em contrapartida, Canapi, Poço das Trincheiras, Olivença (Sertão), Traipu (Agreste) e Porto de Pedras (Leste Alagoano) tiveram o maior percentual de indivíduos pobres.

Em 2010, os municípios com menor percentual de pobres continuaram sendo Maceió, Rio Largo, Satuba, Barra de São Miguel e Arapiraca. Ao passo que os mais pobres ficaram a cargo de Inhapi, Poço das Trincheiras, Palestina (Sertão), Traipu e Olho d'Água Grande (Agreste).

Tal cenário põe em pauta o caráter histórico-territorial da pobreza em Alagoas, a noção de que o processo de territorialização desse fenômeno ocorre com maior intensidade nos municípios do Agreste e, principalmente, do Sertão do estado, longe da atuação da atividade canavieira.

Nesse viés, o estado de Alagoas tornou-se um território de pobreza, desigual, latifundiário e oligárquico, o qual a geração de riqueza permanece limitada a um pequeno grupo social (a elite local) e a pobreza permanece historicamente difundida ao restante da população, que pouco ou nada desfrutam da geração de capital ocasionado, entre outros fatores, pela atividade açucareira.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro. **Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná.** Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/26181>>. Acesso em: 25 dez. 2021.
- BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. **Distribuição da pobreza entre os estados brasileiros: uma análise multidimensional usando abordagens de Capacidades e Necessidades.** In: XXXIV Encontro Nacional de Economia 2006. Salvador: Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório de Desenvolvimento Mundial.** Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/wdr/wdr-archive>>. Acesso em: 11 set. 2021.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora IPEA, 2000.
- BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRONZO, Carla. **Território como categoria de análise e como unidade de intervenção nas políticas públicas.** Disponível em: <[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32263633/Artigos\\_Livro\\_Gestao\\_e\\_Avaliacao-with-cover-page-v2.pdf?>](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32263633/Artigos_Livro_Gestao_e_Avaliacao-with-cover-page-v2.pdf?>). Acesso em: 16 set. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo.** Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3992/5/PPP\\_n35\\_Intersetorialidade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3992/5/PPP_n35_Intersetorialidade.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- CAETANO, Antonio Filipe Pereira. **“Existe uma Alagoas Colonial?” Notas Preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina.** Disponível em: <<https://sites.google.com/site/revistacriticahistorica/numerozero/existe-uma-alagoas-colonial/existe-uma-alagoas-colonial>>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- \_\_\_\_\_. **Alagoas colonial: identidade, sociedade e particularidades.** In: ANAIS CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Maringá, 2010. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/508.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2022.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: a fome no Brasil.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1992.
- CORAZZA, Gentil. **Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo.** Cadernos IHU Ideias. São Leopoldo, ano, v. 3, p. 1-16, 2005.
- COSTA, Alfredo Bruto. **Conceito de pobreza.** Disponível em: <

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9738/1/ee-abc-1984.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

DIÉGUES JR., Manuel. **O banguê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 1980.

DOYAL, L.; GOUGH, I. **Uma teoria da necessidade humana**. Hampshire: Macmillan Press, 1991.

FERLINI, Vera L. **A Civilização do Açúcar**. SP: Brasiliense, 1984.

FRANCO, Augusto de. **Além da Renda**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

\_\_\_\_\_. **Capital Social**. Brasília: Instituto de Política, 2001.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos**. Disponível em:<<https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155/4366>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

GARCIA, Adir Valdemar. **A pobreza do homem**. Florianópolis, 2005. 364 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. **Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais**. Científic@-Multidisciplinary Journal, v. 3, n. 1, p. 74-89, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidades**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 2005. São Paulo. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alagoas: Mapa de pobreza e desigualdade**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/36/30252>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

KUKLYS, Wiebke. **Abordagem das Capacidades de Amartya Sen: Percepções teóricas e aplicações empíricas**. Berlim: Springer-Verlag, 2005.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LADERCHI, Caterina Rugger. **A pobreza e suas múltiplas dimensões: o papel da renda como indicador**. Oxford: Oxford Development Studies, n. 3, 1997, p. 345-360.

LADERCHI, C.; SAITH, R.; STEWART, F. **Importa que não concordemos com a definição de pobreza? Uma comparação de quatro abordagens.** Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/qeh/qehwps/qehwps107.html>>. Acesso em: 10 set. 2021.

LIMA, Arakem Alves. **A Crise que vem do verde da cana. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96.** Maceió: Edufal, 1998.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal.** Maceió: Edições Catavento, 2000.

LIRA, Fernando José. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas.** Maceió: Edufal, 2007.

LOPES, Maria Antonia. **Os Pobres, os Ricos e a Caridade na Literatura Religiosa Portuguesa dos Séculos XVII, XVIII E XIX.** In: Erasmo: Revista de História Bajomedieval y Moderna. 2016. p. 69-88.

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a População.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo : Martin Claret, 2004.

MELLO, Janaína Cardoso de. **Alagoas e a escrita de si mesma e de sua gente no século XIX: entre silêncios, cabanos, matas e censos demográficos.** In: REVISTA CRÍTICA HISTÓRICA. Ano I, nº1. Maceió: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica / CFCH / UFAL, 2010. p. 01-22.

MENEZES, Catarina Agudo. **A escrita no chão: A formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais.** Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1293>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MONKEN, M e GONDIN, G.M.M., **Território: o lugar onde a vida acontece.** In: Bornstein, V. J. [et al.] (Org.). Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016. 164 p.

MONTAÑO. Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n. 110, 2012, p. 270-287.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil – O território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: HUCITEC, 2000.

PRADO Júnior, Caio. **História Econômica do Brasil.** Editora Brasiliense, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório anual 2018.** Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/teste.html>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São

Paulo: Ática, 1993.

REGRAS, João. **Pobreza multidimensional nas mesorregiões catarinenses: Um estudo a partir da Abordagem das Necessidades Básicas.** Disponível em: <<http://corecon-sc.org.br/site/upload/noticiasarquivos/1-lugar-ESTUDANTE.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

REZENDE, Cyro de Barros. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas.** Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, v. 1, n. 1, 2009, p. 1-9.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 244p.

ROMÃO, Maurício Eliseu Costa. **Considerações sobre o conceito de pobreza.** Revista Brasileira de Economia, v. 36, n. 4, 1982, p. 355-370.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O Tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda.** Rio de Janeiro: Garamound, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

\_\_\_\_\_. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão. Unioeste, 2004.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Márcia Maria Duarte. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. **Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil.** Mimeo. Texto apresentado no Rio Workshop “On Inequality”, Rio de Janeiro, 3 a 6 de julho, 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. Estatísticas da Pobreza. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 58, p. 7-8, 1997. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/statpob.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Uma década de desenvolvimento humano.** v. 1, n. 1, 2000, p. 17-23.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade Reexaminada.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. A pobreza na perspectiva do desenvolvimento humano: conceito e mensuração. In: **Relatório de Desenvolvimento Humano 1997.** 1997, pag.15-23.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues. **Abordagens das necessidades humanas e das capacitações: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010.** Disponível em:< <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13469/1/AbordagensNecessidadesHumanas.pdf> f>. Acesso em: 25 dez. 2021.

SILVA, A.; LACERDA, F.; NEDER, H.; **A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações.** Disponível em:< [https://www.researchgate.net/profile/SilvanaQueiroz/publication/328615503\\_Estudo\\_comparativo\\_entre\\_o\\_Programa\\_Bolsa\\_Familia\\_no\\_Brasil\\_e\\_o\\_Programa\\_Oportunidades\\_no\\_Mexico/links/5bd8cc2f4585150b2b920777/Estudo-comparativo-entre-o-Programa-Bolsa-Familia-no-Brasil-e-o-Programa-Oportunidades-no-Mexico.pdf#page=10](https://www.researchgate.net/profile/SilvanaQueiroz/publication/328615503_Estudo_comparativo_entre_o_Programa_Bolsa_Familia_no_Brasil_e_o_Programa_Oportunidades_no_Mexico/links/5bd8cc2f4585150b2b920777/Estudo-comparativo-entre-o-Programa-Bolsa-Familia-no-Brasil-e-o-Programa-Oportunidades-no-Mexico.pdf#page=10)>. Acesso em 10 set. 2021.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2006.

STEWART, Frances. **Abordagem das necessidades básicas.** Disponível em:<<http://books.google.com.br/books?id=kUerTqCKydAC&printsec=frontcover&dq=Elgar+companion+>>. Acesso em: 12 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Por que necessidades básicas?. In: STREETEN, Paul Patrick. **Primeira coisa: Atender às necessidades humanas básicas nos países em desenvolvimento.** Oxford University Press, 1981.

STREETEN, P.; BURKI, S. J. **Necessidades Básicas: algumas questões.** Grã-Bretanha: Desenvolvimento Mundial, 1978, p. 411-421.

TEIXEIRA, Keuler Hissa. **Uma análise espacial da pobreza no Estado de Alagoas.** Disponível em:< <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15196>>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Caminhos do açúcar, engenhos e Casas-Grandes de Alagoas**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose das Oligarquias**. Maceió: Edufal, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os caminhos do açúcar em Alagoas: do banguê à usina, do escravo ao bóia-fria**. Maceió: Revista Incelências, 2011.

TORRES, H.; MARQUES, E. **Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana**. Disponível em:<<http://www.centrodametropole.org.br/home.html>>. Acesso em: 17 set. 2021.